Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2021 Nº 24.876 Preço banca: R$ 3,50

Dívida pública sobe em fevereiro e atinge R$ 5,19 trilhões

O aumento das emissões de títulos públicos fez a Dívida Pública Federal continuar a subir em fevereiro. No mês passado, o indicador encerrou em R$ 5,198 trilhões, com alta de 2,75% em relação a janeiro. A informação foi divulgada na quarta-feira (24) pelo Tesouro Nacional.

A dívida pública mobiliária (em títulos) federal interna subiu 2,68% passando para R$ 4,951 trilhões. No mês passado, o governo emitiu R$ 104,87 bilhões a mais do que resgatou. Além disso, houve a incorporação de R$ 24,3 bilhões em juros, quando o governo reconhece gradualmente os juros que incidem sobre a dívida.

A dívida pública externa passou de R$ 237,88 bilhões em janeiro para R$ 247,93 bilhões em fevereiro. Os principais responsáveis foram a alta de 0,99% do dólar em fevereiro e a contratação de R$ 7,24 bilhões em empréstimos de organismos internacionais pelo governo brasileiro. Nos últimos meses, o Tesouro tem emitido mais títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência), que foi parcialmente consumido no início da pandemia do novo coronavírus. Página 3

Dólar fecha em R$ 5,64 e tem maior alta para um dia em seis meses

Página 3

Marcelo Queiroga diz que meta do governo é vacinar 1 milhão por dia

Página 12

Mulheres que sobrevivem à Covid têm mais risco de doenças persistentes

Mulheres na casa dos 40 e 50 anos parecem correr mais risco de problemas de longo prazo depois de terem alta da covid-19. Muitas sofrem durante meses de sintomas persistentes, como fadiga, falta de ar e confusão mental, revelaram dois estudos britânicos divulgados na quarta-feira (24), em Londres.

Uma pesquisa descobriu que, cinco meses depois de deixarem o hospital, pacientes da covid-19, que também eram de meia idade, brancas, mulheres e tinham outros problemas de saúde, como diabetes, doença pulmonar ou cardíaca, tendiam mais a relatar sintomas de covid-19 longa. Página 3

Covid-19 faz papa cortar salários de cardeais e clérigos

O papa Francisco determinou que os cardeais tenham um corte de 10% em seus salários e reduziu o salário de outros clérigos que trabalham no Vaticano para salvar o emprego dos funcionários, uma vez que a pandemia do coronavírus tem afetado a renda da Santa Sé.

O Vaticano disse na quarta-feira (24) que Francisco emitiu um decreto incluindo cortes proporcionais a partir de 1º de abril. Um porta-voz afirmou que os funcionários de nível inferior não seriam afetados pelos cortes. Francisco sempre insistiu que não deseja demitir pessoas. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite o tempo fica aberto.

31º C
20º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,61
Venda: 5,61

Turismo
Compra: 5,47
Venda: 5,75

EURO
Compra: 6,63
Venda: 6,63

Governo e Congresso Nacional criam comitê de combate à covid-19

Foto: Marcelo Camargo/ Abr

O presidente Jair Bolsonaro anunciou na quarta-feira (24) a criação de um comitê de coordenação nacional para o combate à pandemia de covid-19. O grupo terá reuniões semanais e será formado pelo chefe do Executivo e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, e outros membros.

A medida foi decidida em reunião na manhã da quarta-feira, no Palácio da Alvorada, onde Bolsonaro recebeu, além dos presidentes do Parlamento, o líder do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. Página 12

Petrobras reduz preço de gasolina e diesel nas refinarias

Página 3

SP fará vacinação de 530 mil profissionais da Educação e forças de Segurança Pública

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (24) a vacinação de 530 mil profissionais da Educação e de forças da Segurança Pública contra a COVID-19. A imunização de trabalhadores das duas categorias começa na primeira quinzena de abril.

"São Paulo é o estado que mais vacina no Brasil, com velocidade, eficiência e um programa estadual bem elaborado na logística e ação coordenada com as prefeituras", afirmou o Governador. "É isso que está permitindo uma vacina efetivas, eficiente, sem perdas e com velocidade", acrescentou. Página 2

Volkswagen e Mercedes-Benz paralisam fábricas no Brasil

Página 12

Esporte

Itambé/Minas e Sesi Vôlei Bauru duelam pelo playoff nesta sexta-feira

Itambé/Minas (MG), líder na fase classificatória, e Sesi Vôlei Bauru (SP), quarto colocado, disputarão, nesta sexta-feira (26), a primeira partida do playoff melhor de três das semifinais da Superliga Banco Do Brasil 20/21 feminina de vôlei. O jogo entre o time mineiro e a equipe paulista acontecerá às 21h30, no Centro De Desenvolvimento de Voleibol (CDV), em Saquarema (RJ). O SporTV 2 transmitirá ao vivo.

As equipes se enfrentaram três vezes nesta temporada, duas na Superliga Banco Do Brasil (turno e returno) e uma na semifinal da Copa Brasil. O time mineiro levou a melhor nas três ocasiões por 3 sets a 1.

A semifinal também terá um duelo entre duas levantadoras que comandaram a seleção brasileira nas últimas temporadas. No Itambé/Minas, Macris, e, pelo Sesi Vôlei Bauru, a campeã olímpica Dani Lins.

A levantadora Macris, um dos destaques do Itambé/Minas na competição, comentou sobre a preparação das mineiras e mostrou confiança para o confronto.

"Serão jogos duríssimos. Os jogos anteriores contra o Sesi Vôlei Bauru já foram bem difíceis. Estamos no momento decisivo e as equipes vão estar muito atentas e estudando muito os adversários. Estamos nos preparando muito para esse confronto, buscando dar o nosso melhor, diminuir os erros e entrar em quadra com confiança e lucidez. Será importante também ter paciência e jogar como grupo. Espero que a força da nossa equipe nos ajude a superar todas as dificuldades que aparecerem nesses jogos", disse Macris.

Foto: Wilian Lucas

Macris *é um dos destaques do Itambé/Minas*

No Sesi Vôlei Bauru, a levantadora Dani Lins destacou o bom momento do grupo bauruense para o duelo contra o Itambé/Minas.

"Vai ser uma semifinal muito difícil assim como foram as quartas de final contra o Sesc RJ Flamengo. Todos os times querem ganhar e chegar na final. Acredito que será um jogo muito bom. Estamos vindo de uma boa vitória contra o time do Rio e isso motivou muito nosso grupo. Sabemos que o Itambé/Minas é uma grande equipe, a última campeã, com grandes jogadoras e será muito difícil. Vamos lutar muito para chegar nessa final", garantiu Dani Lins.

Também nesta sexta-feira (26), às 19h, Osasco São Cristóvão Saúde (SP) e Dentil/Praia Clube (MG) abrirão as semifinais, em Saquarema (RJ), com transmissão ao vivo do SporTV 2.

Miguel Costa disputa penúltima etapa do WSK Super Master em Sarno

Após uma etapa de destaque em La Conca, o jovem Miguel Costa enfrentará mais um desafio na temporada com a terceira etapa do WSK Super Master Series em Sarno neste final de semana. Integrante da Sauber Karting Team, o piloto de 12 anos de idade foi o segundo colocado na Pré-Final na etapa passada, terminou a Final no top-5 e agora buscará um pódio na categoria OK Júnior na Itália.

"Tivemos um resultado bom em La Conca, o kart estava bem rápido e fomos melhorando ao longo da etapa. Vamos manter o trabalho intenso agora em Sarno para continuar evoluindo na pista. O importante é seguir melhorando como piloto e os resultados com certeza virão cada vez mais", diz Miguel, que tem 12 anos e acelera contra competidores de até 14 anos na categoria OK Júnior.

A estreia de Miguel na nova categoria aconteceu quando ele tinha apenas 11 anos nesta temporada após um ano de estreante também na X30 Júnior em 2020, onde conquistou diversos top-5 e top-10, além de terminar o Campeonato Italiano de Kart na sétima posição.

Na etapa de abertura do Super Master Series em Adria, o piloto brasileiro também foi destaque com um total de 56 ultrapassagens. Com apenas sua quarta etapa do jovem piloto na nova categoria, Miguel acredita no potencial em conjunto com a Sauber Karting Team para o restante da temporada.

"Estamos em constante evolução e estou muito empolgado com o que está por vir. Acredito que estou em lugar incrível para conquistar vitórias e pódios e confio muito no que podemos alcançar aqui na Sauber Karting Team. Vamos em busca de um bom resultado aqui em Sarno", diz Miguel, que usa o chassi da Kart Republic no kart de número #321 e tem apoio de Baked Potato e Participa.

As atividades de pista do WSK Super Master Series em Sarno começam nesta quarta-feira (24) no Circuito Internacional de Nápoles com os treinos livres, enquanto as baterias classificatórias serão disputadas a partir da sexta-feira (26). As Pré-Finais da OK Júnior serão disputadas no domingo (28) a partir das 8h40 (horários de Brasília) e a Final acontecerá no mesmo dia às 11h50. **Confira ao vivo no Live Timing do WSK**: http://www.wskarting.it/livetiming.asp?s=

Em mais de 14 mil ações, SP fecha mais de 700 festas e comércios irregulares

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (24) que, desde o dia 26 de fevereiro, o Governo de São Paulo já fechou 716 festas clandestinas e comércios funcionando de forma irregular, em 14.495 fiscalizações. A força-tarefa é composta por agentes de órgãos do Governo do Estado para reforçar o trabalho de fiscalização dos municípios e o cumprimento das regras previstas no Plano São Paulo. O objetivo é coibir festas clandestinas e aglomerações em estabelecimentos comerciais irregulares.

"Ontem tivemos a reunião geral deste grupo denominado força-tarefa e verificamos que em muitas destas festas, além de provocarem aglomerações, e com isso estimularem a infecção e lamentavelmente também a propensão ao óbito, também há bebidas falsas, tráfico de entorpecentes e prostituição infantil. Portanto, essa força-tarefa está de parabéns por aquilo que vem realizando", afirmou Doria.

Neste período, a Polícia Militar atuou de forma preventiva em diversos pontos da capital, com orientações para dispersão de aglomerações. Foram abordadas mais de 300 mil pessoas, sendo 444 delas detidas.

A Vigilância Sanitária Estadual inspecionou 7.216 estabelecimentos comerciais, dos quais 263 foram autuados. O Procon-SP vistoriou 4.176 estabelecimentos comerciais. Destes, 298 foram autuados por desrespeito à regra de restrição de circulação, uso obrigatório de máscaras e distanciamento social.

Comitê de Blitze

Criado em 12 de março, o Comitê de Blitze envolve também a atuação da Guarda Civil Metropolitana e da Covisa (Coordenadoria da Vigilância Sanitária) pela Prefeitura de São Paulo. O Governo do Estado integra o grupo com profissionais da Vigilância Sanitária, Procon-SP e das Polícias Civil e Militar. As ações ocorrem em diversos pontos da capital para evitar possíveis ações irregulares. O reforço da fiscalização tem como objetivo evitar a propagação do coronavírus.

Equipes da Vigilância Municipal, compostas por agentes da Covisa, em conjunto com viaturas da Guarda Civil Metropolitana, participaram na vistoria de 1.395 estabelecimentos, dos quais 431 foram fechados e 15 lacrados.

O cidadão pode denunciar festas clandestinas e funcionamento irregular de serviços não-essenciais pelo telefone 0800-771-3541 e também pelo site do Procon-SP (www.procon.sp.gov.br) ou pelo e-mail do Centro de Vigilância Sanitária (secretarias@cvs.saude.sp.gov.br).

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando uma referência das liberdades possíveis. No Twitter, **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SÃO PAULO)

Carlos Bezerra voltou a ser vereador e a esposa - ex-vereadora Patrícia - assumiu na ALESP, onde ele era deputado. A vaga se abriu porque o deputado Macris assumiu a Casa Civil do Doria governador de São Paulo. Ela foi Secretária (Social) do Doria prefeito de São Paulo

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)

Bruno Covas (PSDB) vai completar 41 anos de idade no próximo dia 7 de abri 2021. Primeiro foi vítima de um câncer e até hoje é obrigado a se tratar por conta de novos focos. Depois pegou Covid 19, tendo se recuperado. Há quem diga que é um milagre ele estar muito vivo

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

De novo a professora de Direito e deputada Janaína (PSL) deu sua aula de como Carmem Lúcia pode ter se enrolado pra sempre com a justificativa de ter mudado de opinião sobre Moro não ter sido imparcial no caso Lula. Mudança de voto sem fato novo, gera insegurança jurídica

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

Além de anunciar que as Polícias Militar e Civil, além dos professores e funcionários de escolas passam a ser prioridade da vacinação em massa no Estado, João Doria (PSDB liberal de centro) não deixou de dizer que não foi à Brasília porque não tá no mundo pra bajular Bolsonaro

.

CONGRESSO (BRASIL)

Embora fechados com o Presidente Bolsonaro e com o presidente do Supremo Luiz Fux, na condução de um Comitê com os Chefes dos 3 Poderes, os presidentes do Senado Rodrigo Pacheco e da Câmara dos Deputados Arthur Lira não vão dar mole pra governadores contrários

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

Pacto por um Comitê com os Chefes dos 3 Poderes da República por uma vacinação em massa pode ser o caminho pro Brasil sair da situação de país que mais sofre. A Perguntinha da hora é : se era pra fazer isso, inclusive com governadores, por que não rolou ainda em 2020 ???

.

PARTIDOS (BRASIL)

Perdedor da maioria das eleições em 2018 e 2020, o PT do ex-Presidente Lula tá tentando criar uma só frente com o PSDB do ex-Presidente FHC. O PDT, do Presidenciável Ciro Gomes, segue pregando derrotar o Lulismo, enquanto o PSOL do Boulos não quer mais ser só coadjuvante

.

JUSTIÇAS (BRASIL)

O ministro Nunes Marques, que entrou no Supremo na cota do Presidente Bolsonaro, deu uma resposta lacradora ao Gilmar Mendes, que o chamou de covarde por votar a favor do Moro contra o Lula. Disse que "pouco mais de um quarto de Século mostrarão ao Brasil quem ele é" ...

.

HISTÓRIAS

Embora sejam contextos bem diferentes, vale lembrar que em 1992 o Presidente Collor formou um 'Ministério de notáveis' pra tentar manter seu governo num pacto com o Congresso e o Supremo. O 'vírus mortal' era Pedro, seu irmão, que foi o delator que provocou o Impeachment

cesar@cesarneto.com

Butantan entrega mais 2,2 milhões de doses de vacina CoronaVac

Mais 2,2 milhões de doses da vacina CoronaVac fabricadas pelo Instituto Butantan contra o novo coronavírus foram liberadas na quarta-feira (24), para uso em todo o país. Desde o começo do mês de março foram entregues 14,3 milhões de doses, quantitativo maior do que o disponibilizado em janeiro e fevereiro juntos, o que representa a produção de quase 25 mil vacinas por hora, informou o órgão.

Segundo o governador de São Paulo, João Doria, o volume de vacinas distribuído é quatro vezes maior do que a Espanha aplicou e o dobro das doses da Alemanha. "Hoje o Butantan é um orgulho para o Brasil, um orgulho para os brasileiros que já tiveram a oportunidade de receberem as suas vacinas", destacou Doria.

Com o novo carregamento, o total de imunizantes oferecidos por São Paulo ao Programa Nacional de Imunizações chega a 27,8 milhões de doses desde o início das entregas, em 17 de janeiro. Até o fim de abril, o total de vacinas garantidas pelo Butantan ao país somará 46 milhões de doses.

O Butantan deve entregar outras 54 milhões de doses para vacinação dos brasileiros até o dia 30 de agosto, totalizando 100 milhões de unidades. Atualmente, 85% das vacinas disponíveis no país contra a covid-19 são fabricadas pelo Butantan.

A produção da vacina segue em ritmo constante e acelerado. No último dia 4, uma remessa de 8,2 mil litros de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), correspondente a cerca de 14 milhões de doses, desembarcou em São Paulo para produção local.

Outros 11 mil litros de insumos enviados pela biofarmacêutica Sinovac, parceira internacional no desenvolvimento do imunizante mais usado no Brasil contra a covid-19, chegaram ao país em fevereiro.

Até o fim de março, o Butantan aguarda nova carga de IFA correspondente a cerca de 6 milhões de doses, o que permitirá o cumprimento integral do acordo inicial de 46 milhões de doses contratadas pelo Ministério da Saúde.

De acordo com o Instituto Butantan, o órgão formou uma força-tarefa para acelerar a produção de doses da vacina para todo o país. Uma das medidas foi dobrar o quadro de funcionários na linha de envase para atender à demanda urgente por imunizantes contra o novo coronavírus. (Agência Brasil)

Acervo Artístico-Cultural de SP inaugura exposição virtual "Mulheres Modernas"

O Governo do Estado de São Paulo promove no mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher (8 de março) a exposição virtual "Mulheres Modernas", disponibilizando de forma gratuita acesso à coleção que integra o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios dos Bandeirantes e Boa Vista.

A mostra reúne 30 obras, entre pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e esculturas, feitas por artistas que integraram o Movimento Modernista, corrente cultural que influenciou as artes de maneira geral, em especial a literatura e as artes plásticas, entre o fim do século 19 e a primeira metade do século 20.

"Mulheres Modernas", exposição apresentada no Palácio dos Bandeirantes, compartilhada no portal do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios, traz diferentes histórias e formas de pensamento que geraram obras inusitadas e reveladoras de novos papeis da mulher na sociedade, em um período de profundas transformações artísticas e culturais na primeira metade do século 20.

"Em destaque, pinturas de Anita Malfatti e Tarsila do Amaral retratam mulheres da época, assim como os artistas do período, Ismael Nery, Victor Brecheret, Flávio de Carvalho que também retrataram poetisas, figuras marcantes da sociedade, como a primeira galerista de arte de São Paulo e a pioneira fotógrafa no Brasil, nos anos de 1950, retratada pelo fotógrafo Valdir Cruz", explica Ana Cristina Carvalho, curadora do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

A mostra que faz parte do projeto "Exposições Virtuais" do Acervo fica em cartaz até maio. Devido à pandemia do novo coronavírus, o Governo do Estado de São Paulo optou por disponibilizar o acesso virtual para incentivar a propagação da arte pela internet das coleções de arte dos palácios dos Bandeirantes e Boa Vista.

Outra exposição que pode ser conferida é "A Amazônia de José Cláudio da Silva: a bordo do Garbe, com Paulo Vanzolini", que traz um mapa interativo com o roteiro da expedição científica à Amazônia retratada pelo pintor José Cláudio da Silva entre o final de outubro e meados de dezembro de 1975.

A exposição é uma viagem pelos locais visitados por José Cláudio em uma expedição pelos rios Amazonas, Madeira e alguns afluentes organizada por Paulo Vanzolini, compositor e zoólogo, que na ocasião coletou amostras para a coleção do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo.

SP fará vacinação de 530 mil profissionais da Educação e forças de Segurança Pública

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (24) a vacinação de 530 mil profissionais da Educação e de forças da Segurança Pública contra a COVID-19. A imunização de trabalhadores das duas categorias começa na primeira quinzena de abril.

"São Paulo é o estado que mais vacina no Brasil, com velocidade, eficiência e um programa estadual bem elaborado na logística e ação coordenada com as prefeituras", afirmou o Governador. "É isso que está permitindo uma vacina efetivas, eficiente, sem perdas e com velocidade", acrescentou.

A partir de 5 de abril, 180 mil policiais civis, militares e técnicos-científicos, agentes penitenciários, bombeiros e guardas civis metropolitanos começam a ser vacinados. A meta é vacinar todos os integrantes de forças de segurança que estão na ativa.

"Desde o início da pandemia, nós potencializamos a atividade policial e nos submetemos à elevadíssima exposição", afirmou o Secretário de Segurança Pública, General João Camilo Pires de Campos. "A vacina aos policiais, guardas civis e agentes penitenciários chega como uma benção."

Já no dia 12, 350 mil professores e demais funcionários de escolas estaduais, municipais e particulares com idade a partir de 47 anos também serão incluídos na campanha. Para profissionais da rede privada, haverá apresentação obrigatória dos dois últimos contracheques para evitar fraudes na vacinação.

"São doses de esperança, para que as escolas não fechem mais e nossos estudantes possam recuperar e seguir o percurso de aprendizagem", declarou o Secretário da Educação Rossieli Soares.

O público-alvo representa cerca de 40% de todos os profissionais da educação básica em São Paulo. Inicialmente, o Governo do Estado está priorizando profissionais com idade em que a incidência de casos moderados e graves da COVID-19 é mais alta.

Cadastro

A data para o início do cadastro para os profissionais da Educação e das forças de Segurança Pública será divulgada nos próximos dias. Os formulários estarão disponíveis no site Vacina Já (www.vacinaja.sp.gov.br).

Governo de SP antecipa vacinação de idosos entre 69 e 71 anos para esta sexta (26)

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (24) a antecipação, para esta sexta-feira (26), do início da vacinação contra COVID-19 para idosos com idade entre 69 e 71 anos. Dados do Plano Estadual de Imunização (PEI) indicam um total de novas 910 mil pessoas aptas a receberem a primeira dose no Estado de São Paulo.

"O Governo do Estado de SP antecipou a vacinação das pessoas idosas de 69, 70 e 71 anos para esta sexta-feira, dia 26 de março. A otimização da entrega das vacinas do Butantan e a logística da Secretaria da Saúde estão permitindo a antecipação para o atendimento desta faixa etária. Protejam seus pais, protejam seus avós com a vacina", disse Doria.

A campanha ocorre com uma grande operação logística montada para a distribuição das vacinas disponíveis no país, com envio de remessas semanais pela Secretaria de Estado da Saúde para todas as regiões do Estado.

Vacinas do Butantan

Nesta quarta-feira (24), o Instituto Butantan liberou mais 2,2 milhões de doses de vacina, totalizando a distribuição de 27,8 milhões de doses da vacina contra o coronavírus, desde 17 de janeiro, ao PNI (Programa Nacional de Imunizações) do Ministério da Saúde.

Somente em março, o Butantan entregou 14,3 milhões de doses, quantitativo maior do que o disponibilizado em janeiro e fevereiro juntos. O número representa quase 25 mil vacinas por hora. Até o final de abril, o número de vacinas garantidas por São Paulo ao país somará 46 milhões. O Butantan ainda trabalha para entregar outras 54 milhões de doses para vacinação dos brasileiros até 30 de agosto, totalizando 100 milhões de unidades.

Pré-cadastro no "Vacina Já"

O pré-cadastro no site "Vacina Já" (vacinaja.sp.gov.br) economiza 90% no tempo de atendimento para imunização: leva cerca de 1 a 3 minutos para quem preencheu o formulário. Presencialmente, em média, a coleta de informações leva cerca de 10 minutos. A ferramenta ajuda a agilizar o atendimento e a evitar aglomerações.

Não é um agendamento e o uso não é obrigatório para receber a vacina, mas utilizá-la contribui para melhorar a dinâmica dos serviços e a rotina do próprio cidadão. O pré-cadastro pode ser feito por familiares de idosos ou de qualquer pessoa que participe dos públicos previstos na campanha.

Lembre sempre de lavar as mãos

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Dívida pública sobe em fevereiro e atinge R$ 5,19 trilhões

O aumento das emissões de títulos públicos fez a Dívida Pública Federal continuar a subir em fevereiro. No mês passado, o indicador encerrou em R$ 5,198 trilhões, com alta de 2,75% em relação a janeiro. A informação foi divulgada na quarta-feira (24) pelo Tesouro Nacional.

A dívida pública mobiliária (em títulos) federal interna subiu 2,68% passando para R$ 4,951 trilhões. No mês passado, o governo emitiu R$ 104,87 bilhões a mais do que resgatou. Além disso, houve a incorporação de R$ 24,3 bilhões em juros, quando o governo reconhece gradualmente os juros que incidem sobre a dívida.

A dívida pública externa passou de R$ 237,88 bilhões em janeiro para R$ 247,93 bilhões em fevereiro. Os principais responsáveis foram a alta de 0,99% do dólar em fevereiro e a contratação de R$ 7,24 bilhões em empréstimos de organismos internacionais pelo governo brasileiro.

Nos últimos meses, o Tesouro tem emitido mais títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência), que foi parcialmente consumido no início da pandemia do novo coronavírus. Essa reserva subiu de R$ 805,7 bilhões em janeiro para R$ 933,2 bilhões em fevereiro e atualmente cobre 6,7 meses de vencimento. Em março, abril e maio, vencerão R$ 581,2 bilhões em títulos federais.

Nos primeiros meses da pandemia de covid-19, o governo queimou parte desse colchão para compensar a instabilidade no mercado financeiro. Em agosto do ano passado, o Banco Central teve de repassar ao Tesouro R$ 325 bilhões para ajudar a recompor essa reserva. O restante está sendo feito com o aumento das emissões.

Em fevereiro, o Tesouro emitiu R$ 177,97 bilhões, acima de R$ 150 bilhões pelo sexto mês consecutivo. Os resgates somaram R$ 66,46 bilhões, impulsionados principalmente pela troca de R$ 46,37 bilhões em títulos indexados à Selic (juros básicos da economia).

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agencia Brasil)

INSS deixa de considerar benefícios para cálculo de renda per capita

Portaria publicada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Diário Oficial da União de quarta-feira (24) retira do cálculo que define o valor da renda per capita (por habitante) familiar benefícios concedidos a idosos e a pessoas com deficiência.

Segundo a medida, os benefícios previdenciários de até um salário mínimo (R$ 1.100) ou os de prestação continuada concedidos a idosos com idade acima dos 65 anos ou a pessoas com deficiência não deverão mais compor o cálculo que define qual é o valor da renda per capita de uma família.

A renda per capita familiar é utilizada como referência para a inclusão ou não de uma pessoa em programas sociais do governo federal, como é o caso do auxílio emergencial, do Bolsa Família e de programas sociais - entre eles, os voltados à habitação. (Agencia Brasil)

Petrobras reduz preço de gasolina e diesel nas refinarias

A Petrobras anunciou na quarta-feira (24) uma redução de R$ 0,11 nos preços do litro da gasolina e do óleo diesel em suas refinarias. A partir desta quinta-feira (25), o preço médio do litro da gasolina passará a custar R$ 2,59, uma queda de 4%.

Já o litro do diesel teve uma redução de 3,8% e passará a custar, a partir de amanhã, R$ 2,75, segundo informações divulgadas pela empresa.

A nota da Petrobras reforça que a companhia baseia os preços dos combustíveis em variações no mercado internacional e na taxa de câmbio. O preço para o consumidor final, no entanto, ainda sofre o acréscimo de impostos, da mistura obrigatória de etanol e das margens das distribuidoras e postos de combustíveis. (Agencia Brasil)

Confiança do comércio cai 18,5 pontos em todo o país

O Índice de Confiança do Comércio, calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em todo o país, caiu 18,5 pontos de fevereiro para março. Com isso, o indicador chegou a 72,5 pontos, em uma escala de zero a 200, o menor patamar desde maio do ano passado (67,4 pontos).

A confiança dos empresários recuou nos seis segmentos do comércio.

O Índice da Situação Atual, que mede a confiança do empresariado no presente, caiu 10,6 pontos e chegou a 75,9 pontos.

Já o Índice de Expectativas, que apura a confiança no futuro, teve uma queda ainda maior, de 25,7 pontos, e foi para 70,2.

"O recrudescimento recente da pandemia de covid-19, associado à lentidão do programa de imunização e à adoção de medidas de restrição à circulação, ajuda a explicar o cenário negativo na visão do setor. Os próximos meses serão desafiadores e o retorno a uma rota de recuperação dependerá da melhora efetiva dos números da pandemia", disse o pesquisador da FGV Rodolpho Tobler. (Agencia Brasil)

Covid-19: cidade do Rio terá auxílio para 900 mil pessoas

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, anunciou na quarta-feira (24) o Auxílio Carioca, conjunto de medidas de alívio social para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19. Serão destinados R$ 100 milhões para cerca de 900 mil pessoas (14% da população carioca) mais vulneráveis, sendo R$ 70 milhões dos cofres da prefeitura e R$ 30 milhões da Câmara de Vereadores.

"Buscamos um conjunto de ações para minimizar o impacto das medidas restritivas de interrupção de determinadas atividades econômicas. Buscamos focar nas pessoas mais pobres, naquelas que não têm a rede de proteção necessária para passar esse período difícil de dez dias", disse Paes, em alusão ao período que vai de 26 de março a 4 de abril em que foi adotada uma série de medidas emergenciais de isolamento social para o enfrentamento da pandemia na capital fluminense.

As cerca de 50 mil famílias que estão inscritas no programa de transferência de renda da prefeitura chamado Família Carioca vão receber R$ 12 milhões, uma média de R$ 240 por família, até a próxima quarta-feira (31).

O Cartão Alimentação vai contemplar 643 mil alunos da rede municipal de ensino no valor de R$ 108,50 por estudante, com um valor total de R$ 70 milhões.

Também serão destinados R$ 200 para 23 mil famílias mais pobres inscritas no Cadastro Único do governo federal. Segundo a prefeitura, são famílias que não recebem nem o Família Carioca nem o Bolsa Família do governo federal.

A quarta vertente do Auxílio Carioca será destinada a 13 mil vendedores ambulantes cadastrados na prefeitura que receberão R$ 500. (Agencia Brasil)

Banco Central apresenta projetos de inovação financeira

Arredondar valores de compras para aplicar o excedente no mercado financeiro, desenvolver títulos de preservação de florestas, oferecer microcrédito a agricultores familiares pela internet. Esses são algumas novidades a serem apresentadas ao longo desta semana pelo Laboratório de Inovações Tecnológicas (LIFT), coordenado pelo Banco Central (BC) e pela Federação Nacional das Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac).

As inovações estão sendo apresentadas no LIFT Day, que começou na terça-feira (23) e vai até sexta-feira (26). Com o objetivo de divulgar ações que podem facilitar a vida de poupadores e de consumidores e estimular a competição no mercado financeiro, o evento está sendo realizado online neste ano e pode ser acompanhado ao vivo no canal do Banco Central no Youtube.

A programação pode ser conferida neste endereço. Além das iniciativas da indústria financeira, estão sendo apresentados os resultados do LIFT Learning, projeto piloto realizado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), que aproxima universitários, agências de fomento e empresas do setor financeiro.

Confira os projetos de inovação que serão apresentados no LIFT Day 2021:

Poupix – visa inserir novas pessoas no mercado de investimento por meio do arredondamento de valores de compra para aplicar o valor do arredondamento.

Ativo Digital Florestal – propõe desenhar, implementar e demonstrar a execução da geração de títulos florestais (de preservação ou de áreas cultivadas) verificáveis e automatizados por dados que permitam a criação de um novo mercado e serviços ambientais.

BankHUB – regtech que pretende fornecer uma plataforma de iniciação para bancos e fintechs que desejam ingressar no sistema financeiro brasileiro.

Billapp – plataforma financeira para gerenciamento e pagamento de diversas contas.

Bipp – marketplace integrado a um sistema de pagamentos em que produtores agrícolas, sob o monitoramento de certificadoras orgânicas, podem apresentar seus produtos, negociar com compradores da indústria de beneficiamento e liquidar a operação por meio de conta digital.

Caishen – plataforma financeira para auxiliar a gestão do micro e pequeno empreendedores e focada nos pilares da educação financeira e competitividade.

Croopi – plataforma de cooperação em massa, que permite que pessoas possam construir patrimônio apoiando empresas e negócios sustentáveis.

Culte – plataforma para oferecer microcrédito ao pequeno produtor da agricultura familiar que ainda não tem acesso ao sistema bancário.

Farm ID – ferramenta que utiliza inteligência artificial para análise de informações voltada para o agronegócio.

Fincatech – plataforma de centralização de informações e avaliações sobre fintechs.

Inco – marketplace para originação de financiamentos de projetos imobiliários, fomenta a competição entre as instituições e a redução do spread bancário.

Julius – ferramenta que une educação financeira a uma ferramenta prática de controle financeiro.

Kalea – marketplace para operações de crédito, em que o destaque é dado para quem busca financiamento.

LIV Pagamento – solução tecnológica que dispensa conexão direta à internet, demanda apenas recursos que já estão disponíveis em celulares mais simples e, por ser baseada em QR code, é integrável ao Pix.

Modelo de Sucesso Compartilhado – opção de financiamento para estudantes que podem se capacitar para a vida digital e só pagar a dívida após obter um emprego que ofereça salário acima de um determinado valor pré-acordo.

Pluggy – plataforma para Open Banking no Brasil que oferece a infraestrutura para a conexão privada de fontes de dados entre usuários e instituições financeiras.

Preks – solução que provê infraestrutura tecnológica necessária às negociações secundárias de precatórios, tornando-as mais transparentes, ágeis e inclusivas.

Pulsar – propõe uma plataforma para a oferta de créditos específicos para serviços de saúde.

REConID – plataforma para registro de consentimento, identidade e gestão de um ecossistema de identidade digital descentralizada.

TapOnPhone – solução para dar aos vendedores e às instituições do sistema de pagamento uma alternativa de ponto de venda (POS) baseada em um aplicativo para celular sem a necessidade de nenhum outro equipamento.

X4Fare – oferece um arranjo de pagamento para serviços de mobilidade urbana, conectando contas transacionais para efetuar o pagamento da passagem com suporte para ambientes de difícil estabilidade de telecomunicações. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Mulheres que sobrevivem à Covid têm mais risco de doenças persistentes

Mulheres na casa dos 40 e 50 anos parecem correr mais risco de problemas de longo prazo depois de terem alta da covid-19. Muitas sofrem durante meses de sintomas persistentes, como fadiga, falta de ar e confusão mental, revelaram dois estudos britânicos divulgados na quarta-feira (24), em Londres.

Uma pesquisa descobriu que, cinco meses depois de deixarem o hospital, pacientes da covid-19, que também eram de meia idade, brancas, mulheres e tinham outros problemas de saúde, como diabetes, doença pulmonar ou cardíaca, tendiam mais a relatar sintomas de covid-19 longa.

"Nosso estudo mostra que aqueles que tiveram os sintomas prolongados mais grave a tendem a ser mulheres brancas de idades aproximadas de 40 a 60 anos, que têm ao menos dois problemas de saúde de longo prazo", disse Chris Brightling, professor de medicina respiratória da Universidade de Leicester que coliderou o estudo conhecido como Phosp-Covid.

Uma segunda pesquisa, conduzida pelo Consórcio Internacional de Infecções Respiratórias Agudas e Emergentes (Isaric), concluiu que mulheres de menos de 50 anos têm mais probabilidade de sofrer problemas de saúde de longo prazo piores do que homens mais velhos, mesmo que não tenham problemas de saúde subjacentes.

"Está se tornando cada vez mais claro que a covid-19 tem consequências profundas para aqueles que sobrevivem à doença", disse Tom Drake, bolsista de pesquisa clínica da Universidade de Edimburgo, na Escócia, que coliderou o estudo do Isaric.

"Descobrimos que mulheres mais jovens têm mais probabilidade de sofrer problemas de longo prazo piores", acrescentou

O estudo do Isaric, que cobriu 327 pacientes, descobriu que mulheres de menos de 50 anos têm o dobro da probabilidade de relatar fadiga, sete vezes mais probabilidade de ter falta de ar e também mais chances de ter problemas relacionados à memória, mobilidade e comunicação.

O estudo Phosp analisou 1.077 pacientes masculinos e femininos que tiveram alta de hospitais do Reino Unido entre março e novembro de 2020 depois de terem a covid-19.

A maioria dos pacientes relatou diversos sintomas persistentes depois de cinco meses, sendo os mais comuns a dor nos músculos e nas juntas, fadiga, fraqueza, falta de ar e confusão mental.

Mais de um quarto deles teve o que os médicos disseram ser "sintomas clinicamente relevantes de ansiedade e depressão" depois de cinco meses, e 12% tiveram sintomas de transtorno de estresse pós-traumático. (Agencia Brasil)

Covid-19 faz papa cortar salários de cardeais e clérigos

O papa Francisco determinou que os cardeais tenham um corte de 10% em seus salários e reduziu o salário de outros clérigos que trabalham no Vaticano para salvar o emprego dos funcionários, uma vez que a pandemia do coronavírus tem afetado a renda da Santa Sé.

O Vaticano disse na quarta-feira (24) que Francisco emitiu um decreto incluindo cortes proporcionais a partir de 1º de abril. Um porta-voz afirmou que os funcionários de nível inferior não seriam afetados pelos cortes. Francisco sempre insistiu que não deseja demitir pessoas.

Acredita-se que os cardeais que trabalham no Vaticano e lá vivem, ou em Roma, recebem salários de cerca de 4 mil a 5 mil euros por mês, e muitos deles moram em grandes apartamentos com aluguéis bem abaixo dos valores de mercado.

Outros chefes do departamento, principalmente clérigos, verão seus salários reduzirem entre 3% e 8%. Os aumentos salariais programados serão suspensos até março de 2023. As condições também se aplicarão a funcionários de alto escalão de outras basílicas papais, além da Basílica de São Pedro, no Vaticano.

A Santa Sé, órgão administrativo central da Igreja Católica em todo o mundo, pode ter que usar 40 milhões de euros em reservas pelo segundo ano consecutivo, enquanto a pandemia da covid-19 queima suas finanças, disse o principal funcionário econômico do Vaticano no início deste mês.

O órgão espera um déficit de cerca de 50 milhões de euros neste ano. A pandemia forçou os museus do Vaticano, tradicionais fontes de renda, a fecharem durante grande parte dos últimos 15 meses. (Agencia Brasil)

Dólar fecha em R$ 5,64 e tem maior alta para um dia em seis meses

Uma onda de más notícias do exterior e as tensões econômicas internas fizeram o dólar ter a maior alta diária em seis meses e voltar a aproximar-se de R$ 5,65. A bolsa de valores caiu pelo terceiro dia seguido e encerrou no menor nível em 15 dias.

O dólar comercial fechou a quarta-feira (24) vendido a R$ 5,64, com forte alta de R$ 0,124 (+2,25%). A cotação operou próxima da estabilidade até o início da tarde, quando passou a disparar e fechou na máxima do dia. Essa foi a maior alta diária desde 18 de setembro, quando a divisa tinha subido 2,79%.

Na bolsa de valores, o dia também foi marcado pela turbulência. O índice Ibovespa, da B3, subiu durante quase toda a sessão, mas inverteu a tendência na hora final de negociação e passou a cair. O indicador fechou o dia aos 112.064 pontos, com recuo de 1,06%. O índice está no nível mais baixo desde o último dia 9.

No exterior, os indicadores foram afetados pelo anúncio, por parte da vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, de que o país não tem condições de pagar a próxima parcela da ajuda recebida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso contagiou os mercados em toda a América Latina. Paralelamente, as bolsas norte-americanas pioraram perto do fim das negociações, contribuindo para ampliar a volatilidade.

No Brasil, a pressão de governadores para ampliar o auxílio emergencial também se refletiu no mercado financeiro. No meio da tarde, um grupo de 16 governadores divulgou uma carta em que pedem a ampliação para R$ 600 do valor das próximas parcelas a serem pagas a partir de abril, com os mesmos critérios de 2020. Para investidores, a noticia representa a ameaça de aumento do gasto público sem fonte correspondente de compensação. (Agencia Brasil)

ÁQUILLA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF 09.439.783/0001-89 - NIRE 35.300.353.285
Fato Relevante - Cancelamento Voluntário do Registro de Emissor de Valores Mobiliários na Categoria B

Aquilla Securitizadora S.A. ("Companhia"), em cumprimento a Instrução CVM nº 358/02, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, com base no Ofício nº 60/2021/CVM/SEP/GEA-1, a Superintendência de Relações com Empresas - SEP da Comissão de Valores Mobiliários-CVM, deferiu a solicitação de cancelamento voluntário do registro de emissor de valores mobiliários na Categoria – B, desta Companhia. São Paulo, 24 de março de 2021. **João Orives Pichinin** - Diretor de Relação com Investidores.

Baumgart Participações S.A.

CNPJ nº 07.000.750/0001-24

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço patrimonial Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		**163.260**	**45.279**	**393.858**	**359.721**
Caixa e equivalentes de caixa	6	135.591	37.273	231.219	169.162
Contas a receber	7	–	–	86.232	95.146
Adiantamento a fornecedores	9	38	6.817	8.999	
IR e CS a recuperar	8	141	–	10.695	17.237
Tributos a recuperar	9	–	–	25.783	20.500
Estoques	10	–	–	30.378	23.651
Dividendos a receber		4.500	–	–	–
Outros ativos	11	2.969	2.568	2.704	5.026
Não circulante		**693.629**	**739.107**	**979.969**	**928.871**
Realizável a longo prazo		–	–	**169.725**	**166.882**
Depósitos judiciais	25	–	–	3.537	2.298
Tributos a recuperar	9	–	–	13.900	–
IR e CS a recuperar	8	–	–	8.057	–
IR e CS diferidos	12	–	–	164.229	164.584
Investimentos	13	599.318	642.529	–	–
Outros investimentos		–	–	753	–
Propriedade para investimentos	14	–	–	500.249	479.378
Direito de uso	20.a	–	–	3.981	–
Imobilizado	15	94.610	96.575	284.327	280.172
Intangível	16	–	–	1.478	2.439
Total do ativo		**857.189**	**784.386**	**1.373.827**	**1.288.592**

Demonstração dos resultados abrangentes	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro do exercício	**138.062**	**32.842**	**173.351**	**63.567**
Total do resultado abrangente do exercício	**138.062**	**32.842**	**173.351**	**63.567**

Demonstração dos resultados	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	26	6.133	5.445	713.008	610.736
Custos com vendas de mercadorias, locações e outros serviços	29	–	–	(264.066)	(219.519)
Lucro operacional bruto		**6.133**	**5.445**	**448.942**	**391.217**
Despesas gerais e administrativas	30	(1.872)	(2.131)	(173.167)	(165.869)
Despesas de vendas	30	–	–	(83.340)	(59.445)
Reversão (provisão) de perda estimada com ativos financeiros - contas a receber	7	–	–	3.715	(22.249)
Outras receitas (despesas)	31	194	(177)	18.883	(36.064)
Resultado de equivalência patrimonial	13	134.536	29.172	18.661	(23.050)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		**138.991**	**32.309**	**233.694**	**84.540**
Receitas financeiras		–	–	1.858	2.520
Despesas financeiras		–	–	(128)	(117)
Despesas financeiras, líquidas	32	**1.730**	**2.380**	**19.670**	**2.198**
Lucro antes do IR e da CS		**140.721**	**34.689**	**253.364**	**86.738**
IR e CS correntes	33	(2.671)	(2.465)	(72.068)	(65.559)
IR e CS diferidos	33	612	613	(955)	37.387
Lucro líquido do exercício		**138.662**	**32.842**	**179.341**	**58.566**
Atribuível aos acionistas controladores		–	–	**138.662**	**32.842**
Atribuível aos acionistas não controladores		–	–	**40.679**	**25.724**
Lucro líquido por ação do capital social					
Lote de mil ações		–	–	**0,0994**	**0,0214**
Lote de mil ações		–	–	**0,0970**	**0,0209**

Demonstração do fluxos de caixa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**138.662**	**32.842**	**173.351**	**63.567**
Ajustes para conciliação do resultado				
Depreciação - ativo imobilizado	1.884	1.974	13.246	13.678
Depreciação - direito de uso	–	–	1.239	–
Depreciação - propriedade para investimentos	–	–	8.636	6.311
Amortização - Intangível	–	–	1.092	1.942
Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber	–	–	(3.715)	22.249
Provisão para remissão do solo	–	–	–	7.502
Provisão para perda nos estoques	–	–	(316)	7.068
Provisão para contingências	–	–	4.048	4.589
Juros apropriados	(612)	(613)	355	(37.387)
Resultado de equivalência patrimonial	(134.536)	(29.172)	–	–
Receitas financeiras	–	–	614	–
Baixas líquidas do ativo imobilizado	98	178	3.710	30.028
Baixas líquidas do ativo intangível	–	–	256	526
Arrendamento mercantil - juros apropriados	–	–	398	–
Empréstimos e Financiamentos - juros apropriados	–	–	2.881	3.654
Baixa líquida de investimentos	–	–	–	10
Receita diferida	–	–	7.993	(4.580)
	5.496	**5.309**	**213.617**	**118.177**
Redução (aumento) em ativos	**(113)**	**17.997**	**(11.215)**	**(89.736)**
Contas a receber	–	–	12.629	(35.417)
Tributos a recuperar	–	–	(18.183)	(4.481)
IR e CS a recuperar	(141)	–	(1.515)	(2.968)
Adiantamento a fornecedores	29	1	2.182	(996)
Estoques	–	–	(6.411)	(10.201)
Depósitos judiciais	–	–	(1.239)	(1.320)
Outros ativos	(1)	17.996	2.322	5.689
Aumento (redução) em passivos	**(4.583)**	**(5.352)**	**(49.067)**	**42.986**
Fornecedores	–	(2)	45.248	30.104
Salários e encargos a pagar	–	–	5.459	86
IR e CS	660	(461)	3.948	11.651
Impostos e contribuições	(1)	(379)	(3.567)	(1.017)
Outros passivos	(14)	(1.510)	478	4.962
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(2.498)	(2.228)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**6.031**	**20.854**	**251.469**	**112.421**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos e a receber	173.289	638	–	–
Outros investimentos	(90)	–	(753)	–
Propriedade para investimento - Adições	–	–	(30.121)	(23.643)
Imobilizado - Adições	(17)	(13.532)	(21.111)	(26.510)
Intangível - Adições	–	–	(380)	(466)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**173.182**	**(12.894)**	**(52.370)**	**(50.619)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e a pagar	(80.895)	(17.072)	(79.247)	(24.977)
Empréstimos e Financiamentos - captações	–	–	5.390	–
Empréstimos e Financiamentos - principal pago	–	–	(10.767)	(9.526)
Arrendamento mercantil - pagamentos	–	–	(1.477)	–
Participação de não controladores	–	–	(51.001)	(17.461)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(80.895)**	**(17.072)**	**(137.042)**	**(51.964)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**98.318**	**(9.112)**	**62.057**	**9.838**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	37.273	46.385	169.162	159.324
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	(135.591)	37.273	231.219	169.162
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**98.318**	**(9.112)**	**62.057**	**9.838**

As Notas Explicativas encontram-se à Disposição na sede da Companhia

Marcos Baumgart Stroczynski - Diretor **Luiz Claudio Maia Vieira** - Diretor Executivo Financeiro **Cleuber Lopes Mantana** - Contador - CRC 1SP205555/O-9

Otto Baumgart Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 60.642.774/0001-48

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		**144.134**	**117.490**	**183.401**	**131.207**
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.481	5.041	42.188	6.023
Contas a receber	7	49.105	53.404	48.158	54.947
Adiantamento a fornecedores		4.495	6.783	4.577	6.894
Tributos a recuperar	8	23.203	18.429	25.608	20.473
IR e CS a recuperar	9	6.331	10.983	10.076	16.769
Estoques	10	22.861	16.925	28.077	21.965
Outros ativos	11	4.663	5.930	4.717	4.411
Não circulante		**292.156**	**220.177**	**296.029**	**221.674**
Realizável a longo prazo		**92.968**	**79.730**	**96.018**	**81.332**
Depósitos judiciais	22	856	448	1.899	924
Tributos a recuperar	8	13.047	–	13.901	–
IR e CS a recuperar	9	5.795	–	8.057	–
IR e CS diferidos	13	73.100	79.282	74.171	80.408
Investimentos	14	73.175	20.330	–	–
Outros investimentos		–	750	–	750
Direito de uso de ativos	20.a	41.151	–	41.382	–
Imobilizado	15	122.928	117.865	144.255	138.290
Intangível	16	1.184	2.252	1.184	2.252
Total do ativo		**436.290**	**337.577**	**479.430**	**353.347**

Balanços patrimoniais Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo circulante		**78.645**	**57.626**	**74.943**	**45.622**
Fornecedores	17	–	–	118.037	72.789
Salários e encargos a pagar	18	–	–	17.702	12.244
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	14.108	8.279
Arrendamento mercantil	20	–	–	908	–
IR e CS	21	1.644	984	39.048	35.100
Impostos e contribuições	22	54	55	15.369	18.908
Dividendos a pagar	–	–	–	1.648	–
Outros passivos	23	2.126	2.140	14.159	13.674
Receita diferida	24	–	–	2.693	–
Não circulante		**19.989**	**20.600**	**193.773**	**156.353**
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	21.850	31.075
Arrendamento mercantil	20.b	–	–	2.693	–
Impostos e contribuições	22	–	–	639	767
Provisão para contingências	25	–	–	36.941	32.893
IR e CS diferidos	12	19.989	20.600	–	–
Outros passivos	23	–	–	91.650	91.658
Patrimônio líquido	**27**	**813.375**	**755.607**	**961.219**	**919.863**
Capital social		420.000	420.000	420.000	420.000
Reserva de incentivo fiscal		3.961	2.003	3.961	2.003
Reserva legal		29.788	22.855	29.788	22.855
Reserva de lucros		311.357	261.299	311.357	261.299
Ajuste de avaliação patrimonial		48.269	49.450	48.269	49.450
		813.375	755.607	813.375	755.607
Participação dos não controladores		–	–	147.844	164.256
Total do passivo e do patrimônio líquido		**892.009**	**833.833**	**1.273.737**	**1.268.592**

Demonstrações do resultados	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	26	320.773	248.019	380.936	294.833
Custos com vendas de mercadorias	26	(203.450)	(162.169)	(241.333)	(192.711)
Lucro bruto		**117.323**	**85.850**	**139.603**	**102.122**
Despesas gerais e administrativas	27	(52.303)	(52.284)	(60.387)	(68.786)
Despesas de vendas	27	(62.540)	(46.012)	(72.152)	(57.222)
(Provisão) reversão para perdas em ativos financeiros - contas a receber	7	(1.033)	1.315	(1.711)	1.536
Outras receitas (despesas)	28	16.637	(34.279)	15.909	(33.368)
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.845	(5.460)	–	–
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**20.929**	**(50.870)**	**21.262**	**(55.718)**
Receitas financeiras		7.404	1.447	7.640	1.690
Despesas financeiras		(10.300)	(4.067)	(10.542)	(24.218)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**29**	**(2.896)**	**(2.610)**	**(2.902)**	**(22.528)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		**18.033**	**(53.480)**	**18.360**	**(58.246)**
IR e CS correntes	30	–	–	(271)	–
IR e CS diferidos	30	(6.180)	15.621	(6.228)	20.387
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**11.851**	**(37.859)**	**11.851**	**(37.859)**
Lote de mil ações		24.243	34.243	24.243	34.243
Lucro (prejuízo) líquido por ação do capital social		**0,49**	**(1,04)**	**0,49**	**(1,06)**

Demonstrações do Resultados Abrangentes	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**11.851**	**(37.859)**	**11.851**	**(37.859)**
Total do resultado abrangente do exercício	**11.851**	**(37.859)**	**11.851**	**(37.859)**

Demonstrações do fluxos de caixa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**11.851**	**(37.859)**	**11.851**	**(37.859)**
Ajustes para reconciliação do resultado				
Depreciação - ativo imobilizado	5.796	4.900	6.721	5.366
Depreciação - direito de uso	5.005	–	5.188	–
Amortização - Intangível	934	1.777	934	1.777
Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber	1.033	(1.315)	1.711	(1.536)
Provisão para remissão do solo	–	7.502	–	7.502
Provisão para perda nos estoques	(81)	2.346	(316)	7.068
Provisão para contingências	(3.158)	4.342	(3.473)	3.763
IR e CS diferidos	6.182	(15.621)	6.238	(20.387)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.845)	5.460	–	–
Baixas líquidas do ativo imobilizado	2.676	25.533	3.753	25.585
Baixas líquidas do ativo intangível	253	526	253	526
Arrendamento mercantil - juros apropriados	4.990	–	5.007	–
Empréstimos e financiamentos - juros apropriados	2.311	3.002	2.311	3.002
	34.947	**4.493**	**40.178**	**(5.194)**
Redução (aumento) em ativos	**(18.664)**	**(11.463)**	**(20.079)**	**(4.824)**
Contas a receber	3.266	(7.431)	5.078	6.860
IR e CS a recuperar	(1.313)	(2.268)	(1.373)	(2.987)
Adiantamento a fornecedores	2.293	1.033	2.317	(693)
Tributos a recuperar	(17.821)	(4.810)	(18.056)	(4.488)
Estoques	(5.855)	(7.097)	(6.796)	(9.872)
Depósitos judiciais	(408)	(448)	(965)	(924)
Outros ativos	1.174	6.424	(284)	7.900
Aumento (redução) em passivos	**38.274**	**13.013**	**45.731**	**12.281**
Fornecedores	37.690	23.953	44.801	29.948
Salários e encargos a pagar	4.217	670	4.279	293
Impostos e contribuições	(3.994)	(1.564)	(4.427)	(1.571)
IR e CS	236	642	568	1.408
Outros passivos	2.007	(8.972)	2.382	(9.219)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.882)	(1.716)	(1.882)	(1.716)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**54.557**	**6.043**	**65.830**	**2.267**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Outros investimentos	(750)	–	(750)	–
Aquisição de intangível	(119)	(291)	(119)	(291)
Aquisição de imobilizado	(13.535)	(3.118)	(16.889)	(4.736)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(14.404)**	**(3.407)**	**(17.758)**	**(5.087)**
Juros sobre capital próprio e juros sobre capital próprio a pagar	–	(2.975)	–	(2.975)
Empréstimos e financiamentos - captações	5.390	–	5.390	–
Empréstimos e financiamentos - principal pago	(9.024)	(7.929)	(9.024)	(7.929)
Arrendamento mercantil - pagamentos	(8.079)	–	(8.273)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**(11.713)**	**(10.904)**	**(11.907)**	**(10.904)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**28.440**	**(8.268)**	**36.165**	**(13.624)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.041	13.209	6.023	19.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.481	5.041	42.188	6.023
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**28.440**	**(8.268)**	**36.165**	**(13.624)**

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação Controladores	Participação não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**420.000**	**314**	**21.213**	**247.625**	**50.631**		**739.783**	**739.992**	**890.775**	
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	–	–	–	–	(1.181)	1.181	–	–	–	
Incentivo fiscal ICMS	–	1.689	–	–	–	(1.689)	–	–	–	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	32.842	32.842	30.725	63.567	
Constituição de reserva legal	–	–	1.642	–	–	(1.642)	–	–	–	
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(1.535)	(1.535)	–	(1.535)	
Dividendos adicionais pagos	–	–	–	(15.482)	–	–	(15.482)	–	(15.482)	
Transferência entre reservas	–	–	–	29.157	–	(29.157)	–	–	–	
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto e pago	–	–	–	–	–	–	–	(17.461)	(17.461)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**420.000**	**2.003**	**22.855**	**261.300**	**49.450**	–	**755.608**	**764.256**	**919.864**	
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	–	–	–	–	(1.181)	1.181	–	–	–	
Incentivo fiscal ICMS	–	1.958	–	–	–	(1.958)	–	–	–	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	138.662	138.662	34.689	173.351	
Constituição de reserva legal	–	–	6.933	–	–	(6.933)	–	–	–	
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	(6.548)	(6.548)	–	(6.548)	
Dividendos adicionais pagos	–	–	–	(74.347)	–	–	(74.347)	–	(74.347)	
Transferência entre reservas	–	–	–	124.404	–	(124.404)	–	–	–	
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto	–	–	–	–	–	–	–	(51.001)	(51.001)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**420.000**	**3.961**	**29.788**	**311.357**	**48.269**	–	**813.375**	**147.944**	**961.319**	

As Notas Explicativas encontram-se à Disposição na sede da Companhia

Diretor-Presidente
Marcos Campos Bicudo

Gerente Executivo Financeiro
Rogério Ribeiro Soares

Cleuber Lopes Mantana - Contador - CRC 1SP205555/O-9

COMUNICADO DE EXTRAVIO
Declaramos para os devidos fins que foi extraviado o B/L (conhecimento de embarque) nº: 09113013212, de emissão de Evergreen Line, emitido em 28/02/2021, que acobertava carga da Malásia para nossa empresa. Tekla Industrial Têxtil Ltda - CNPJ nº 07.669.515/0001-28.

PLAJO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS

CNPJ nº 61.160.190/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **30/04/2021 às 16h** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento de capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 24/03/2021.
Vicente Baptista Bijarra - Diretor Presidente.

Center Norte S.A. Construção, Empreendimentos, Administração e Participação

CNPJ nº 45.246.402/0001-09

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais Ativo/Circulante	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	47.191	97.887
Contas a receber	41.917	44.483
Adiantamento a fornecedores	2.121	1.862
Tributos a recuperar	175	27
Estoques	2.301	1.686
Outros ativos	1.967	4.135
Não circulante	**647.461**	**625.615**
Realizável a longo prazo	111.619	106.075
Depósitos judiciais	1.572	299
IR e CS diferidos	110.047	104.776
Investimentos	1.123	2.981
Outros investimentos	3	–
Propriedade para investimento	500.249	479.378
Direito de uso	1.804	1.810
Imobilizado	29.117	20.690
Intangível	260	87
Total do ativo	**743.123**	**773.756**
Passivo patrimônio líquido/Circulante	**121.024**	**103.449**
Fornecedores	16.995	16.116
Salários e encargos a pagar	7.014	5.832
Empréstimos e financiamentos	1.804	1.810
Impostos e contribuições	10.461	9.466
IR e CS	35.266	32.438
Dividendos a pagar	5.635	–
Outros passivos	6.670	7.886
Receita diferida	37.764	29.900
Não circulante	**115.501**	**110.465**
Empréstimos e financiamentos	6.928	8.712
Impostos e contribuições	639	767
Provisão para contingências	24.134	17.136
Outros passivos	83.850	83.850
Patrimônio líquido	**506.962**	**561.742**
Capital social	312.000	312.000
Reserva legal	28.707	22.773
Reserva de lucros	165.256	226.873
Total do passivo e do patrimônio líquido	**743.123**	**775.756**

Demonstração do resultado	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida		**304.754**	**291.538**
Custos de locação e de outros serviços		(24.645)	(31.123)
Lucro operacional bruto		**280.109**	**260.415**
Despesas gerais e administrativas		(108.303)	(92.953)
Despesas de vendas		(11.188)	(2.223)
Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber		5.425	(23.784)
Baixa líquida de investimentos		–	10
Baixa líquida do ativo imobilizado		2.395	(1.968)
Resultado de equivalência patrimonial		2.042	1.747
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras e impostos		**170.480**	**141.244**
Receitas financeiras		29.117	20.690
Despesas financeiras		(22.450)	(14.684)
Resultado financeiro líquido		**6.667**	**6.006**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**177.142**	**147.240**
Imposto de Renda e Contribuição Social-correntes		(63.777)	(58.547)
Imposto de Renda e Contribuição Social-diferidos		5.271	16.387
Lucro líquido do exercício		**118.636**	**105.080**
Quantidade de ações do capital social integralizado - Nota 22		54.695	54.695
Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em Reais)		**2.17**	**1.92**

Demonstrações Do Resultados Abrangentes	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**118.636**	**105.080**
Total do resultado abrangente do exercício	**118.636**	**105.080**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**265.000**	**17.521**	**167.664**	–	**450.185**
Aumento de capital social	47.000	–	–	–	47.000
Lucro líquido do exercício	–	–	105.080	–	105.080
Constituição de reserva legal	–	5.254	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(5.254)	–	–
Dividendos adicionais propostos	–	–	(4.991)	–	(4.991)
Juros sobre capital próprio	–	–	(23.524)	–	(23.524)
Juros sobre capital próprio	–	–	(12.000)	–	(12.000)
Constituição de reserva de lucros	–	–	59.311	–	–
Dividendos adicionais - proposto	–	–	(168.788)	168.788	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**312.000**	**22.775**	**58.187**	**168.788**	**561.750**
Lucro líquido do exercício	–	–	118.636	–	118.636
Constituição de reserva legal	–	5.932	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(5.635)	–	(5.635)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	(168.788)	(168.788)
Constituição de reserva de lucros	–	–	107.069	(107.069)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**312.000**	**28.707**	**165.256**	–	**505.963**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2019	2018
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**118.636**	**105.080**
Depreciação	12.658	11.977
Amortização	108	122
Equivalência patrimonial	(2.042)	(1.747)
Provisão para perda estimada de créditos em ativos financeiros - contas a receber	(5.425)	23.784
IR e CS diferidos	(5.271)	(16.387)
Baixa líquida de investimentos	–	10
Baixa/ajuste líquido do ativo imobilizado	752	3.683
Juros sobre financiamento	570	652
Receita diferida	7.922	(4.560)
Provisão para contingências	6.998	826
Redução (aumento) em ativos	**134.806**	**123.440**
Redução (aumento) em passivos	**8.864**	**(8.279)**
Contas a receber	7.991	(11.250)
Adiantamento a fornecedores	(259)	(208)
Tributos a recuperar	(148)	(3)
Estoques	(615)	(329)
Depósitos judiciais	(273)	(408)
Outros ativos	2.168	2.922
Redução (aumento) em passivos	**9.558**	**(16.556)**
Fornecedores	879	6.177
Salários e encargos a pagar	1.182	(205)
Impostos e contribuições	867	933
IR e CS	2.828	(10.779)
Dividendos a pagar	5.635	–
Outros passivos	(1.216)	(3.728)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(617)	(512)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**153.228**	**97.605**
Atividades de investimento: Investimentos	3.900	–
Outros investimentos	(3)	–
Aquisição de imobilizado e propriedade para investimento	(31.399)	(27.314)
Aquisição de ativos intangíveis	(266)	(155)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(27.768)**	**(27.469)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.743)	(1.697)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(124.626)	(68.420)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(126.169)**	**(68.117)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(50.706)**	**(20.019)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	97.897	77.878
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	47.191	97.897
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(50.706)**	**(20.019)**

As Notas Explicativas encontram-se à Disposição na sede da Companhia

Diretor-Presidente
Waldir Chao
Gerente Financeiro
Juliana Lira Zambon
Contador
Erwin Herbert Kaufmann - CRC 1SP044483/O-1

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 – NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 335ª, 336ª, 337ª, 338ª, 339ª, 340ª, 341ª, 342ª, 343ª E 344ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A FORTE SECURITIZADORA S.A., companhia aberta, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olimpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 335ª, 336ª, 337ª, 338ª, 339ª, 340ª, 341ª, 342ª, 343ª e 344ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") para participarem da Assembleia Geral ("AGTCRI"), a ser realizada, em 1º convocação, em 14 de abril de 2021, às 14h, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, administrada pela Emissora, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), cujo acesso deve ser feito por meio de link a ser encaminhado aos Titulares de CRI habilitados, sem prejuízo da possibilidade de prenchimento e envio de instrução de voto à distância previamente à realização do conclave nos termos da ICVM 625, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: (i) a aprovação, ou não, da concessão de carência no pagamento das Amortizações Programadas dos CRI, conforme previstas no Anexo II do Termo de Securitização, por um período de 12 (doze) meses, com relação às parcelas vincendas nos meses de abril de 2021 (inclusive) a março de 2022 (inclusive), mantendo-se o pagamento da Remuneração dos CRI ("Carência de Amortização Programada dos CRI"); (ii) a aprovação, ou não, para que, no período entre os meses de outubro de 2021 (inclusive) e março de 2022 (inclusive), sejam realizadas Amortizações Extraordinárias dos CRI em montante a utilização de 50% (cinquenta por cento) dos recursos que eventualmente seriam destinados à Cedente a título de Saldo Remanescente do Preço de Cessão ("Amortizações Extraordinárias de Excedentes"); (iii) a aprovação, ou não, para que seja criado, no Patrimônio Separado, um fundo de despesas operacionais ("Fundo de Despesas Operacionais"), sem valor específico, com a finalidade de pagamento das despesas operacionais da Cedente ("Despesas Operacionais"), podendo a liberação de recursos de tal Fundo de Despesas Operacionais à Cedente ser realizada sem periodicidade específica, mas, em qualquer caso, mediante prévia aprovação da Securitizadora; (iv) caso aprovado a criação do Fundo de Despesas Operacionais, a aprovação, ou não, para que seja temporariamente estabelecido um mecanismo de caixa aseep para a Cedente no Patrimônio Separado, no montante de 100% (cem por cento) dos recursos que eventualmente seriam pagos à Cedente a título de Saldo Remanescente do Preço de Cessão e, cumulativamente, (**iv.a**) deverá virar até o mês em que o índice de cobertura de créditos indicar, na apuração da Razão Mínima do Saldo Devedor, valor igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento) ("Evento de Enquadramento Alvo"), independentemente de sua data ("Mecanismo Resolutivo de Caixa Aseep"); (**iv.b**) caso aprovada a criação do Fundo de Despesas Operacionais, recomendamos este que (**iv.b.i**) seja constituído no Fundo de Despesas Operacionais em determinado mês que sobejarem o montante utilizado para as Despesas Operacionais da Cedente naquele mês (i.e., os recursos existentes no Fundo de Despesas Operacionais após as liberações relativas às Despesas Operacionais da Cedente em um determinado mês), seguem destinados à realização de amortizações extraordinárias dos CRI até que um Evento de Enquadramento Alvo seja verificado ("Amortizações Extraordinárias com Sobejo do Fundo de Despesas Operacionais") (**iv.b.ii** do mês em referência de abril de 2022, que poderá ser antecipado a critério da Securitizadora, a partir do mês de referência de abril de 2022, de 120% (cento e vinte por cento) ("Redução da Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal"), que poderá ser antecipado a critério da

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ/ME 43.485.775/0001-62

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente considerarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.001	11.503	93.423	14.711
Aplicações financeiras	5	-	35.640	148	48.727
Contas a receber de clientes	6	72.776	61.406	73.287	62.003
Estoques	7	107.445	101.245	119.048	107.363
Impostos e contribuições a recuperar	8	5.359	3.808	5.742	3.960
Ativos biológicos	9	-	-	38.009	23.453
Partes relacionadas	19	799	-	-	-
Outros contas a receber		2.874	7.033	14.231	9.934
Total do ativo circulante		264.255	220.635	343.888	270.151
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Impostos e contribuições a recuperar	8	6.291	2.770	6.374	4.033
Depósitos judiciais	21	46.425	47.274	46.461	47.316
Partes relacionadas	19	13.163	16.289	13.163	16.289
Estoques	7	-	478	-	478
Precatórios a receber	10	27.473	-	27.473	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	534	-	689
Outros contas a receber		2.010	2.205	3.388	2.205
Investimentos	11	148.411	138.776	-	-
Imobilizado	12	175.152	181.023	340.531	338.868
Direito de uso de ativos	13	3.923	3.756	26.680	23.032
Intangível	14	247	335	262	382
Total do ativo não circulante		426.925	392.906	464.900	431.292
Total do Ativo		691.184	613.541	808.788	691.443

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Circulante					
Empréstimos, financiamentos	15	1.291	1.106	20.719	15.492
Arrendamentos a Pagar	16	1.123	3.076	4.639	6.827
Fornecedores	16	36.566	18.868	51.700	25.305
Obrigações	17	15.540	13.293	17.307	16.322
Obrigações fiscais	18	21.897	17.591	22.089	17.817
Partes relacionadas	19	14.034	8.084	14.034	8.084
Outros contas a pagar		8.149	3.213	9.124	3.618
Total do passivo circulante		96.932	67.293	139.522	93.763
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos	15	3.867	2.587	41.259	32.252
Arrendamentos a Pagar	16	1.836	22.040	4.439	28.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	30.482	27.842	50.352	45.391
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	7.051	6.516	7.277	6.669
Provisão para recuperação ambiental	22	-	-	428	462
Total do passivo não circulante		48.342	57.781	123.356	89.213
Patrimônio Líquido					
Capital social		80.819	61.417	80.819	61.417
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva para incentivos fiscais		7.147	6.145	7.147	6.145
Ajuste de avaliação patrimonial		89.125	90.855	89.125	90.855
Reservas de lucros		80.819	61.417	80.819	61.417
Lucros à disposição da Assembleia		290.001	288.634	290.001	288.634
Total do patrimônio líquido	24	547.910	508.467	547.910	508.467
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		691.184	613.541	808.788	691.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita Líquida de Vendas e Serviços	25	506.171	440.160	554.406	476.823
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	26	(313.712)	(263.575)	(352.770)	(296.490)
Ganho de Valor Justo dos Ativos Biológicos	9	-	-	10.162	576
Lucro Bruto		192.459	176.585	211.798	180.909
Receitas (Despesas) Operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	11	5.734	(2.332)	-	-
Despesas com Vendas	26	(102.646)	(94.679)	(102.646)	(94.679)
Gerais e administrativas	26	(42.502)	(47.551)	(46.477)	(51.957)
Outras receitas (despesas)					
Operacionais	26	24.829	6.983	24.710	6.698
		(114.585)	(137.579)	(124.413)	(139.938)
Lucro Antes do Resultado Financeiro		77.874	39.006	87.385	40.971
Resultado Financeiro	27	(6.624)	(2.994)	(7.994)	(3.286)
Lucro Antes do IR e da CS		81.498	45.024	84.391	43.763
Correntes	28	(20.531)	(8.054)	(20.948)	(8.563)
Diferidos	28	(2.967)	(4.406)	(5.118)	(5.224)
		(23.171)	(12.462)	(26.064)	(11.201)
Lucro Líquido do Exercício		58.327	32.562	58.327	32.562
Lucro Básico e Diluído por Ação do Capital Social - R$	29	36,90	20,60		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício		58.327	32.562	58.327	32.562
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:					
Provisão para IR e CS	28	23.171	12.462	26.064	11.201
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9	-	-	(10.162)	(576)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(5.734)	2.332	-	-
Depreciação e amortização de bens	26	26.227	22.808	33.627	29.416
Provisão para PDD	12	80	80	80	(40)
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	1.227	1.979	1.227	1.979
Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	7	222	592	250	620
Provisão para perdas em processos judiciais	31	7.174	7.056	7.682	7.414
Provisão para perdas operacionais		160	95	160	95
Resultado da venda dos ativos biológicos	9	-	-	29.604	24.775
Resultado na venda de ativo permanente		71	(93)	10	(92)
Baixa de arrendamento	13	-	-	(2.320)	(1.887)
Juros e variação monetária arrendamentos		(2.550)	(1.561)	(2.596)	(1.633)
Juros apropriados sobre passivos monetários		768	760	4.955	4.757
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	1.149	(7.384)	1.296	(7.326)
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental	22	-	-	(5)	1
Ganho em recuperação de créditos tributários		(27.352)	(1.343)	(27.352)	(1.343)
		82.940	70.272	120.847	99.923
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes		(12.597)	(7.817)	(12.515)	(7.424)
Estoques		(5.976)	15.162	(10.556)	17.207
Impostos a recuperar		(3.227)	2.358	(2.119)	2.706
Depósitos judiciais		1.435	(23.727)	1.366	(23.745)
Outras contas a receber		(802)	(574)	(5.610)	(1.475)
Fornecedores		13.698	2.117	26.398	1.785
Obrigações sociais		(6.987)	(5.176)	(7.396)	(5.683)
Obrigações fiscais		3.781	10.991	3.749	10.975
Obrigações por acordo judicial	20	-	(30.000)	-	(30.000)
Outras contas a pagar		5.590	(866)	5.712	(881)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		77.855	32.740	119.876	63.388
Juros pagos		(499)	(702)	(2.659)	(2.961)
IR e CS pagos		(22.336)	(7.596)	(22.888)	(8.150)
Caixa líquido proveniente das (aplicadas nas) atividades operacionais		55.020	24.442	94.329	52.277
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aplicações financeiras		35.635	33.243	48.579	33.178
Integralização e adiantamentos para futuro aumento de capital em controlada	11	(4.700)	(19.500)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	12	(15.303)	(18.765)	(25.088)	(31.037)
Aquisição de intangível	14	(33)	(79)	(33)	(79)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado		338	170	373	170
Gastos com plantio de cana-de-açúcar e soja	9	-	-	(34.932)	(27.172)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		15.937	(4.931)	(11.101)	(24.940)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas, líquidos		378	(3.676)	378	(3.676)
Ingresso de novos empréstimos e mútuos		-	-	18.009	3.000
Pagamentos de empréstimos e mútuos		(1.095)	(1.604)	(10.888)	(10.353)
Pagamentos de passivos de arrendamento		(1.460)	(3.758)	(4.773)	(3.934)
Pagamento de dividendos	24	(8.282)	(3.628)	(8.282)	(3.628)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento		(12.459)	(12.666)	(4.516)	(18.591)
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		58.498	6.845	78.712	8.746
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	11.503	4.658	14.711	5.965
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	4	70.001	11.503	93.423	14.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro Líquido do Exercício	58.327	32.562	58.327	32.562
Outros resultados abrangentes				
Resultado Abrangente Total do Exercício	58.327	32.562	58.327	32.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Retenção de lucros	Lucros acumulados	Lucros à disposição da Assembleia	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		61.417	(1)	4.160	45.001	-	49.133	-	267.117	486.724
Realização do custo atribuído	24.c	-	-	-	(1.739)	-	-	1.759	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	24.f	-	-	-	-	-	-	-	(2.735)	(2.735)
Aplicação em incentivos fiscais	24.b	-	-	1.985	-	-	-	(1.985)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	24.d	-	-	-	-	-	(49.133)	49.133	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	32.562	-	32.562
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	24.f	-	-	-	-	-	-	(8.084)	-	(8.084)
Reserva de retenção de lucros	24.d	-	-	-	-	-	49.133	(49.133)	-	-
Lucros à disposição da Assembleia	24.e	-	-	-	-	-	-	(24.252)	-	(24.252)
Saldos em 31 de dezembro 2019		61.417	(1)	6.145	43.262	47.593	12.284	49.133	-	508.467
Capitalização de lucros acumulados	24.a	19.402	-	-	-	-	-	-	-	(19.402)
Realização do custo atribuído	24.c	-	-	-	(1.714)	-	-	1.730	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	24.f	-	-	-	-	-	-	-	(4.850)	(4.850)
Aplicação em incentivos fiscais	24.b	-	-	1.002	-	-	-	(1.002)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	24.d	-	-	-	-	-	(49.133)	49.133	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	58.327	-	58.327
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	24.d	-	-	-	-	2.917	-	(2.917)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	24.f	-	-	-	-	-	-	(14.034)	-	(14.034)
Reserva de retenção de lucros	24.d	-	-	-	-	-	65.618	(65.618)	-	-
Lucros à disposição da Assembleia	24.e	-	-	-	-	-	-	25.619	-	25.619
Saldos em 31 de dezembro de 2020		80.819	(1)	7.147	41.548	47.577	15.201	65.618	290.001	547.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais - R$, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações Gerais A Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "controladora"), sediada na cidade de Pirassununga, no estado de São Paulo, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cervejas e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital social de sociedades, sob controle ou acionista, inclusive na forma de associação ("joint ventures"). A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo (Porto Ferreira/Lagoa/Bio), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento da cachaça e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga, Estado de São Paulo e outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga, Estado São Paulo. A unidade fabril de Cabo de Santo Agostinho-PE passou a ser explorada pela Companhia em setembro de 2017, em virtude do processo de incorporação da controlada Companhia Müller de Bebidas Nordeste. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 82,7% (80,8% em 2019) do total de produto acabado envazado pela Companhia. Do total da cana-de-açúcar processada por esta unidade, 60,3% (76,9% em 2019) foram adquiridos de terceiros. A Companhia Müller Agropecuária e Comércio EIRELI e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Guilherme Müller Filho e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente aos acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, tem por atividade preponderante a fabricação de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 8,3% (8,2% em 2019) do total envasado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivos fiscais nos âmbitos federal e estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 23. Participação em controladas Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia possui participação nas seguintes controladas: a) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio EIRELI ("Vale do Xingu") A controlada Vale do Xingu é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, e tem como atividades preponderantes: (i) plantio cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros para fornecimento à Destilaria Lagoado, filial da Companhia; e (ii) exercer a atividade de prestação de serviços de corte de cana-de-açúcar para a Companhia, além de prestação de serviços de plantio e manutenção de eucalipto. Na operação GMFO, também no Estado de São Paulo, a Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata") A controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Fazenda Centro da Mata, no município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso. Em 2014 teve início a cessação das operações pecuárias, realizadas no imóvel rural denominado fazenda Centro da Mata, até então explorada pela controlada Companhia Müller de Bebidas (em 2014) e a do projeto de exploração da atividades de grãos, aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral Extraordinária Controladora, ocorrida em 31 de janeiro de 2014 e cronograma de implementação e flexibilização do projeto, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Controladora, realizada em 28 de maio de 2015. Os investimentos em pecuária, anteriormente realizados, proporcionaram, com recursos de terceiros e o restante mediante aportes de recursos pela Controladora, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, a formação de rebanho de 40% de capital de terceiros e 60% de capital próprio, para fazer face aos investimentos previstos. O projeto previa que o fluxo de caixa da atividade agrícola será superavitário na medida em que a maturação do solo se consolida, resultando em produtividades crescentes. Estima-se um período de cinco anos, a partir da primeira safra, para que se alcance seu patamar. Em 2019, foi concluído o trabalho de limpeza e preparo de solo da área destinada ao projeto (8.968 ha). Em 2020 foi realizado plantio de soja, em uma área de 8.692 ha (2019 – 8.626 ha), com colheita iniciada em abril e concluída em janeiro, fevereiro e março de 2021. Neste ano também foi realizado plantio de milho, feijão e algodão, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. A cessação da atividade pecuária foi concluída em 2019 tendo sido totalmente eliminada as pastagens e as instalações pecuárias. Os ativos relacionados com a atividade pecuária foram integralmente baixados. Em reunião do Conselho de Administração da Controladora, ocorrida em 29 de novembro de 2018, em complemento ao projeto de grãos, foi aprovada a implantação de um sistema de irrigação, o engenharamento e a implantação de pivôs de irrigação e as obras tiveram início em 2019 com previsão de término em 2024. Para fazer face a este investimento, foi aprovado o aumento de capital de terceiros e 30% de capital próprio, sendo este último mediante aportes de recursos pela Controladora, a título de adiantamento para futuro aumento de capital. **2. Covid 19: Impactos e medidas tomadas pela Companhia:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março, a organização reclassificou do que se tratava de uma epidemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, incluindo os seus impactos potenciais, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da pandemia em 31 de dezembro de 2020, apresentamos que a projeções de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o próximo exercício está acompanhando a realidade e em constante revisão por parte da administração e, portanto, não há ressalvas para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se tiverem necessidade. Não apresentamos qualquer indício de impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de aprovação para emissão das suas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o planejamento de produção e comercialização para o ano de 2020 e também para 2021, as manutenções ordinárias foram executadas normalmente, com possíveis reduções de gastos para superar este momento, inclusive com adesão aos planos de contingência do governo federal, estadual e municipal. A esse respeito, os riscos e incertezas que se apresentam mais sensíveis à Companhia podem estar relacionados a implementação de medidas de contenção de despesas e pela redução da capacidade produtiva pelo isolamento social compulsório. A Companhia revisa constantemente os planos de investimentos, considerando o fluxo de caixa, para que possa estabelecer junto a seus clientes e fornecedores estratégias para gestão da crise. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis e Base de conformidade** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O mesmo das principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como segue: **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração estas serem prontamente conversíveis a montantes conhecidos de caixa e apresentarem um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. Aplicações financeiras Representadas, basicamente, por contas de banco investimento, com vencimento acima de 90 dias a partir da data de aplicação. Estão classificadas de acordo com a intenção de sua realização como investimentos pela Administração da Companhia. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. **2.4. Instrumentos financeiros** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas quando fazem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação que são diretamente atribuíveis à aquisição e emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos financeiros, ou adequado ao valor justo do passivo financeiro inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data de negociação. Compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ou no montante total ou parcelas de ativos financeiros

Continuação para 31 de dezembro de 2018 segue o CPC 06 e interpretações relacionadas, seguindo a abordagem retrospectiva modificada. Seguem os detalhes das mudanças nas políticas contábeis: a) Arrendamento. Definição CPC 06 (R2) A Companhia adotava a definição de arrendamento conforme ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Agora, de acordo com o CPC 06 (R2), considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transfere o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Os contratos de aluguel mercantil agrícola foram contabilizados como arrendamento, não obstante tenham natureza jurídica diversa. b) Arrendatária A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada, portanto, os períodos comparativos não foram reapresentados na adoção inicial e adotou os seguintes critérios: (i) avaliou todos os arrendamentos de acordo com o princípio na data da adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros incremental na data da adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros incremental na data de adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados (taxa média ponderada de 7,69%); e (ii) atribuiu valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. Os pagamentos mínimos do arrendamento e passivos para contratos de aluguel bem como (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos decorrentes de esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear. c) Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro A Companhia optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de financiamentos pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção. d) Arrendadora Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora. Os efeitos com data da adoção da norma estão detalhados na Nota explicativa 13.

3. Critérios de Consolidação As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas indicadas a seguir, assim definidas pelos critérios de controle e gerenciamento de operações, sendo todas as operacionais dessas empresas para auferir benefícios de suas atividades. A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no fim do exercício:

	Vale do Xingu 2020	Vale do Xingu 2019	Centro da Mata 2020	Centro da Mata 2019
Ativo circulante	19.771	18.281	60.672	31.244
Ativo não circulante	33.085	33.554	147.422	133.749
Ativo total	52.856	51.835	208.094	164.993
Passivo circulante	4.678	5.397	38.722	21.082
Passivo não circulante	16.153	4.679	56.861	46.753
Patrimônio líquido	32.025	41.647	106.382	97.125
Total do passivo e do patrimônio líquido	52.856	51.835	208.094	164.993
Receita líquida de vendas	15.823	15.626	35.869	26.208
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(14.274)	(12.852)	(28.299)	(25.284)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	524	(95)	5.638	671
Despesas operacionais	(195)	(388)	(3.841)	(4.253)
Resultado financeiro	(125)	414	(6.493)	(3.640)
Imposto de renda e contribuição social	(572)	(876)	(2.321)	(2.137)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.181	1.829	4.553	(4.161)

Na consolidação, foram eliminados os saldos e as transações entre as empresas por meio dos seguintes principais procedimentos: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e (e) cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Caixa e bancos	1.151	3.089	1.284	3.747
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósitos bancários	68.870	8.414	92.139	10.964
Total	70.001	11.503	93.423	14.711

A Companhia e suas controladas têm mantido suas aplicações financeiras em instituições bancárias de baixo risco, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o "rating" divulgado pelas agências de risco. As aplicações financeiras estão representadas por: certificados de depósito bancário - CDBs.

5. Aplicações Financeiras

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Títulos de capitalização (a)	-	105	-	105
Fundos de investimento (b)	4	35.535	148	48.622
Total	4	35.640	148	48.727

As aplicações financeiras estão representadas por: (a) Títulos de capitalização e (b) cotas de fundos de investimento compostos principalmente por debentures, títulos públicos e privados.

6. Contas a Receber de Clientes

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
No mercado interno	74.947	66.994	75.498	67.633
No mercado externo	3.651	2.971	3.651	2.971
Provisão para perda esperada	(5.822)	(8.559)	(5.822)	(8.559)
Total	72.776	61.406	73.327	62.045

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 24 dias em 2020 (24 em 2019). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores envolvidos, não foi registrado ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e do histórico de recebimento da Companhia e de suas controladas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. O saldo a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
A vencer	72.490	59.435	73.041	60.084
Vencidas até 90 dias	341	1.250	341	1.250
Vencidas de 91 a 180 dias	94	1.606	94	1.606
Vencidas há mais de 180 dias	5.673	7.724	5.673	7.724
Total das contas vencidas	6.108	10.580	6.108	10.080
Total das contas a receber de clientes	78.598	69.965	79.149	70.562

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Em 1º de janeiro	8.559	6.815	8.559	6.815
Constituição (reversão) de provisão	1.227	1.979	1.227	1.979
Baixas como incobráveis	(3.964)	(235)	(3.964)	(235)
Em 31 de dezembro	5.822	8.559	5.822	8.559

A provisão para perda esperada é registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. As novas provisões são baixadas dos quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber.

7. Estoques

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Produtos acabados	7.917	9.331	8.251	9.331
Produtos em elaboração	13.737	14.179	13.737	14.179
Matérias-primas	62.986	59.887	63.772	60.203
Materiais para acondicionamento e embalagem	7.636	7.245	7.636	7.245
Materiais de almoxarifado e outros	13.883	9.435	15.682	15.526
Adiantamentos para fornecimento de cana-de-açúcar (*)	4.213	4.317	4.213	4.317
Provisão para obsolescência	(2.893)	(2.671)	(3.209)	(2.960)
Total	107.440	101.723	110.282	108.841
Circulante	107.445	101.245	119.048	107.363
Não circulante	34	428	(8.766)	428
Total	107.479	101.723	110.282	107.841

(*) Referre-se a adiantamentos concedidos para fornecedores que serão realizados mediante entrega de cana-de-açúcar. Parcela de adiantamentos a ser realizada em período superior a 12 meses está registrada no ativo não circulante. Não há estoques da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foram constituídas provisões para obsolescência de estoques, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Em 1º de janeiro	2.671	2.078	2.960	2.340
Constituição/ (reversão) de provisão	222	593	249	620
Em 31 de dezembro	2.893	2.671	3.209	2.960

8. Impostos e Contribuições a Recuperar

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	3.020	2.711	2.983	2.711
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (*)	6.020	2.674	6.331	2.779
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	1.188	1.167	1.188	1.167
Imposto de renda e contribuição social	1.409	14	1.593	565
INSS	13	12	21	771
Total	11.650	6.578	12.116	7.993
Circulante	5.359	3.808	5.742	3.960
Não circulante	6.291	2.770	6.374	4.033
Total	11.650	6.578	12.116	7.993

(*) No total de R$6.020 (R$2.674 em 2019) o valor de R$3.359 referre-se crédito apurado em virtude do trânsito em julgado, ocorrido em novembro de 2020, da ação impetrada pela incorporada CMBNE, em que discutia o direito de excluir das bases de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, o montante do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de janeiro de 2015 a julho de 2017. O valor do crédito atualizado será compensado, tão logo seja homologado o pleito de habilitação junto à Receita Federal do Brasil. Em dezembro de 2020 o crédito foi registrado no resultado sob a rubrica "Outros Resultados Operacionais" no valor de R$3.219 mil (crédito tributário atualizado líquido dos honorários de êxito e da incidência de Pis/Cofins sobre o valor da atualização).

9. Ativos Biológicos Os ativos biológicos de suas controladas compendem: (a) cultivo de soja, milho, algodão e feijão pela controlada Centro da Mata e (b) cultivo de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu para abastecimento de matéria-prima na produção de aguardente da Companhia. a) Composição dos saldos

	Controladora 31.12.20 Quantidade	Controladora 31.12.20 Valor	Consolidado 31.12.19 Quantidade	Consolidado 31.12.19 Valor
Lavoura de cana-de-açúcar (hectares-ha)	1.277	3.163	1.750	3.225
Lavoura de soja (hectares - ha) (i)	8.692	34.821	8.692	20.228
Lavoura de milho (hectares- ha) (i)	2.155	6	-	-
Lavoura de algodão (hectares- ha) (iii)	28,2	69	-	-
Total dos ativos biológicos		38.009		23.453
Ativo circulante		38.009		23.453
Ativo não circulante		-		-
Total dos ativos biológicos		38.009		23.453

b) Movimentação dos saldos

	Cana-de-açúcar	Soja	Gado e equinos	Milho	Demais culturas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.015	18.389	75	-	-	20.479
Variações no valor justo	(95)	701	(30)			576
Gastos com plantio	4.705	21.595	-	873	-	27.173
Custo de vendas	(3.400)	(20.457)	(45)	(873)	-	(24.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.225	20.228	-	-	-	23.453
Variações no valor justo	524	9.303	-	-	335	10.162
Gastos com plantio	4.336	26.264	-	2.470	1.862	34.932
Custo de vendas	(4.922)	(20.974)	-	(2.464)	(1.244)	(29.604)
Produtos colhidos e transferidos para os estoques	-	-	-	-	(934)	(934)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.163	34.921	-	6	19	38.009

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada do Xingu possui 1.277 ha (1.750 ha em 2019) de cana-de-açúcar plantada sendo: (i) 491 ha (491 ha em 2019) em terras próprias; e (ii) 786 ha (1.259 ha em 2019) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida a usina de açúcar e utilizada como matéria-prima na produção de cachaça. Esse ativo está avaliado pelo valor justo, menos as despesas de vendas. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo biológico da controlada Centro da Mata é composto pelas seguintes lavouras: (i) soja, cultivada em 8.692 ha (2019 - 8.636 ha), (ii) algodão, com previsão de colheita em 28,2 ha, (iii) milho, com previsão de colheita de 2.155 ha. Os valores apresentados para as culturas de algodão e milho correspondem aos custos incorridos de plantio, que será concluído em fevereiro de 2021. c) Determinação do valor justo O valor justo é determinado no reconhecimento inicial do ativo biológico e remensurado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou a perda na variação do valor justo em cada exercício é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos na formação até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo, menos as despesas de venda, aproxima-se do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação seja de grande material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. O valor justo dos ativos biológicos é calculado com base em projeções do fluxo de caixa líquido a ser gerado pelos ativos, descontados a valor presente. Os principais pressupostos utilizados na determinação do valor justo da lavoura de soja:

	2020	2019
Área total estimada da colheita (ha)	8.692	8.636
Produtividade prevista (sc/ha) (i)	54,70	51,90
Preço médio (em reais / sc)	94,33	64,06
Taxa de desconto (ii)	8,62%	8,08%
Previsão de início da colheita (iii)	janeiro	janeiro

(i) A produtividade é calculada com base em dados históricos, por talhão de plantação, em que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima, etc. (ii) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital, calculado com base na taxa de risco e o perfil de endividamento do setor no País. (iii) O período de colheita é de aproximadamente quatro meses e de colheita, de três meses, com início em janeiro de 2021. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo não sofreram alterações em relação ao período anterior. Os contratos de parceria rural são avaliados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados, caracterizando, portanto, mensuração de valor justo de nível 3. Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados observáveis de um mercado ativo, informações não observáveis.

10. Precatórios a Receber Em novembro de 2020, foi expedido precatório, no valor atualizado de R$27.473, decorrente de crédito apurado pelo trânsito em julgado, ocorrido em maio de 2020, da ação judicial que discutia a inconstitucionalidade da taxa de ressarcimento de custos de selo de controle de IPI, pagos pela incorporada CMBNE no período de novembro de 1998 a novembro de 2007. O montante foi registrado no resultado sob a rubrica "Outros Resultados Operacionais" no valor de R$ 25.485 mil (crédito tributário líquido dos honorários de êxito e da incidência de Pis e Cofins sobre o valor da atualização).

11. Investimentos em Controladas a) Composição dos saldos

	Vale do Xingu	Centro da Mata	31.12.2020 Total	31.12.19 Total
Investimento	47.025	148.411	195.436	172.768

b) Adiantamentos para futuro aumento de capital Em 20 de dezembro de 2018, foi firmado instrumento de Acordo de Adiantamento para futuro aumento de Capital com a Companhia, mediante o qual esta se obriga a efetuar a concessão de até R536.570 à controlada Centro da Mata a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram efetuados R$4.700 (R$19.500 em 2019). Os adiantamentos efetuados em dezembro de 2018, R$3.500 e em janeiro de 2019, R$4.000, foram integralmente capitalizados em abril de 2019, mediante atribuição de uma nova cota a cada R$1,00 integralizado, elevando o capital de R$40.683 para R$48.183. Em abril de 2020, o saldo remanescente de adiantamentos efetuados em 2019, no valor de R$15.500, foi integralmente capitalizado, mediante atribuição de uma nova cota a cada R$1,00 integralizado, elevando o capital de R$48.183 para R$63.683.

	2020	2019
No início do exercício	14.500	3.500
Adiantamentos recebidos	4.700	19.500
Aumento de capital	(15.500)	(7.500)
No final do exercício	3.700	15.500

c) Movimentação dos investimentos em controladas

	Vale do Xingu	Centro da Mata	Total
Participação total no capital social - %	100	100	100
Quantidade de ações/ cotas	42.029	63.683	105.712
Quantidade de ações/ cotas possuídas	42.029	63.683	105.712
Patrimônio líquido	42.828	106.161	148.989
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.181	4.332	5.513
Saldo em 31 dezembro de 2018	39.818	81.593	121.411
Resultado de equivalência patrimonial	1.829	(4.161)	(2.332)
Integralização de capital social		4.000	4.000
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)		15.500	15.500
Saldo em 31 dezembro de 2019	41.647	97.132	138.779
Resultado de equivalência patrimonial	1.181	4.553	5.734
Integralização de capital social			
Distribuição de dividendos	(799)		(799)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		4.700	4.700
Saldo em 31 dezembro de 2020	42.029	106.385	148.414

(*) Em abril de 2020, foi efetuada alteração no contrato social da controlada Centro da Mata, com o intuito de capitalizar o capital social no valor de R$ 15.500.

12. Imobilizado Composição dos saldos

	Controladora Custo Total	Controladora Depreciação acumulada	Controladora Provisão para perdas	Controladora 31.12.19 líquido
Terras e terrenos	15.200	-	-	15.216
Edificações e benfeitorias	130.840	(45.664)	-	77.731
Máquinas e equipamentos	181.161	(136.308)	-	47.791
Reservatórios e tonéis	52.915	(30.677)	-	23.330
Contentores e recipientes	20.194	(9.766)	(88)	10.340
Equipamentos de informática	3.564	(3.174)	-	390
Máquinas e implementos agrícolas	12.857	(8.611)	-	4.246
Veículos	14.554	(12.153)	-	2.401
Móveis, utensílios e outros	2.402	(2.140)	-	262
Total em operação	413.687	(240.648)	(88)	172.951
Obras em andamento	3.717			3.717
Total	415.888	(240.648)	(88)	175.152

	Consolidado Custo Total	Consolidado Depreciação acumulada	Consolidado Provisão para perdas	Consolidado 31.12.19 líquido
Terras e terrenos	18.381	-	-	15.216
Edificações e benfeitorias	132.047	(48.126)	(121)	83.800
Máquinas e equipamentos	168.361	(122.528)	(4)	45.829
Máquinas e implementos agrícolas	36.534	(18.535)	(6)	17.993
Reservatórios e tonéis	53.322	(30.867)	-	22.455
Veículos	8.119	(7.218)	(91)	901
Contentores e recipientes	20.194	(9.767)	(88)	10.339
Equipamentos de informática	3.717	(3.285)	-	432
Terras de exploração	126.593	-	-	126.593
Lavoura de cana-de-açúcar	9.194	(2.404)	-	6.790
Móveis, utensílios e outros	2.511	(2.223)	(4)	284
Total em operação	578.973	(245.751)	(224)	333.000
Obras em andamento	6.734			6.734
Total	585.707	(244.951)	(224)	340.534

Movimentação dos saldos

	Terras e terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e instalações	Reservatórios e tonéis	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.216	78.427	48.852	22.885	8.795	580	3.619	691	281	179.246	1.894
Aquisição	-	158	6.260	-	3.552	205	334	147	59	10.715	8.360
Baixas	-	-	(51)	-	(21)	(2)	-	(3)	-	(76)	(76)
Transferências	-	2.220	2.772	1.805	-	63	105	63	-	6.965	(7.187)
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Depreciação	-	(2.974)	(10.042)	(1.360)	(2.468)	(250)	(1.142)	(431)	(44)	(18.837)	-
Em 31 de dezembro de 2019	15.216	77.731	47.791	23.330	9.675	536	2.916	467	296	177.956	3.067
Aquisição	-	42	4.848	40	4.771	59	1.308	4	-	12.081	5.783
Baixas	(16)	-	(14)	(1)	(361)	(16)	(16)	-	-	(408)	(408)
Transferências	-	469	5.345	278	84	(11)	84	-	-	5.165	(6.645)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	(80)
Depreciação	-	(3.066)	(13.117)	(1.415)	(3.662)	(192)	(1.046)	(229)	(37)	(22.762)	-
Em 31 de dezembro de 2020	15.200	75.176	44.853	22.232	10.307	376	3.246	242	264	172.047	2.205

	Terras e Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e instalações	Máquinas e Implementos Agrícolas	Reservatórios e tonéis	Veículos	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Terras de Exploração	Móveis e Utensílios	Lavoura de cana-de-açúcar	Total em operação	Consolidado Total em Andamento	Consolidado Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.216	84.915	49.612	15.689	23.141	2.417	8.796	651	120.606	578	5.389	327.010	2.926	329.936
Aquisição (*)	-	158	6.459	1.153	-	147	3.553	224	-	59	1.899	14.086	12.616	26.702
Baixas	-	(53)	(51)	-	-	(3)	(21)	(1)	-	-	-	(78)	(78)	(78)
Transferências	-	3.304	2.771	3.116	1.805	(59)	-	-	5.987	(218)	-	16.726	(16.948)	(223)
Depreciação	-	(3.238)	(10.131)	(2.905)	(1.397)	(1.060)	(2.644)	(276)	-	(109)	(1.750)	(23.510)	-	(23.510)
Reversão de provisão - Reversão de provisão para perdas	-	31	2	6	4	(7)	8	-	-	4	-	40	-	40
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.216	85.298	48.660	17.240	23.553	1.589	9.691	598	126.593	314	5.538	334.274	4.594	338.868
Aquisição (*)	-	64	4.989	3.265	75	71	4.771	71	10	3.131	16.447	13.882	30.329	
Baixas	(16)	-	(151)	(16)	-	(16)	(361)	-	-	-	(1.262)	-	(1.262)	
Transferências	3.181	1.848	5.413	516	278	37	(11)	-	-	-	11.262	(11.742)	(480)	
Depreciação	-	(3.440)	(13.218)	(3.018)	(1.455)	(778)	(3.667)	(226)	-	(43)	(1.879)	(27.724)	-	(27.724)
Complemento de provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de provisão para perdas	-	32	-	6	4	-	(81)	-	-	3	-	(36)	-	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.381	83.800	45.829	17.993	22.455	901	10.339	432	126.593	284	6.790	333.797	6.734	340.531

(a) As adições ao imobilizado no exercício referem-se substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para a Companhia e suas controladas, e à aquisição de máquinas industriais e vasilhame de vidro pela Companhia. A depreciação do exercício foi alocada como segue:

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Custo de produção	21.117	17.187	25.535	21.520
Despesas operacionais	1.650	1.700	2.189	2.108
Total	22.767	18.887	27.724	23.628

Desse montante, a depreciação da mais-valia do custo atribuído monta a R$2.594 (R$2.634 em 2019) na controladora e R$2.621 (R$2.663 em 2019) no consolidado. O valor correspondente, líquido dos efeitos tributários, foi transferido da rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" para "Lucros acumulados", a título de realização do custo atribuído, em decorrência da mutação do patrimônio líquido. Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2020, houve revisão das referidas bases sem a necessidade de sua alteração em relação a 2019. A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados, exceto pela provisão apresentada a seguir: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em virtude da cessação das operações pecuárias, foi constituída provisão para perdas sobre os ativos relacionados à esta atividade que não apresentavam valor de realização, no decorrer de 2020 houve reversão da provisão no montante de R$140 mil (R$40 mil em 2019). Ativos dados em garantia: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos:

	31/12/2020 Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2019 Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	7.067	(1.079)	5.988	7.067	(1.079)	5.988
Máquinas, aparelhos e equipamentos	6.989	(4.871)	2.118	6.989	(4.362)	2.627
Máquinas e implementos agrícolas	25.171	(13.221)	11.950	19.485	(10.349)	9.136
Veículos	3.524	(3.327)	197	2.965	(2.602)	363
Equipamentos diversos	261	(180)	81	246	(148)	98
Instalações elétricas e hidráulicas	360	(59)	301	360	(52)	308
Sistema de irrigação	3.642	-	3.642	-	-	-
Total	47.014	(22.737)	24.277	37.112	(18.490)	18.622

13. Direito de Uso e Arrendamento a Pagar e Parcerias Agrícolas Conforme descrito na nota 2.21, a Companhia reconhece os direitos de uso e os passivos de arrendamento a partir do 1º de janeiro de 2019. A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola durante o período foi a seguinte:

	Veículos	Imóveis	Empilhadeiras	Equipamentos de processamento de dados	Parceria Agrícola	Controladora 31/12/2020 Direito de Uso
Adição em 1º de janeiro de 2019	4.710	567	1.273	-	-	6.550
Adições / Ajustes	158	24	(57)	876	-	1.001
Depreciação	(2.758)	(182)	(768)	(87)	-	(3.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.110	409	448	789	-	3.756
Adições / Ajustes	9.280	146	14	14	-	9.254
Depreciação	(2.524)	(183)	(682)	(175)	-	(3.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.866	229	-	628	-	9.723

	Veículos	Imóveis	Empilhadeiras	Equipamentos de processamento de dados	Parceria Agrícola	Consolidado 31/12/2020 Direito de Uso
Adição em 1º de janeiro de 2019	4.994	567	1.273	-	5.089	11.923
Adições / Ajustes	408	24	(57)	964	3.632	4.971
Crédito de Impostos (Pis e Cofins)	(22)	-	-	(88)	-	(110)
Depreciação / Amortização	(2.930)	(182)	(768)	(87)	(1.785)	(5.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.450	409	448	789	6.936	11.032
Adições / Ajustes	10.104	2.229	448	66	14	9.054	21.335
Crédito de Impostos (Pis e Cofins)	(12)	-	-	-	-	(12)

14. Intangível

	Softwares	Marcas, patentes e outros	Total	Softwares	Marcas, patentes e outros	Consolidado Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	387	7	394	468	7	475
Aquisição	79	-	79	79	-	79
Amortização	(131)	(7)	(138)	(165)	(7)	(172)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	335	-	335	382	-	382
Aquisição	33	-	33	41	-	41
Amortização	(121)	-	(121)	(153)	-	(153)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	247	-	247	262	-	262

A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável desse ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Vencimento	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Jun/2022	1.080	1.381	3.847	4.561
Jul/2030	1.444	1.983	8.263	7.297
Abr/2021	-	-	55	55
Abr/2023	73	329	73	329
Ago/2023	2.561	-	17.622	-
Mai/2027	-	-	29.077	32.421
Mai/2021	-	-	3.055	3.681
	5.158	3.693	61.978	47.344
(-) Juros	(1.291)	(1.166)	(20.716)	(15.475)
	3.867	2.587	41.258	32.252
(-) Parcelas no curto prazo	(3.138)	(2.025)	(21.978)	(17.744)
	729	562	19.280	14.508

(*) Referre-se a adiantamentos concedidos para fornecedores que serão realizados mediante entrega de cana-de-açúcar. Parcela de adiantamentos a ser realizada em período superior a 12 meses está registrada no ativo não circulante. Não há estoques da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foram constituídas provisões para obsolescência de estoques, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Em 1º de janeiro	2.671	2.078	2.960	2.340
Constituição/ (reversão) de provisão	222	593	249	620
Em 31 de dezembro	2.893	2.671	3.209	2.960

	Controladora 31.12.20	Controladora 31.12.19	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	3.020	2.711	2.983	2.711
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (*)	6.020	2.674	6.331	2.779
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	1.188	1.167	1.188	1.167
Imposto de renda e contribuição social	1.409	14	1.593	565
INSS	13	12	21	771
Total	11.650	6.578	12.116	7.993
Circulante	5.359	3.808	5.742	3.960
Não circulante	6.291	2.770	6.374	4.033
Total	11.650	6.578	12.116	7.993

(*) No total de R$6.020 (R$2.674 em 2019) o valor de R$3.359 referre-se crédito apurado em virtude do trânsito em julgado, ocorrido em novembro de 2020, da ação impetrada pela incorporada CMBNE, em que discutia o direito de excluir das bases de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, o montante do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de janeiro de 2015 a julho de 2017. O valor do crédito atualizado será compensado, tão logo seja homologado o pleito de hab

Continuação - sentença arbitral referida acima, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em 8 de março de 2017 com o objetivo de deliberar acerca da destinação dos referidos valores. Nesta assembleia foi deliberado a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$22.545, sendo que o saldo remanescente permanecerá na conta "Lucros à disposição da Assembleia" até que nova destinação fosse dada pelos acionistas em deliberação por ocasião do Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. Ressalta-se que a questão relativa à capitalização de lucros foi objeto de novo procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 52/2017/SECA, mencionado no item "e", adiante. Em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2020 foi deliberada a capitalização do saldo remanescente do lucro líquido findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$19.402, sem emissão de novas ações, elevando o capital social para R$80.819 (R$61.417 em 2019). Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020 foi aprovada a capitalização de parte do saldo da conta "Lucros à Disposição da Assembleia", no montante de R$ 171.848, aumentando o valor do capital social da Companhia para R$252.667, mantendo-se inalterado o número de ações em que se divide o referido capital ("2ª Capitalização"), conforme disposto no caput do Artigo 5º do Estatuto Social. Nesta mesma ocasião foi deliberado: Liminar obtida por acionistas os efeitos da 2ª Capitalização estão suspensos até que ocorra a revogação da liminar ou até que seja proferida decisão definitiva confirmando a eficácia da 2ª Capitalização. b) Incentivos fiscais: Companhia reconhece os valores decorrentes de incentivos fiscais de reduções baseadas nos limites do imposto sobre a renda e do ICMS, conforme mencionados na nota explicativa 23, no valor R$7.147 (R$6.145 em 2019). c) Ajuste de avaliação patrimonial. Refere-se ao ajuste do ativo imobilizado pelo custo atribuído registrado em 1º de janeiro de 2009 na Companhia e em suas controladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, e realizado na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados, conforme nota explicativa 12. d) Reserva de lucros. Reserva legal: Reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Para os exercícios sociais encerrados entre dezembro de 2016 e dezembro de 2019 este limite foi atingido, motivo pelo qual o saldo desta conta permaneceu inalterado. Em 2020, face ao aumento do capital social, mencionado no item "a", foi destinado a esta conta o valor de R$2.917, que totaliza R$15.201 (R$12.284 em 2019). Retenção de lucros Os orçamentos de capital para projetos de investimento da Companhia e de suas controladas totalizam R$243.550 (R$108.920 em 2019), dos quais R$70.211 (R$50.756 em 2019) referem-se a recursos próprios. A proposta da Administração, em observância ao artigo 192 da Lei nº 6.404/76, levando em consideração a previsão de retenções constante no artigo 196 da referida lei, é de retenção do montante de R$65.618 (R$49.133 em 2019), que está apresentada em rubrica específica, para aprovação nos termos do orçamento de capital que será submetido à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. e) Lucros à disposição da Assembleia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa rubrica, no montante de R$290.001 (R$288.634 em 2019), é composto pelos seguintes valores: (i) R$264.382 que se referem a saldo remanescente (após a aprovação do pagamento de dividendos e demais destinações) do lucro líquido de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleias de acionistas, a saber:

Exercício Social findo em	Assembleia geral de acionista realizadas em:	R$
31 de dezembro de 2012	10/setembro/2013	57.518
31 de dezembro de 2014	26/maio/2015	25.121
31 de dezembro de 2015	18/maio/2016	26.096

Efeito líquido do cumprimento à sentença arbitral proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, no âmbito do procedimento arbitral nº 16/2013, conforme mencionado nos itens: "a" e "f" desta nota explicativa

31 de dezembro de 2016	08/março/2017 85.804
31 de dezembro de 2017	25/abril/2017 44.969
31 de dezembro de 2017	27/abril/2018 13.951
31 de dezembro de 2018	02/maio/2019 10.942
	264.382

(ii) R$25.619 (R$24.252 em 2019) que se refere ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (após o provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25%), o qual será destinado em conformidade com o que for deliberado na Assembleia Geral que aprovar as contas do referido exercício social (prevista para ser realizada no mês de abril de 2021), podendo ser capitalizado ou distribuído como dividendos, observando o limite máximo previsto no Acordo de Acionistas da Companhia. O saldo remanescente de 2019, conforme deliberado em assembleia de acionistas realizada em 30 de abril de 2020, no montante de R$24.252 teve a seguinte destinação: (i) R$19.402 integralização de capital e (ii) R$4.850 distribuição de dividendos aos acionistas, uma vez que foi deliberado o limite máximo previsto no acordo de acionista de 40%. O saldo desta conta foi objeto de questionamento por acionistas em procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 52/2017/SECA. Em 9 de setembro de 2019 foi proferida sentença no âmbito do referido Procedimento Arbitral segundo a qual as Cláusulas 5.3 e 5.3.1 do Acordo de Acionistas foram declaradas validas, determinando que: (i) o equivalente a 25% do lucro líquido deverá ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório: (ii) salvo deliberação unânime, o limite máximo de dividendos passíveis de distribuição corresponderá sempre a 40% do lucro líquido ajustado de cada exercício, sendo que a parcela restante deverá ser objeto de orçamento de capital e/ou capitalização. Em 23 de dezembro de 2019 foi realizada assembleia de acionistas deliberar sobre a destinação do saldo da conta de "Lucros à Disposição da Assembleia", observado o disposto na referida sentença arbitral. Os acionistas, por unanimidade, deliberaram pela suspensão desta assembleia determinando que ela deverá ser retomada em 30 de março de 2020. A referida assembleia foi reagendada para 31 de julho de 2020, tendo sido novamente reagendada para 30 de novembro de 2020, ocasião em que foi aprovada pela totalidade do capital social votante a capitalização de parte do saldo desta conta, no montante de R$171.848, mantendo o valor do capital social da Companhia para R$252.667, mantendo-se inalterado o número de ações em que se divide o referido capital. O saldo remanescente, no valor de R$92.534 mil, permanecerá na conta "Lucros à Disposição da Assembleia" posterior deliberação pelos acionistas. Em virtude de Decisão Liminar obtida por acionistas os efeitos da capitalização referida acima estão suspensos até que ocorra a revogação da liminar ou até que seja proferida decisão definitiva confirmando a eficácia da deliberação. f) Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais. (i) Dividendo mínimo obrigatório propostos - a proposta de dividendos mínimo obrigatório consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada a razão de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, em especial, no disposto nos artigos 196 e 197. Para fins de determinação da base de cálculo dos dividendos, a Administração, observando o deliberado na Assembleia Geral Ordinária, que aprovou as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2014, aplicou o ajuste decorrente dos efeitos da realização do custo atribuído. Segue adiante o demonstrativo de cálculo dos dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	58.327	32.562
Reserva legal	(2.917)	-
Prejuízos fiscais	(1.204)	(1.985)
Realização do custo atribuído	1.730	1.759
Base de cálculo dos dividendos	55.936	32.336
Dividendos mínimo obrigatório propostos - 25%	14.034	8.084
Dividendo por ação em reais	0,55	0,31

Qualquer valor de dividendo acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. (ii) Dividendo adicionais: por deliberação de Assembleia geral de acionistas poderão ser distribuídos dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, limitado a 40% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do estatuto social da Companhia e no Acordo de Acionistas, a saber:

Exercício social findo em:	Data da realização do AGO	Valores R$	Dividendo por ação (em R$)
31 de dezembro de 2018	02 de maio de 2019	2.735	1,73
31 de dezembro de 2019	30 de abril de 2020	4.850	3,07

Conforme deliberado nas mencionadas Assembleias, o dividendo relativo ao exercício social findo em 2018 foi pago a título de juros sobre o capital próprio, calculados nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 do Imposto de Renda e Retido na Fonte – IRRF e relativo ao exercício findo em 2019 o valor de R$6.467 também pago a título de juros sobre o capital próprio.

25. Receita líquida de vendas e serviços A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado interno	762.632	661.497	814.078	700.922
Mercado externo	13.428	13.585	13.428	13.585
IPI	(145.471)	(128.540)	(145.471)	(128.540)
ICMS	(72.035)	(62.411)	(72.133)	(62.411)
COFINS	(40.829)	(35.050)	(41.495)	(35.754)
PIS	(8.864)	(7.609)	(9.009)	(7.763)
ISS	(69)	-	(339)	(286)
Contribuição sobre a produção rural	-	-	(1.807)	(1.362)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(2.621)	(1.312)	(2.846)	(1.568)
Receita líquida das vendas	506.171	440.160	554.406	476.822
Classificadas como:				
Vendas de produtos	504.512	440.160	501.513	434.989
Vendas de ativo biológico	-	-	43.285	33.784
Vendas de serviços	1.659	-	9.608	8.050
Total	506.171	440.160	554.406	476.822

26. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia e suas controladas apresentam a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Consumo de matérias-primas e materiais	(200.521)	(156.721)	(209.100)	(163.707)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(102.381)	(100.115)	(111.177)	(107.724)
Manutenção, reparos e limpeza	(15.953)	(19.841)	(18.260)	(23.946)
Depreciação e amortização	(26.227)	(22.808)	(33.627)	(29.416)
Despesas com vendas e exportação	(73.078)	(67.244)	(74.020)	(68.163)
Baixas de bens do imobilizado	(71)	93	(54)	91
Expedição, fretes e carretos	(10.548)	(11.193)	(10.552)	(11.199)
Energia, tarifas e taxações	(7.542)	(7.642)	(17.868)	(16.335)
Outras receitas (*)	30.720	11.378	30.720	11.378
Outras despesas (*)	(28.430)	(24.729)	(33.245)	(27.407)
Total	(434.031)	(398.822)	(477.183)	(436.428)
Classificadas como:				
Custo das vendas de produtos (312.053)		(263.575)	(308.538)	(258.354)
Custos das vendas de ativo biológico		-	(35.105)	(30.256)
Custo das vendas de serviços	(1.659)	-	(9.127)	(7.880)
Subtotal custo dos produtos vendidos	(313.712)	(263.575)	(352.770)	(296.490)
Despesas com vendas	(102.646)	(94.679)	(102.646)	(94.679)
Despesas gerais e administrativas	(42.502)	(47.551)	(46.477)	(51.957)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24.829	6.983	24.710	6.698
Total	(434.031)	(398.822)	(477.183)	(436.428)

(*) Os valores referem-se substancialmente a: (i) R$10.654 em 2019 refere-se a baixa do passivo sub judice de Pis e Cofins, em virtude da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. (ii) R$28.704 em 2020, refere-se a: (a) R$3.219 crédito de Pis e Cofins, em virtude da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, em virtude do trânsito em julgado da ação impetrada pela incorporada CMBNE, conforme mencionado na nota explicativa 8 e (b) R$25.485 crédito líquido auferido em decorrência do trânsito em julgado, da ação judicial que discutia a inconstitucionalidade da taxa de ressarcimento de custos de selo de controle de IPI, pagos pela incorporada CMB-NE no período de novembro de 1998 a novembro de 2007, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras:	2020	2019	2020	2019
Juros sobre financiamentos e arrendamentos	(495)	(773)	(4.679)	(4.763)
Demais despesas	(515)	(839)	(4.240)	(1.922)
Total das despesas financeiras	(1.010)	(1.612)	(8.919)	(6.685)
Rendimentos de aplicações financeiras	1.323	4.601	1.590	5.501
Juros sobre partes relacionadas	935	1.458	935	1.458
Atualização de outros ativos monetários	1.684	1.149	1.730	1.271
Outras receitas	933	850	1.935	1.756
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(243)	(228)	(266)	(424)
Total das receitas financeiras	4.634	7.830	5.925	9.477
Resultado financeiro	3.624	6.018	(2.994)	2.792

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que possam ser utilizados na compensação dos passivos diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias a tributar. Os valores de compensação são os seguintes: Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social	-	2.043	8.375	7.417
Provisões e diferenças temporárias	10.395	10.115	213	206
Total do imposto de renda e de contribuição social ativos	10.395	12.158	8.588	7.623
Passivo não circulante				
Custo atribuído do imobilizado	(21.405)	(22.287)	(24.508)	(24.518)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(3.905)	(648)
Depreciação de vida útil revisada - Lei nº 11.638/07	(11.972)	(10.326)	-	-
Outras diferenças temporárias	(7.500)	(7.387)	(45)	(6)
Total do imposto de renda e da contribuição social passivos	(40.877)	(40.000)	(28.458)	(25.172)
Total do passivo, líquido	(30.482)	(27.842)	(19.870)	(17.549)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		
	Vale do Ribeira	Controladora	Centro da Mata	Controladora	Total líquido do consolidado
Saldo em 31de dezembro de 2019	689	(27.842)	(17.549)	(17.549)	(44.702)
Resultado do exercício	(155)	(2.640)	(2.321)	(2.321)	(5.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	534	(30.482)	(19.870)	(19.870)	(49.818)

A Companhia e suas controladas, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus acionistas, reconheceram o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis. A controlada Centro da Mata também constituiu provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido é revisado periodicamente pela Administração. Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuras, a Administração estima realizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2020	-	11.020	-	11.914
2021	10.395	1.138	11.141	1.253
2022	-	-	-	1.025
2023	-	-	5	2.435
2024	-	-	1.927	3.502
2025	-	-	2.435	341
2026	-	-	2.435	-
Total	10.395	12.158	18.512	20.470

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota nominal

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.498	45.024	84.391	43.763
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(27.709)	(15.308)	(28.693)	(14.879)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.950	(793)	-	-
Incentivos fiscais e doações incentivadas (*)	688	1.051	688	1.051
Juros sobre o capital próprio	2.199	2.480	2.199	2.480
Outras diferenças permanentes	(299)	108	(258)	147
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(23.171)	(12.462)	(26.064)	(11.201)
Correntes	(20.531)	(8.054)	(20.548)	(8.563)
Diferidos	(2.640)	(4.408)	(5.116)	(2.638)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(23.171)	(12.462)	(26.064)	(11.201)
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social %	28,43	27,68	30,88	25,59

(*) Efeito dos incentivos fiscais conforme mencionado na nota explicativa nº 22 e outras doações incentivadas.

29. Lucro básico e diluído por ação Calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, conforme a seguir:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	58.327	32.562
Quantidade de ações emitidas (milhares)	1.580.489	1.580.489
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,03691	0,02060

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não tinha ações ordinárias potenciais com efeito de diluição, e, consequentemente, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação, conforme demonstrado anteriormente.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aquisição de imobilizado com financiamentos	2.560	-	5.240	1.355
Direito de uso de arrendamentos	9.215	7.551	21.319	16.806
Dividendos não recebidos de controlada	799	-	-	-
Dividendos mínimos propostos	14.034	8.084	14.034	8.084
Total	26.608	15.635	40.593	26.245

31. Benefícios a empregados A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de seguro de assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação e participação nos resultados, entre outros. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência, e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu a despesa proveniente da constituição de provisão para participação dos colaboradores em seus resultados, no montante de R$7.174 (R$7.058 em 2019) na controladora e R$7.682 (R$7.414 em 2019) no consolidado. A participação nos resultados de 2020 e 2019 foi definida com base em indicadores e metas estabelecidos e a Companhia não estando condicionada somente aos resultados contábeis apresentados pela Companhia. Esse valor está registrado nas rubricas "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

32. Instrumentos financeiros e gestão de risco. 32.1. Informações gerais A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, conforme, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, têm operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controles consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, em comparação com as taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e refletidas nos demonstrativos a seguir relacionados: a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5. Os recebíveis pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de cada exercício, os quais se aproximam do seu valor de mercado. b) Contas a receber de clientes: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 8. c) Financiamentos e arrendamentos: comentados e apresentados na nota explicativa nº 15. d) Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 19. e) Outros passivos recorrentes: nos quais estão incluídos os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes. **32.2. Fatores de risco financeiro** As atividades da Companhia e de suas controladas expõem estas a diversos riscos financeiros: i) risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço); ii) risco de crédito e iii) risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar os possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria, a qual identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros. a) Risco de mercado. Risco cambial e do fluxo de caixa associado com taxa de juros Considerando as características específicas das principais operações significativas em moeda estrangeira, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia e de suas controladas são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de câmbio. O risco de taxa de juros de mercado afeta os ativos financeiros ao valor justo. Os saldos de financiamentos de curto e de longo prazos não são significativos. Os ativos financeiros a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. A política que vem sendo adotada pela área de Tesouraria da controladora é a de manter a totalidade de seu excedente de caixa aplicado em títulos e fundos com remuneração mediante a taxa de juros que varie de acordo com o CDI, como divulgado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, obedecendo aos seguintes critérios: (i) As aplicações financeiras são feitas em instituições de primeira linha e/ou em fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas, em sua maioria, por títulos de dívida emitidos pelo governo federal, e/ou em operações compromissadas, que são lastreadas em papéis, devem, preferencialmente, ter lastro em papéis das próprias instituições financeiras administradoras do fundo. b) Risco de preço: a Companhia (exemplo: debêntures das empresas de "leasing"). (iii) Para aplicações em fundos de investimentos, estes devem, preferencialmente, investir em ativos de renda fixa, como títulos públicos, CDBs, debêntures, letras financeiras e operações compromissadas. (iv) As concentrações de recursos aplicados por instituição e modalidade devem ser evitadas. A diversificação deverá ser feita de forma a reduzir as perdas consideráveis de juros e principal, advindas de situações adversas a que estas operações estão sujeitas. A área de Tesouraria da Companhia mantém a posição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, com base nos quais a Companhia define uma margem razoável na taxa de juros e calcula o stress de seus resultados. Os cenários são elaborados somente para os ativos que representam as principais posições com juros. Com base nas análises realizadas, a Administração efetuou cenários considerando variações de cerca de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações e mútuos a receber:

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2020	Encargos financeiros	Taxa	Controladora +25% Ganho (perda)	Controladora +50% Ganho (perda)
(Custo amortizado)					
Aplicações financeiras	14.949	CDI	2,7%	255	510
Mútuo a receber – mútuo	9.315	CDI	2,81%	65	131
Empréstimos e financiamentos	(1.340)	TJLP/TJP	5,09%	(17)	(34)
Arrendamentos financeiros	(1.163)	CDI	4,40%	(13)	(26)
Total				290	581

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2020	Encargos financeiros	Taxa	Consolidado +25% Ganho (perda)	Consolidado +50% Ganho (perda)
(Custo amortizado)					
Aplicações financeiras	68.875	CDI	1,90%	172	343
Mútuo a receber – mútuo	9.570	CDI	1,98%	29	58
Empréstimos e financiamentos	(1.080)	TJLP/TJP	3,64%	(64)	(146)
Empréstimos e financiamentos	(2.561)	CDI	1,90%	(62)	(130)
Arrendamentos financeiros	(572)	CDI	1,90%	(14)	(31)
Total				61	96

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2019	Encargos financeiros	Taxa	Controladora +25% Ganho (perda)	Controladora +50% Ganho (perda)
(Custo amortizado)					
Aplicações financeiras	59.588	CDI	2,7%	345	690
Empréstimos a receber – mútuo	9.315	CDI	2,81%	65	131
Empréstimos e financiamentos		CDI	%	-	-
Empréstimos e financiamentos	(4.548)	TJLP/TJP	5,09%	(58)	(116)
Empréstimos e financiamentos	(26)	Cesta	3,86%	-	-
Arrendamentos financeiros	(1.391)	CDI	4,40%	(15)	(31)
Total				337	673

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2020	Encargos financeiros	Taxa	Consolidado +25% Ganho (perda)	Consolidado +50% Ganho (perda)
(Custo amortizado)					
Aplicações financeiras	92.287	CDI	1,90%	240	479
Empréstimos a receber - mútuo	9.570	CDI	1,98%	29	58
Empréstimos e financiamentos	(17.622)	CDI	1,90%	(134)	(281)
Empréstimos e financiamentos	(3.847)	TJLP/TJLP	3,64%	(87)	(193)
Empréstimos e financiamentos	(41)	Cesta	2,68%	-	(1)
Arrendamentos financeiros	(828)	CDI	1,90%	(15)	(33)
Total				33	29

b) Risco de crédito. O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito dos ativos financeiros ao valor justo e a transações, incluindo contas a receber de clientes e mútuos. No caso de clientes, é feita Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com procedimentos específicos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e o saldo de contas a receber de clientes não ultrapassa o limite de crédito estabelecido. c) Risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais e gerenciadas pela área de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, o qual também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, não sendo as linhas de crédito relevantes em nome da Companhia e de suas controladas vistos isoladamente. O excesso de caixa também pode ser aplicado em outras contas, conforme exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área de Tesouraria da Companhia, que investe o excedente de caixa em fundos de investimento e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A Tabela a seguir mostra os períodos de prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada com base nos fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no final do período do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais nova em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Taxa de juros	2021	2022	2023	2024	Controladora 2025 em diante	Total
Instrumentos							
Finame	2,92% a 10,5%	2.955	2.670	2.283	1.438	2.314	11.660
FCO	9,5% a 10%	9.620	3.757	3.757	3.757	8.187	29.078
Capital de Giro	3,34% a 5,7%	5.089	9.008	4.088	-	-	18.185
Financiamentos	6%	3.055	-	-	-	-	3.055
Arrendamentos	7,69%	4.639	6.222	5.961	5.322	4.745	26.889
Fornecedores	-	51.700	-	-	-	-	51.700
Obrigações Sociais	-	17.107	-	-	-	-	17.107
Outros Passivos	-	45.357	-	-	-	-	45.357
Total		139.522	21.657	16.089	10.517	15.246	203.031

	Taxa de juros	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Consolidado Total
Instrumentos							
Finame	2,92% a 10,5%	2.955	2.670	2.283	1.438	2.314	11.660
FCO	9,5% a 10%	9.620	3.757	3.757	3.757	8.187	29.078
Capital de Giro	3,34% a 5,7%	5.089	9.008	4.088	-	-	18.185
Financiamentos	6%	3.055	-	-	-	-	3.055
Arrendamentos	7,69%	4.639	6.222	5.961	5.322	4.745	26.889
Fornecedores	-	51.700	-	-	-	-	51.700
Obrigações Sociais	-	17.107	-	-	-	-	17.107
Outros Passivos	-	45.357	-	-	-	-	45.357
Total		139.522	21.657	16.089	10.517	15.246	203.031

33. Compromissos A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir, estão apresentados aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: a) Contratos de aquisição de cana-de-açúcar. A Companhia firmou contratos de aquisição de cana-de-açúcar produzida pelas partes relacionadas Vale do Xingu e Condomínio GMFO e por terceiros, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos têm vigência, em sua maioria, de cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano. Os valores a serem desembolsados em virtude dessas operações serão determinados a cada mês de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelos montores definidos em cada contrato, que podem ser em sua maioria classificados da seguinte forma: • ATR fixo: modelo em que se acordo preliminarmente uma quantidade de quilos de ATR por tonelada de cana-de-açúcar produzida, a qual é valorizada de acordo com o valor do ATR divulgado pelo CONSECANA. As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

Ano	Partes relacionadas	Terceiros	Toneladas Total
2021	90.988	378.718	469.706
2022	70.584	250.819	321.403
2023	47.598	170.680	218.278
2024	23.508	124.293	147.801
2025	1.504	61.847	63.351

b) Contratos de parceria agrícola. A controlada Vale do Xingu firmou contratos plurianuais de parceria agrícola, para cultivo de cana-de-açúcar em propriedades de terceiros, no total de 786 ha (1.259 ha em 2019). Referidos contratos têm vigência, em sua maioria, em cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano. A remuneração desses contratos será mediante a entrega de 25% da produção ao parceiro outorgante, estimadas da seguinte forma:

Ano	Toneladas
2021	16.804
2022	13.840
2023	10.159
2024	5.194
2025	3.045

c) Venda de soja. A controlada Centro da Mata firmou contratos de venda de soja com clientes, com entrega prevista para os meses de janeiro a março de 2021, os quais totalizam 334 mil (346 mil em 2019) sacas de soja, negociadas ao preço médio de R$76,87/saca (R$64,75/saca em 2019), representando, portanto, uma receita de R$25.675 (R$22.405 em 2019).

34 Informação por segmento Apesar de não ser obrigada a elaborar e divulgar a informação a seguir, a Companhia decidiu por meio da Reunião Ordinária realizada em 15 de abril de 2016, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento, que requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios bem como fins de análise financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em "Segmento 1" (cachaça, outras bebidas alcoólicas e exploração de cultura de cana-de-açúcar) e "Segmento 2" (produção agrícola). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as informações por segmentos dessas unidades de negócios são como segue:

Balanços patrimoniais por segmentos

	2020 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	2019 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	82.986	10.437	93.423	11.509	3.202	14.711
Aplicações financeiras	45	103	148	48.245	482	48.727
Contas a receber de clientes	73.246	41	73.287	61.980	23	62.003
Estoques	109.975	9.123	119.048	102.481	4.882	107.363
Impostos e contribuições a recuperar	5.544	198	5.742	3.855

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Balanço patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	327	138	656	138
Aplicações financeiras	37.574	49.962	37.743	49.962
Contas a receber de clientes	14.770	7.368	14.858	7.368
Outros ativos	3.849	2.080	3.860	2.080
	56.520	59.548	57.117	59.548
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.641	4.692	6.641	4.692
Investimento	11.080			
Imobilizado	338		429	
Intangível	3.458	4.322	14.966	4.322
	21.517	9.014	22.036	9.014
Total do ativo	78.037	68.562	79.153	68.562

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante				
Fornecedores	6.094	8.426	6.101	8.426
Tributos a recolher	8.246	840	847	840
Salários e encargos sociais	7.888	5.728	7.993	5.728
Receita diferida	42.808	26.589	42.808	26.589
Outros passivos	289	170	1.272	170
	57.905	41.753	59.021	41.753
Patrimônio líquido				
Capital social	36.000	36.000	36.000	36.000
Prejuízos acumulados	(15.868)	(9.191)	(15.868)	(9.191)
Total do patrimônio líquido	20.132	26.809	20.132	26.809
Total do passivo e patrimônio líquido	78.037	68.562	79.153	68.562

Diretoria

Antonio Serrano Bezerra Junior - Diretor Presidente

Eros Roberto Jussiani Canado da Silva - Diretor

Contador

Josué Baida - CRC PR 048.327/O-7 "S" SP

As Demonstrações Financeiras encontram-se disponibilizadas no Portal Oficial Estado de São Paulo em 25/03/2021

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Juntos Somos Mais Fidelização S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. e da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou quando não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de março de 2021

PwC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guarará Mendonça Contador - CRC 1SP196994/O-2

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida	64.808	43.480	65.091	43.480
Custos com direitos de resgates e fretes	(21.479)	(15.742)	(21.479)	(15.742)
Lucro bruto	43.329	27.738	43.612	27.738
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(46.095)	(26.938)	(47.519)	(26.938)
Com vendas	(7.818)	(9.503)	(7.904)	(9.503)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.795	110	2.200	110
	(51.118)	(36.331)	(53.223)	(36.331)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e resultado financeiro	(7.789)	(8.593)	(9.611)	(8.593)
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	(1.998)			
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	1.230	2.320	1.230	2.320
Despesas financeiras	(69)	(121)	(245)	(121)
	1.161	2.199	985	2.199
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.626)	(6.394)	(8.626)	(6.394)
Imposto de renda e contribuição social	2.959	2.158	1.949	2.158
Prejuízo do exercício	(6.677)	(4.236)	(6.677)	(4.236)
Quantidade média ponderada de ações, em milhares			36.000	36.000
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais			(0.19)	(0.12)

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício	(6.677)	(4.236)	(6.677)	(4.236)
Total do resultado abrangente do exercício	(6.677)	(4.236)	(6.677)	(4.236)

Demonstrações Financeiras 2020

SEMANTIX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ nº 09.162.524/0001-63 - NIRE nº 35.300.499.439

EXTRATO DA ATA DO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA DE 19/06/2019

Em 19/06/2019, às 17h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente da Mesa: Leonardo dos Santos Poça D'Água; Secretário da Mesa: Leonardo Augusto Oliveira Dias. **Deliberações: 1.1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$ 53.049.969,00 passando o capital social de R$ 2.750.000,00 para R$ 55.799.991,00, mediante a emissão de 4.973 novas ações ordinárias, nominais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$10.667,00. As novas ações são subscritas neste ato e serão integralizadas no prazo de 10 dias úteis contados da presente data, da seguinte forma: (a) o acionista **Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Inovabra I - Investimento no Exterior** subscreve, neste ato, 281 ações ordinárias, no valor total de R$ 2.997.427,00, a serem integralizadas em moeda corrente nacional; (b) o **Bozano Growth Capital Master Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia** neste ato subscreve 4.692 ações ordinárias, no valor total de R$ 50.049.564,00, a serem integralizadas em moeda corrente nacional. Neste ato, os acionistas Leonardo dos Santos Poça D'Água, Leandro dos Santos Poça D'Água, Leonardo Augusto Oliveira Dias, Anderson Paulucci da Silva renunciam expressamente aos seus respectivos direitos de preferência na subscrição das novas ações emitidas em virtude do presente aumento do capital social da Companhia e concordam com a diluição de sua participação societária no capital social da Companhia. Neste ato, o Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Inovabra I - Investimento no Exterior renuncia ao seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas em virtude do presente aumento do capital social da Companhia e concordam com a diluição de sua participação societária no capital social da Companhia. Tendo em vista as deliberações anteriores, os acionistas (incluindo, a partir deste momento, o Bozano Growth Capital Master Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia) resolvem alterar o caput do Artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados os seus parágrafos: "*Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 55.799.991,00, dividido em 16.223 ações ordinárias, nominais, sem valor nominal.*" Os acionistas decidem resolvem aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação consolidada incluindo a autorização para aumento do capital social em até R$13.906.768,00. Ato contínuo, os acionistas resolvem aprovar a eleição dos seguintes Sr(a)s. para o cargo de Diretor sem designação específica: **(a) Leonardo dos Santos Poça D'Água**, RG 29.599.333-9 (SSP/SP), CPF 298.372.378-05; **(b) Leonardo Augusto Oliveira Dias**, RG 30.222.305 (SSP/SP), CPF 218.194.768-63; **(c) Leandro dos Santos Poça D'Água**, RG 29.599.332-0 (SSP/SP), CPF 214.528.868-30; **(d) Anderson Paulucci da Silva**, RG 33246417-9 (SSP/SP), CPF 304671998-17; **(e) Jaime Cardoso Damvila**, RNE V537627-R (DPMAF/RJ), CPF 233.062.888-96; **(f) Priscila Pereira Rodrigues**, RG 25.220.062 (SSP/SP), CPF 257.092.118-18; e **(g) Daniel Guellar Andrijic Malandrin,** RG 22.944.050-2 (SSP/SP), CPF 153.815.308-66. **6.4.** Os membros do conselho de administração são eleitos para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **JUCESP** 498.070/19-0 em 13/09/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I Denominação Social - Artigo 1º. Semantix Tecnologia em Sistema de Informação S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por disposições legais e estatutárias aplicáveis, em especial a Lei 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Capítulo II - Sede - Artigo 2º.** A Companhia tem sede no município de SP/SP, na Av. Eusébio Matoso, 1375, 17º andar, Bairro Pinheiros, CEP 05420-180, podendo criar filiais, agências e escritórios de representação em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo III - Objeto Social - Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) a exploração da atividade de consultoria, (ii) cursos e treinamento em tecnologia da informação, (iii) prestação de serviços de tecnologia da informação; (iv) suporte técnico e manutenção de equipamentos de informática; (v) licenciamento ou cessão de direitos de uso de programa ou sistemas (software) de computação não customizáveis; (vi) representação comercial; e (vii) comércio varejista de equipamento de informática. Ainda, poderá participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista e/ou participar de aquisições de tais outras sociedades. **Capítulo IV - Prazo - Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo V - Capital Social e Ações - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 55.799.991,00, dividido em 16.223 ações ordinárias, nominais e sem valor nominal. **§1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas. **§2º.** Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de ações da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **§3º.** A Companhia poderá negociar com suas próprias ações, a critério dos acionistas, adquiri-no-as, alienando-as, mantendo-as em tesouraria ou cancelando-as na forma prevista na legislação aplicável, até o limite do saldo de lucros ou reservas, e sem diminuição do capital social. **Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R$13.906.768,00, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, a critério da Administração deverá, na deliberação em que for determinado o aumento do capital social, fixar as condições da emissão das ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. **§2º.** Os acionistas da Companhia terão a preferência para a subscrição das novas ações emitidas, na proporção de suas ações já subscritas e autorizadas, observados os prazos que para tanto poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações ordinárias. **Artigo 7º.** É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias, não haverá direito ao dividendo mínimo obrigatório, a ser pago a cada exercício social, no montante correspondente a 1 (hum) dividendo anual de contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iii) autorização para emissão de debêntures; (iv) deliberação sobre a avaliação de bens com o aporte para concorrer para a formação do capital social; (v) suspensão dos direitos dos acionistas nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.; (vi) emissão de ações ou Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, salvo na hipótese de já estarem aprovadas no Orçamento anual; (vii) alteração do estatuto social da Companhia; (viii) aprovação do presente data, consistir na distribuição aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (viii) alteração do estatuto social da Companhia; (ix) autorização para aquisição, recompra, cancelamento, amortização, ou resgate de Ações ou Valores Mobiliários de emissão da Companhia pela Companhia, exceto se em operações relacionadas a programas de stock option ou stock grant; (x) alteração nos direitos, preferências e vantagens atribuídas às Ações de emissão da Companhia ou de suas subsidiárias; (xi) reorganização societária envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias, incluindo, sem limitação, transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações e cisão; (xii) liquidação e dissolução da Companhia, nomeação de liquidante e julgamento das suas contas e cessação do estado de liquidação; (xiii) redução do capital social da Companhia, salvo na hipótese de já estarem aprovados no Orçamento anual; (xiv) requerimento de falência, insolvência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de suas subsidiárias, bem como a homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia ou por qualquer uma das subsidiárias; (xv) qualquer alteração nas funções e competência do Conselho de Administração da Companhia; (xvi) abertura de capital e oferta pública de ações pela Companhia ou por suas subsidiárias; (xvii) aumento do capital social da Companhia, salvo na hipótese de já estarem aprovados no Orçamento anual; (xviii) criação de novas classes de ações de emissão da Companhia; (xix) alteração do prazo de duração da Companhia; e (xx) criação de uma ou mais subsidiárias, que deverá, em todo o caso, estar de acordo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, exceto se exigido por Lei. **§1º.** As Assembleias Gerais deverão ser realizadas em horário comercial e na sede social da Companhia, sendo permitida a participação por meio de videoconferência ou teleconferência, desde que (i) uma cópia da ata da assembleia geral seja confirmada e aprovada por escrito por e-mail ou fax e enviada ao presidente da Assembleia pelo respectivo acionista na mesma data da Assembleia Geral; e (ii) a versão original da ata seja assinada posteriormente pelos acionistas presentes à Assembleia Geral. **Artigo 10.** A Assembleia Geral será convocada nos termos do artigo 123 da Lei das S.A. através de edital de convocação publicado pela imprensa, nos termos determinados pelo artigo 124 da Lei das S.A. **§1º.** A Assembleia Geral será presidida pelo acionista ou representante de acionista, conforme o caso, escolhido pela maioria simples dentre os acionistas presentes à Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **§2º.** A Assembleia Geral instalada, independentemente de convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos, 1/4 do capital social da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número, observadas as exceções previstas na Lei das S.A. e observadas as quotas de quórum para aprovação previstos no Acordo de Acionistas da Companhia. **§3º.** Independentemente das formalidades previstas neste artigo 10, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, inclusive por meio de vídeo ou teleconferência. **§4º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos da lei, com poderes específicos, devendo a procuração ficar arquivada na sede da Companhia. **Capítulo VII - Administração - Artigo 11.** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e a Diretoria, que terão as atribuições conferidas por lei, pelo presente Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas. **§Único.** A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração individual dos membros da administração da Companhia, de acordo com os termos previstos no Acordo de Acionistas. **Seção I - Conselho de Administração - Artigo 12.** O Conselho de Administração será composto por 7 membros, pessoas físicas, residentes ou não no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do Acordo de Acionistas, para um mandato unificado de 2 anos, e por ela destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição. **§1º.** Os conselheiros serão investidos em seus cargos, mediante assinatura do termo de posse em livro próprio, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores. **§2º.** O Conselho de Administração da Companhia poderá ter um regimento interno estabelecendo suas regras de funcionamento, desde que mantenha suas atribuições de órgão colegiado. **§3º.** Os membros do Conselho de Administração escolherão, dentre os seus membros, o presidente e o vice-presidente. O Presidente do Conselho de Administração terá a responsabilidade formal e operacional pelo funcionamento do Conselho de Administração na forma de colegiado e não terá, em nenhuma hipótese, o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações em votação no Conselho de Administração da Companhia. **§3º.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por carta de registrada ou com protocolo de recebimento ou por correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com antecedência mínima de 5 dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes. Não poderão ser aprovados nas reuniões do Conselho de Administração assuntos que não tenham sido previamente incluídos na respectiva pauta, exceto se de outra forma acordado pela totalidade dos conselheiros da Companhia. Todos os custos decorrentes das reuniões do Conselho de Administração, incluindo passagens, estadia e outros inerentes, serão arcados pelo conselheiro, serão devidamente arcados pela Companhia. **§4º.** A convocação prevista no §3º acima poderá ser dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração. Nenhum membro do Conselho de Administração recusar-se-á sem motivo a comparecer à reunião do Conselho de Administração para a qual tiveram sido validamente convocado, sendo considerado presente o membro que participar da reunião através de videoconferência, teleconferência ou por meio de outro dispositivo de comunicação que possa ser ouvido por todos os presentes à reunião. Nesta hipótese, os votos do conselheiro que não estiver fisicamente presente serão formalizados por escrito e enviados através de correio eletrônico ao Presidente da reunião logo após a conclusão da mesma, sendo certo que cópia física do referido voto ficará arquivada na sede da Companhia. **§5º.** As reuniões do Conselho de Administração serão validamente instaladas (i) em 1ª convocação com a presença da totalidade de seus membros; e (ii) em segunda convocação, em 5 dias úteis contados da data da convocação e desde que com a presença de pelo menos 2 de seus membros, observado que quando a reunião de Conselho de Administração for deliberar sobre qualquer das matérias listadas no Artigo 13 do presente Estatuto Social, a reunião do Conselho de Administração só poderá ser instalada, desde que observado o direito de voto afirmativo dos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia. **§6º.** Nas reuniões do Conselho de Administração (i) um conselheiro poderá ser representado por outro conselheiro, bastando, para tanto, que o conselheiro presente receba por instrumento escrito de procuração do conselheiro ausente, devidamente acompanhado de instrução de voto; (ii) um conselheiro poderá se fazer acompanhar de pessoas de sua confiança, independentemente de prévia autorização do conselho, desde que, a critério do presidente do conselho, tais pessoas não prejudiquem o andamento dos trabalhos do conselho. **§7º.** Independentemente do quórum de instalação, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, sempre observando eventual quórum qualificado previsto no Acordo de Acionistas. Compete ao Conselho de Administração da Companhia deliberar, além das matérias previstas em lei, acerca das seguintes matérias: (i) fixação da orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) deliberação sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (iii) emissão de ações, observado o capital autorizado, e de bônus de subscrição; (iv) concessão de qualquer forma de garantia, pela Companhia e suas subsidiárias, em benefício ou para obrigações de terceiros; (v) constituição de qualquer Gravame sobre quaisquer bens móveis ou imóveis do ativo permanente da Companhia ou das subsidiárias, que exceda o montante de R$1.000.000,00; (vi) aprovação do Orçamento anual e do plano de negócios anual da Companhia e de suas subsidiárias; (vii) assunção de qualquer obrigações ou a celebração de qualquer contratos (ou aditivos contratuais) pela Companhia ou por suas subsidiárias, (ja que vincule a Companhia ou qualquer das subsidiárias a obrigação de exclusividade ou de não concorrência, ou (b) que envolva o pagamento, pela Companhia ou por suas subsidiárias, de valores equivalentes a 5% (cinco por cento) ou mais da receita bruta projetada no Orçamento anual; (viii) alienação, licenciamento, constituição de Gravame ou qualquer outra forma Transferência, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível, registrado ou não, pertencente à Companhia ou às subsidiárias; (ix) ajuizamento de qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo, celebração de acordo ou liquidação de qualquer litígio ou contingência envolvendo montante superior a R$100.000,00; (x) elaboração, aprovação e implementação de qualquer plano de opções de compra ou subscrição de opções da Companhia ou de qualquer uma das subsidiárias, conforme aplicável; (xi) aquisição, pela Companhia ou suas subsidiárias de ações, quotas ou quaisquer Valores Mobiliários de emissão de qualquer sociedade, por valor superior a R$100.000,00; (xii) qualquer operação envolvendo a alienação, doação, cessão ou qualquer outra forma de Transferência, pela Companhia ou por suas subsidiárias, de ações ou quotas que detenham ou verthem a deter qualquer direito de voto, por valor superior R$100.000,00, desde que tal Transferência não seja realizada pelo seu valor de mercado, confirmado por Banco de Investimento; (xiii) celebração, alteração ou rescisão de qualquer operação com qualquer Partes Relacionadas da Companhia ou de suas subsidiárias, incluindo os termos e condições de tais operações e contratos; (xiv) contratação, alteração ou destituição de assessores financeiros da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo para operações de M&A, de acordo com os preços de mercado de capitais; ou emissão, reestruturação de dívida; (xv) contratação, destituição e substituição do auditor da Companhia e de suas subsidiárias, que não seja um Auditor Independente; (xvi) inclusão de itens não recorrentes e extraordinários para fins de cálculo do EBITDA da Companhia; (xvii) assunção de qualquer forma de endividamento pela Companhia ou de suas subsidiárias cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente, 0,5x EBITDA da Companhia e de suas subsidiárias relativo ao período de 12 (doze) meses anteriores a ser definido; (xviii) aprovação de gastos com ativos não relacionados ao objeto social da Companhia ou suas subsidiárias em valor igual ou superior a R$100.000,00; (xix) contratação, destituição e substituição do auditor da Companhia e de suas subsidiárias, que não seja um Auditor Independente; (xx) (a) a contratação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de qualquer empregado, membro da diretoria ou por qualquer de suas subsidiárias que tenha uma remuneração total individual anual bruta superior a R$30.000,00, desde que não exceda no Orçamento anual ou no plano de negócios da Companhia; (b) a alteração de tais condições, que implique uma variação igual ou superior a 10% da remuneração vigente; (xxi) criação ou extinção de comitês de assessoria de suporte ao Conselho de Administração; (xxii) nomeação de árbitros em procedimentos arbitrais nos quais a Companhia esteja envolvida ou que tratem de disputas decididas pela Companhia em decorrência de contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas; (xxiii) definição da política da Companhia para a realização de aplicações financeiras, a qual deverá incluir os critérios para a realização de operações financeiras pela Companhia e suas controladas, bem como, em relação a instrumentos financeiros complexos; (xxiv) eleição e reeleição de membros da diretoria da Companhia; e (xxv) substituição do Diretor Presidente (*Chief Executive Officer* - CEO) e do diretor financeiro (*Chief Financial Officer* - CFO) da Companhia. **Seção II - Diretoria - Artigo 14.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, pessoas físicas, residentes e domiciliados no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, e por ele destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição, sendo um deles o Diretor Presidente (*COO - Chief Executive Officer*) um diretor financeiro (*CFO - Chief Financial Officer*) e os demais diretores sem designação específica, estabelecido o número de membros por Acordo de Acionistas. **§1º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura do termo de posse em livro próprio, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores. **§2º.** Observado o disposto nos §§3º e 4º abaixo, cabrá aos Diretores a prática dos atos necessários para a administração da Companhia. Nesse sentido, os poderes dos Diretores incluem, dentre outros, a representação da Companhia, em juízo e fora dele, perante repartições federais, estaduais, municipais e autárquicas de qualquer natureza e jurisdição, sociedades de economia mista, companhias e empresas, e perante as pessoas físicas e jurídicas de direito privado e administração da Companhia. **§3º.** A Companhia será representada mediante a assinatura de (a) 2 Diretores em conjunto, nomeados na forma do §4º abaixo, com poderes específicos; ou (b) excepcionalmente, por 1 Diretor ou por 1 procurador nomeado conforme §4º abaixo, com poderes específicos, para o cumprimento de obrigações perante repartições federais, estaduais ou municipais; (ii) perante entidades de classe, sindicatos e Justiça do Trabalho, para a admissão, suspensão ou demissão de empregados e para negociação de acordos trabalhistas; e (iii) para representação Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, que poderão ser outorgados mediante assinatura conjunta de 2 Diretores e no instrumento. **§4º.** As procurações da Companhia deverão ser outorgadas mediante assinatura conjunta de 2 Diretores e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, deverão conter especificação dos poderes nelas conferidos (ad judicia), contar um período da validade limitado. **§5º.** Os atos que exigem autorização prévia do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, de acordo com este Estatuto Social e o Acordo de Acionistas e/ou de acordo com a Lei das S.A., não criarão para a Companhia a responsabilidade perante terceiros. **§6º.** A Diretoria não poderá praticar atos em relação a instrumentos financeiros complexos; (xxv) eleição e reeleição de membros da diretoria da Companhia; e (xxvi) substituição do diretor Presidente (*Chief Executive Officer* - CEO) e do diretor financeiro (*Chief Financial Officer* - CFO) da Companhia. **Seção II - Diretoria - Artigo 14.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, pessoas físicas, residentes e domiciliados no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, e por ele destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição, sendo um deles o Diretor Presidente (*COO - Chief Executive Officer*) um diretor financeiro (*CFO - Chief Financial Officer*) e os demais diretores sem designação específica, estabelecido o número de membros por Acordo de Acionistas. **§1º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura do termo de posse em livro próprio, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores. **§2º.** Observado o disposto nos §§3º e 4º abaixo, cabrá aos Diretores a prática dos atos necessários para a administração da Companhia. Nesse sentido, os poderes dos Diretores incluem, dentre outros, a representação da Companhia, em juízo e fora dele, perante repartições federais, estaduais, municipais e autárquicas de qualquer natureza e jurisdição, sociedades de economia mista, companhias e empresas, e perante as pessoas físicas e jurídicas de direito privado e administração da Companhia. **§3º.** A Companhia será representada mediante a assinatura de (a) 2 Diretores em conjunto, nomeados na forma do §4º abaixo, com poderes específicos; ou (b) excepcionalmente, por 1 Diretor ou por 1 procurador nomeado conforme §4º abaixo, com poderes específicos, para o cumprimento de obrigações perante repartições federais, estaduais ou municipais; (ii) perante entidades de classe, sindicatos e Justiça do Trabalho, para a admissão, suspensão ou demissão de empregados e para negociação de acordos trabalhistas; e (iii) para representação Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, que poderão ser outorgados mediante assinatura conjunta de 2 Diretores e no instrumento. **§4º.** As procurações da Companhia deverão ser outorgadas mediante assinatura conjunta de 2 Diretores e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, deverão conter especificação dos poderes nelas conferidos (ad judicia), contar um período da validade limitado. **§5º.** Os atos que exigem autorização prévia do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, de acordo com este Estatuto Social e o Acordo de Acionistas e/ou de acordo com a Lei das S.A., não criarão para a Companhia a responsabilidade perante terceiros. **§6º.** A Diretoria não poderá praticar atos em relação a instrumentos financeiros complexos; (xxi) criação ou extinção de comitês de assessoria de suporte ao Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que, a critério do diretor executivo as funções do Conselho de Administração, as questões e decisões de gestão diária da Companhia serão tomadas individualmente pelos Diretores dentro da sua área de competência, sempre observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia e as competências e competências de alçada e valor, a época. **§7º.** No caso de vacância de qualquer cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelo Conselho de Administração, em reunião a ser, convocada no prazo de 10 dias contados da respectiva vacância. Para fins deste §7º, a ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses será considerada uma vacância: morte, incapacidade permanente, impedimento ou ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. **Artigo 15.** São expressamente vedados, sendo nulos e inexistentes em relação à Companhia, os atos de qualquer de seus Diretores, Trabalhadores, procuradores ou colaboradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tais como, fianças, aval, endosso, aceite, garantias ou quaisquer outras garantias concedid

Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 30.486.131/0001-91

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Relatório da Administração

VISÃO GERAL: A Maxcel é uma Companhia controlada pela Suzano S.A. é detentora do direito de outorga da concessão do Porto de Itaguí e que durante o ano de 2020 concentrou seus esforços no suporte financeiro à sua investidora integral Itacel - Terminal de Celulose de Itaguí S.A. para a construção da infraestrutura do porto **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Resultados:** As demonstrações financeiras foram preparadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais. Considerando que a Companhia não possui operações e que a Itacel está em fase operacional, não foram gerados receitas e custos. **Despesas com Gerais e Administrativas:** As despesas administrativas totalizaram R$834 mil em 2020, 286% superior ao montante registrado em 2019 de R$216 mil. Este aumento deriva, principalmente, dos pagamentos de arrendamento da área do Porto de Itaguí de R$578 mil. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro líquido foi positivo em R$700 mil em 2020, comparado ao resultado positivo de R$2.569 mil em 2019. Este resultado reflete, principalmente, a redução dos rendimentos das aplicações financeiras, efeito reflexo das sucessivas quedas do CDI ao longo de 2020. **Resultado Líquido:** Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou prejuízo de R$134 mil em 2020, em comparação ao lucro de R$1.591 mil de 2019. **DIVIDENDOS:** O estatuto social da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente a 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício, que deve ser distribuído proporcionalmente aos acionistas de qualquer espécie, classe e categoria, calculados pelo sistema "pro rata tempore" em relação às subscrições de capital efetuadas no exercício base de cálculo. Em razão da Companhia ter apurado um prejuízo líquido no ano de 2020, no valor de R$134 mil, não há constituição de dividendo mínimo a ser distribuído em 2021. **RATING:** Ao longo de 2020, a Companhia manteve o rating de grau de investimento (brAAA) na escala global pela *Standard &Poor's* e pela *Fitch Ratings* para a maioria dos seus investimentos financeiros. **SUSTENTABILIDADE:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **GOVERNANÇA:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A. **PESSOAS:** A Companhia está sujeita ao aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

Balanço Patrimonial

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	10	32	17
Aplicações financeiras	6	507	360	42.135	46.243
Contas a receber - partes relacionadas	12	100	100	100	
Tributos a recuperar	7	111	104	452	241
Dividendos a receber	12		352		
Despesas antecipadas		65		82	15
Total do ativo circulante		803	826	42.801	46.516
Não Circulante					
Tributos a recuperar	7			179	138
Investimentos	8	47.946	48.054		
Intangível	9	100	100	32.703	2.811
Total do ativo não circulante		48.046	48.154	32.882	2.949
Total do Ativo		48.849	48.980	75.683	49.465

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10			26.697	231
Tributos a recolher	11			134	252
Dividendos a pagar	12		378		378
Outros passivos	13	16	16	16	18
Total do passivo circulante		16	394	26.849	879
Não Circulante					
Outros passivos	13	65	62	65	62
Total do passivo não circulante		65	62	65	62
Total do Passivo		81	456	26.914	941
Patrimônio Líquido					
Capital social	14	47.614	47.236	47.614	47.236
Reserva de lucros		1.154	1.288	1.154	1.288
Total do patrimônio líquido		48.768	48.524	48.768	48.524
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		48.849	48.980	75.682	49.465

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Receitas (Despesas) Operacionais					
Gerais e administrativas	15	(33)	(25)	(834)	(216)
Resultado da equivalência patrimonial	8	(109)	1.484		
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		(142)	1.459	(834)	(216)
Resultado Financeiro	17				
Despesas		(4)	(5)	(6)	(27)
Receitas		12	171	706	2.596
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(134)	1.625	(134)	2.353
Imposto de renda e contribuição social corrente	18		(34)		(762)
Resultado Líquido do Exercício		(134)	1.591	(134)	1.591
Resultado do líquido exercício	14				
Básico		(0,00002814)	0,00033907	(0,00002814)	0,00033907
Diluído		(0,00002814)	0,00033907	(0,00002814)	0,00033907

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Resultado líquido do exercício	(134)	1.591	(134)	1.591
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	(134)	1.591	(134)	1.591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Reservas de lucros Reservas de aumento de capital	Reservas de lucros Reservas de lucros acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	46.923	5	70		46.998
Resultado líquido do exercício				1.591	1.591
Transações de capital com os sócios					
Aporte de capital	313				313
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 14.1, 14.2 e 14.4)				(378)	(378)
Mutações internas do patrimônio líquido					
Constituição de reserva legal (nota 14.4)		80		(80)	
Constituição de reserva para aumento de capital (nota 14.4)			1.133	(1.133)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.236	85	1.203		48.524
Resultado líquido exercício				(134)	(134)
Transações de capital com os sócios					
Aumento de capital (nota 14.1)	378				378
Transações de capital com os sócios					
Absorção de prejuízo (nota 14.4)			(134)	134	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	47.614	85	1.069		48.768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	(134)	1.591	(134)	1.591
Ajustes por				
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 5)	(12)	(171)	(706)	(2.596)
Resultado da equivalência patrimonial (nota 8)	109	(1.484)		
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	(100)		(100)	
Tributos a recuperar	(7)	(5)	(250)	(280)
Despesas antecipadas	(65)		(66)	(15)
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Partes relacionadas		(352)		
Fornecedores			(19)	231
Tributos a recolher		(23)	(118)	715
Outros passivos	2	1	1	5
Caixa aplicado (gerado) nas operações	(207)	(443)	(1.392)	(349)
Imposto de renda e contribuição social		(28)		(515)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(207)	(471)	(1.392)	(864)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras, líquidas	(135)	42.064	4.814	(1.395)
Adições de intangível (nota 9)			(3.407)	(2.711)
Investimento em controlada		(41.878)		
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(135)	186	(1.407)	(4.106)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aporte de capital		313		313
Dividendos recebidos	352			
Dividendos pagos		(23)		(23)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	352	290		290
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	10	5	15	(4.680)
No início do exercício	10	5	17	4.697
No final do exercício	20	10	32	17
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	10	5	15	(4.680)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. em conjunto com suas controladas ("Maxcel" ou coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima regida por estatuto social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior e é controlada pela Suzano S.A. que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social. Em 27 de julho de 2018, a Suzano S.A., por meio da Maxcel, participou do leilão nº. 2/2018, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), para o arrendamento de áreas e infraestruturas públicas, de quais realizarão a movimentação e armazenagem de cargas geral de papel e celulose. A Maxcel apresentou a proposta vencedora para a concessão da área de 53.545 metros quadrados no Porto de Itaguí, localizado no estado do Maranhão, cujo direito de outorga da concessão foi registrado nas demonstrações financeiras. A garantia de proposta do arrendamento prevê a constituição de uma arrendatária ("subsidiária integral Itacel - Terminal de Celulose de Itaguí S.A"), a qual será responsável pela execução do objeto do contrato de concessão na forma de uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"). O prazo de concessão inicial é de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por até 70 (setenta) anos. A arrendatária a manterá como uma SPE, na forma de sociedade por ações, constituída de acordo com a lei brasileira, por prazo indeterminado, com a finalidade exclusiva de explorar o arrendamento. A fase pré-operacional, prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do Termo de Aceitação Provisória para entrega das obras civis e disponibilização operacional da área de acordo com os parâmetros do arrendamento exigidos no contrato de concessão. Entretanto, em decorrência dos efeitos adversos da pandemia da COVID-19, vem discutindo desde meados de 2020 com o poder concedente um novo cronograma de obras que contemple de forma razoável eivo proporcional a situação extrema e atípica da pandemia deflagrada no ano de 2020 e que persiste até a presente data, promovendo assim os ajustes necessários nas obrigações pactuadas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 24 de março de 2021 **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R$"), exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e considerando a continuidade de suas atividades operacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistentes com aquelas utilizadas na controladora Suzano S.A. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 01 de janeiro de 2020. **3.1 Novas políticas contábeis adotadas: 3.1.1 Apresentação das demonstrações contábeis - CPC 26 e Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23:** Este pronunciamento foi alterado e esclarece a definição de "material" e como deve ser aplicada (i) incluindo as orientações de definição que até agora foram dessacordadas em outras partes dos pronunciamentos; (ii) melhorar as explicações que acompanham a definição e (iii) garantir que a definição de material seja consistente em todos os pronunciamentos. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.1.2 Estrutura conceitual para relatório financeiro - CPC 00 (R2):** Este pronunciamento foi alterado e inclui alguns novos conceitos sobre representação, mensuração e divulgação das demonstrações financeiras, sendo as principais mudanças: (i) objetivo dos relatórios financeiros; (ii) características qualitativas das informações contábeis úteis; (iii) a descrição da entidade que reporta e seu limite; (iv) as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas; (v) os critérios de reconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando remover-los (desreconhecimento); (vi) as bases de mensuração e orientações sobre quando usá-las; e (vii) os conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação. Essas alterações ajudam a garantir que as normas contábeis sejam conceitualmente consistentes e que transações semelhantes sejam tratadas da mesma maneira, de modo a fornecer informações úteis para investidores e credores. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.1.3 Arrendamento - CPC 06 (R2):** Este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios relacionados a COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, uma vez que não há contratos de arrendamento, prestação de serviço ou fornecimento que se enquadrem nos critérios estabelecidos pela norma. **3.1.4 Reforma da taxa de juros de referência - CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Fase 1 (Aplicável após o período 1º de janeiro de 2020, permitida adoção antecipada):** Estes pronunciamentos foram alterados pelo CPC em resposta a reforma, em andamento, das *Interbank offered rates* ("Ibor") e de outras taxas de juros de referência, emitindo um pacote de alterações aos pronunciamentos. Segundo o CPC, as mudanças visam ajudar as empresas a tomarem, aos investidores, informações úteis sobre os efeitos da reforma nas suas demonstrações contábeis. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.2 Políticas contábeis adotadas: 3.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Maxcel e de sua subsidiária integral Itacel - Terminal de Celulose de Itaguí S.A. na mesma data-base. A Companhia consolida todas as subsidiárias sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Maxcel e sua subsidiária integral Itacel, foram eliminadas na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A Maxcel detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social da Itacel. **3.2.2 Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais dos quais o poder concedido pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras. **3.2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez de curto prazo, de até 3 meses, contados da data da aquisição, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado. **3.2.5 Ativos financeiros: 3.2.5.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de negócio do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou são transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.5.2 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais são origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa. **3.2.5.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras. **3.2.5.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: 3.2.5.4.1 Ativos mensurados mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a decisão da Companhia, por motivos econômicos ou legais relacionados à dificuldade financeira do devedor de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original de ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado do exercício. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.6 Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.6.1 Direito de outorga pela concessão:** A Companhia registra nesta rubrica o direito de outorga pela concessão portuária, o qual será amortizado pelo prazo da concessão, que é de 25 (vinte e cinco) anos, vigorando a partir do início da assinatura da outorga. A amortização desse direito de uso terá início junto com a operação do Terminal de Itaguí previsto para o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do Termo de Aceitação Provisória. Em consideração à orientação contida nos itens 12(a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de não alterar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao poder concedente com base nos seus fluxos contratuais, sob o entendimento de que o contrato de concessão se trata de um contrato executório. A Administração da Companhia entende que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizações. **3.2.6.2 Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, objeto do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo deles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria da infraestrutura concedida, esse deverá reconhecer o valor justo dos serviços prestados como um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro como contraparitda. O concessionário reconhece um ativo intangível a medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar de usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto substancialmente pelo custo da construção somado aos custos do empréstimo atribuíveis a esse ativo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida linearmente na demonstração de resultado durante o prazo de concessão, previsto para iniciar a operação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do Termo de Aceitação Provisória. **3.2.7 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"):** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e sua controlada atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que devem ser pagos às autoridades fiscais. **3.2.8 Contas a pagar aos fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo seu valor de mercado subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.9 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é 25% do lucro líquido ajustado, desde que declarados antes do final do exercício social. Os juros sobre os dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.2.10 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.2.11 Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros e despesas bancárias. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.12 Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **3.2.13 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, apresentado a seguir: analise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (nota 8). A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, incluída em demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda em vigor até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras. **3.3.1 Reforma da taxa de juros de referência - CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Fase 2 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada):** Em continuidade ao divulgado na nota 3.1.5 acima e fase 2, a Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.3.2 CPC 25 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada):** As alterações no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" ao avaliar se ativa ou um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A exposição de esclarecimento foi provocada pela introdução do CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, incluindo orientações contidas no CPC 17(R1), que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17(R1) especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o CPC 25 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. **3.3.3 Imobilizado - CPC 27 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** No processo de construção um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode produzir e vender produtos enquanto o processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo CPC, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O CPC alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção associados. Com a nova proposta, a venda da vida útil e mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. O CPC 16 - Estoques deve ser aplicado na identificação e mensuração dos custos de produção. **3.3.4 Apresentação das demonstrações contábeis - CPC 26 - Classificação de passivos como circulante e não circulante (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada):** As alterações do CPC 26 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **4. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos: 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros: 4.1.1. Visão geral:** Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores correlacionados pela Administração são: (i) liquidez; e (ii) crédito. A Administração dos riscos de liquidez e de crédito da Companhia é realizada contínuo Suzano S.A. que tem como objetivo, maximizar o retorno econômico ao transferência de exposições aos seus mercado. **4.1.2. Administração de risco de liquidez:** A Companhia tem como objetivo manter uma posição de caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa. Os montantes investidos em aplicações financeiras são gerados pela determinada. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros estão apresentados a seguir e representam os fluxos de caixa não descontados.

	Valor contábil	Valor futuro	31 de dezembro de 2020 Até 1 ano	31 de dezembro de 2020 1 - 2 anos
Passivos				
Fornecedores	26.697	26.697	26.697	
Outros passivos	81	81	16	65
	26.778	26.778	26.713	65

	Valor contábil	Valor futuro	31 de dezembro de 2019 Até 1 ano	31 de dezembro de 2019 1 - 2 anos
Passivos				
Fornecedores	231	231	231	
Outros passivos	80	80	18	62
	311	311	249	62

4.1.3. Administração de risco de crédito: Está relacionado a possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação física ou financeira ocasionando o efetivo ou iminente decréscimo de valor em aplicações financeiras. **4.1.3.1. Bancos e instituições financeiras:** A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalentes de caixa	32	17
Aplicações financeiras	42.135	46.243
	42.167	46.260

As contraportes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

Classificação de risco (1) brAAA	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	42.167	46.260
	42.167	46.260

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Caixa e bancos	20	10	32	17
	20	10	32	17

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras Condensadas da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais Condensados
31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Ativo	**493.493**	1.271.650
Circulante	**1.752.122**	853.520
Não circulante	**2.245.615**	2.125.170
Total do ativo		
Passivo e patrimônio líquido	**2020**	**2019**
Circulante	**163.249**	956.555
Não circulante	**59.110**	58.273
Patrimônio líquido	**2.023.256**	1.110.342
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.245.615**	2.125.170

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Condensados
31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa de atividades operacionais	**101.743**	91.125
Fluxo de caixa de atividades de investimento	**(94.031)**	(80.446)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	**(5.062)**	(2.150)
Aumento no caixa e equivalente de caixa	**2.650**	8.521
Caixa e equivalentes de caixa por incorporação	**–**	806
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**710**	383
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12.360**	9.710

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As demonstrações financeiras em sua íntegra, juntamente como relatório do auditor independente, encontram-se à disposição na sede da Companhia.

Demonstrações do Resultado Abrangente
31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**82.896**	(18.511)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado no exercício em períodos subsequentes:		
Perda na atualização do plano de benefício	**(15)**	(91)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre perda na atualização do plano de benefício	**6**	30
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	**(9)**	(61)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**82.887**	(18.572)

Demonstrações do Resultado Condensados
31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Receita operacional, líquida	**621.569**	329.372
Custo dos serviços prestados	**(626.829)**	(297.772)
Lucro bruto	**94.740**	31.600
Despesa operacional, líquida	**(5.452)**	(48.664)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**89.288**	(17.064)
Resultado financeiro	**6.405**	5.392
Resultado antes do IR e CS	**95.693**	(11.682)
IR e CS correntes e diferidos	**(12.797)**	(6.829)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**82.896**	(18.511)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Perdas em transação de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	86.242	17.249	297.641	(25.586)	(282)	–	375.264
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(18.511)	(18.511)
Aumento de capital	753.650	–	–	–	–	–	753.650
Passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	(61)	–	(61)
Absorção de prejuízo do exercício	–	–	(18.511)	–	–	18.511	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	839.892	17.249	279.130	(25.586)	(343)	–	1.110.342
Aumento de capital	**830.816**	–	–	–	–	–	**830.816**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**82.896**	**82.896**
Constituição de reserva legal	–	**4.144**	–	–	–	**(4.144)**	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	**(789)**	**(789)**
Constituição de reserva de lucros	–	–	**77.963**	–	–	**(77.963)**	–
Passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	**(9)**	–	**(9)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.670.708**	**21.393**	**357.093**	**(25.586)**	**(352)**	–	**2.023.256**
			352.900				

Diretoria

José Formoso Martinez
Diretor Presidente

Marcelo da Silva Miguel
Diretor Superintendente

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor

Contador: Ricardo Basso Gaino
CRC-PR-040021/O-S-SP

Newcon Software S.A.

CNPJ/NIF nº 05.902.990/0001-77

Demonstrações Financeiras encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo Circulante	**18.262**	**11.133**	**21.675**	**14.403**
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.089	10.232	17.462	11.279
Contas a Receber de Clientes	1.886	552	2.966	1.783
Tributos a Recuperar	11	413	1.245	477
Outras Contas a Receber	276	936	934	864
Ativo Não Circulante	**8.710**	**8.944**	**6.591**	**6.871**
Realizável a Longo Prazo				
Tributos Diferidos	–	**12**	–	**12**
Investimentos	2.157	2.323	–	199
Imobilizado	4.807	5.077	4.819	5.103
Intangível	1.746	1.545	1.781	1.568
Total do Ativo	**26.972**	**20.077**	**28.266**	**21.274**

Passivo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo Circulante	**2.094**	**3.558**	**4.774**	**4.559**
Fornecedores	70	175	71	175
Contas de Consórcio a Pagar	–	32	–	32
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.229	1.905	2.435	2.127
Obrigações Fiscais	2.085	1.427	2.940	2.180
Outras Obrigações a Pagar	13	19	14	45
Passivo Não Circulante	–	**279**	–	**279**
Contas de Consórcio a Pagar	–	279	–	279
Tributos Diferidos				
Total do Passivo	**3.779**	**3.837**	**4.774**	**4.838**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.200	1.200	1.200	1.200
Reserva Legal	240	240	240	240
Reserva de Lucros	21.126	14.760	21.806	14.760
Total do Patrimônio Líquido Controladores	**22.566**	**16.200**	**23.246**	**16.200**
Participação de Não Controladores	–	–	**246**	**236**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**26.972**	**20.077**	**28.266**	**21.274**

Demonstração do Resultado

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita Operacional Líquida	63.489	47.816	67.774	52.809
Custo dos Serviços Prestados	(18.144)	(16.061)	(19.470)	(17.359)
Lucro Bruto	**45.345**	**31.753**	**48.304**	**35.450**
Despesas Gerais	(345)	(547)	(479)	(798)
Despesas Administrativas	(867)	(762)	(1.083)	(955)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42	23	42	23
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.433	1.555	–	–
	1.263	**269**	**(1.520)**	**(1.730)**
	46.608	**32.022**	**46.784**	**33.720**
Receitas Financeiras	424	436	874	562
Despesas Financeiras	(57)	(38)	(153)	(92)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**46.975**	**32.830**	**47.505**	**34.190**
IRPJ e CSLL - Correntes	(7.455)	(5.4[illegible])	(8.454)	(6.731)
IRPJ e CSLL - Diferidos	–	–	12	2
Lucro após IRPJ e CSLL	**39.520**	**27.113**	**39.063**	**27.461**
Participação nos Lucros/Resultados	(627)	(565)	(687)	(635)
Lucro Líquido do Exercício	**38.893**	**26.608**	**38.380**	**26.826**
Lucro Líquido Não Controladores	–	–	192	217
Lucro Líquido acionistas da Controladora	**38.893**	**26.608**	**38.188**	**26.608**
Resultado por Ação				
(Nº de Ações: 1 milhão)	**38,89**	**26,61**	**38,19**	**26,61**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**46.975**	**32.830**	**47.505**	**34.190**
Ajuste ao Lucro Líquido	**(4.294)**	**(2.733)**	**(4.078)**	**(2.502)**
(Lucro) prejuízo alienação de Imobilizado	490	20	490	20
Participação Lucros e Resultados	(93)	(565)	(93)	(565)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(92)	(20)	(90)	(22)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(6.629)	(1.955)	(627)	(635)
	(2.443)		–	
Lucro Líquido Ajustado	**44.681**	**30.097**	**43.427**	**31.688**
Variações nos Ativos				
Passivos Operacionais	**44.222**	**30.774**	**47.210**	**34.070**
Duplicatas a Receber				
Outros Valores	(1.334)	465	(1.183)	(125)
Aplicações Financeiras (Não Circulante)	(31)	16	64	118
	92	(24)	30	(49)
Obrigações Fiscais	(104)	43	(103)	41
Outras Obrigações	259	103	198	133
Caixa gerado nas operações	127	(16)	124	(13)
	43.229	31.344	46.339	33.725
IRPJ e CSLL Pagos no período				
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(6.915)	(5.612)	(7.815)	(5.957)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	**36.315**	**25.752**	**38.524**	**27.769**
Dividendos Recebidos	(498)	(1.841)	(498)	(1.844)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	**166**	**84**	**166**	**84**
	350	**355**	–	–
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	**568**	**(812)**	**(332)**	**(1.760)**
Pagamento de Consórcios				
Dividendos Pagos				
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento	**1**	**1**		
	(31.027)	**(22.519)**	**(32.010)**	**(23.513)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(31.026)**	**(22.519)**	**(32.009)**	**(23.513)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.857	7.420	6.183	2.496
Variação no caixa e equivalente de caixa	10.232	7.812	11.279	8.783
	16.089	10.232	17.462	11.279
	5.857	**2.420**	**6.183**	**2.496**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	PL dos Acionistas da Controladora	Participação dos Sócios Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Controladora					**Consolidado**	
Em 31 de dezembro de 2018	**1.000**	**200**	**14.560**		**15.760**		**15.760**
Lucro do Exercício	-	-	-	26.608	26.608	217	26.825
Dividendos Distribuídos/Provisionados	-	-	-	(22.519)	(22.519)	(994)	(23.513)
Perdas com Distribuição Desproporcional de Lucros	-	-	-	-	-	(800)	(800)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(800)	-	(800)	45	45
Transferencia para Reserva de Lucros	-	-	45		45		
Em 31 de dezembro de 2019	**1.200**	**200**	**14.805**	**4.089**	**16.200**	**136**	**16.436**
Lucro do Exercício	-	-	-	38.893	38.893	192	39.085
Dividendos Distribuídos/Provisionados	-	-	-	(31.027)	(31.027)	(1.688)	(32.715)
Perdas com Distribuição Desproporcional de Lucros	-	-	-	-	-	(1.500)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(1.500)		(1.500)		
Transferencias para Reserva de Lucros	-	-	-		-	-	
Em 31 de dezembro de 2020	**1.200**	**200**	**13.305**	**(7.865)**	**7.566**	**(2.860)**	**4.706**
	1.200	**200**	**5.331**	**15.424**	**22.566**	**246**	**22.812**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. **Contexto Operacional** A Newcon Software S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo-SP e operações na filial no município de Tupã-SP. A Sociedade tem por objeto o desenvolvimento, comercialização e licenciamento de programas de computador, bem como a prestação de serviços técnicos na área de informática e importação e exportação de *software*. A Sociedade detém o controle societário da empresa Newcon Tecnologia e Serviços Ltda., sociedade empresária limitada simplificada no final de 2011, sediada em Tupã-SP, com filial em Ourinhos-SP. O objeto social da controladora é semelhante ao da controladora. **2. Base para Elaboração das Demonstrações Contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira, tendo como principal objetivo possibilitar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos com consonância com as padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Adicionalmente, foi publicado o CPC PME que é específico e deve ser aplicado às pequenas e médias empresas, por força da Res. CFC 1.255/09. III. **Principais Práticas Contábeis** • Apuração dos Resultados – Realizada pelo regime de competência. • Resultados da controlada – Apurados pelo método de equivalência patrimonial. **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** Esse grupo é composto de caixa de pequeno valor mantidos nas unidades de negócio, saldos de contas correntes e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos valores estão atualizados em 31.12.2020 e 31.12.2021. **Nota 2 - Contas a Receber de Clientes** Representadas por saldo a receber de clientes nacionais e do exterior, sendo este último atualizado cambialmente pela taxa em vigor na data da liquidação do câmbio.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Contas a receber - mercado interno	1.817	539	1.817	539
Contas a receber - mercado externo	68	13	1.149	1.244
	1.886	**552**	**2.966**	**1.783**

Nota 3 - Tributos a Recuperar Composto na controladora por impostos a compensar decorrentes de retenções na fonte realizadas por clientes, acredito, no consolidado, por saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, e por imposto retido na exportação de *software*.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRRF a Compensar	–	–	2	2
PIS a Compensar/Recuperar	6	2	6	2
COFINS a Compensar/Recuperar	26	7	26	7
CSLL a Compensar/Recuperar	9	2	88	163
IRPJ a Compensar	1	–	292	302
Outros Impostos a Compensar	–	–	3	3
	41	**11**	**413**	**477**

Nota 4 - Investimentos Composto em 31.12.2020 e 31.12.2019 por cotas de consórcio pagas e, na controladora, também por participação societária na controlada, conforme demonstrado no quadro de movimentação do ativo. **- Imobilizado** Representado pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas anuais de acordo com a sua vida útil.

Consolidado			
Imobilizado	Custo	(-) Dep. Acum.	Valor Líquido	Taxa Média de Depreciação
Equipamentos de Telecomunicação	81	(35)	46	10%
Móveis, Utensílios e Instalações	1.026	(547)	479	10%
Computadores e Periféricos	874	(667)	208	20%
Veículos	483	(138)	344	20%
Edifícios	4.935	(1.192)	3.742	5%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	76	(76)	–	0%
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.475	(2.655)	4.819	

Nota 6 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Salários a Pagar	–	–	2	2
INSS a Recolher	267	232	279	243
FGTS a Recolher	89	80	98	89
Provisões Sociais e Trabalhistas	1.253	1.097	1.379	1.215
Outros	620	496	620	631
	2.229	**1.970**	**2.376**	**2.177**

Nota 7 - Obrigações Fiscais

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRRF a Recolher	151	120	162	132
PIS a Recolher	18	7	18	8
Cofins a Recolher	85	34	85	35
ISS a Recolher	121	80	121	80
PIS/Cofins/CSLL a Recolher	1	3	2	4
IRPJ Retido sobre Serviços Tomados	–	1	1	2
ISS Retido sobre Serviços Tomados	2	6	2	6
Imposto Parcelado a Recolher	1.297	878	1.861	1.324
Contribuição Social a Recolher	415	297	589	590
	2.094	**1.427**	**2.840**	**2.180**

Nota 8 - Capital Social O capital social em 31.12.2020 e 31.12.2019 é de R$ 1,2 milhão, totalmente integralizado, dividido em um milhão de ações ordinárias. **Nota 9 - Receitas**

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita Bruta	70.869	52.553	75.737	79.224
Licença de Uso	32.826	22.523	33.737	22.224
Suporte Dedicado	3.362	4.914	4.138	5.686
Serviços Desenvolvimento	9.120	7.457	13.761	18.603
Horas Consultorias	–	–	–	–
Projetos	21.635	14.891	21.635	16.029
Licenças de Uso e Serviço	317	355	317	355
Exportação Softwares	146	75	146	75
Horas Desenvolvimento Squad	1.789	–	1.789	–
Outros Serviços	43	431	43	431
	67.283	**50.675**	**71.567**	**55.668**
Deduções de Vendas	(3.793)	(2.859)	(3.793)	(2.859)
(-) Tributos sobre venda	(3.793)	(2.859)	(3.793)	(2.859)
Receita Líquida	**63.489**	**47.816**	**67.774**	**52.809**

Nota 10 - Eventos Subsequentes A Companhia avaliou os impactos do COVID-19 ("novo coronavírus") nos saldos apresentados em 31.12.2020 e não verificou necessidade de ajustes. Informa, ainda, que não foi possível estimar os efeitos no resultado de 2021. A empresa está adotando medidas de proteção de seus colaboradores, clientes e prestadores de serviços, conforme recomendações das autoridades sanitárias.

A Diretoria
Celso José Andriani - Diretor de Produtos
Wagner Moreno - Diretor Administrativo e Financeiro
Contador
Izabel Cristina Souza F. Bustamante - CRC nº 1SP273596/O-7

Dona Margarida I Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 11.360.568/0001-30 - NIRE 35.223.856.877

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 02.02.2021, 10hs, na sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01, Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital. **Mesa:** Presidente: **Celso Antonio Alves,** Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos. Deliberações aprovadas:** Redução do capital em R$ 3.500.000,00 por serem considerados excessivos nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.200.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**. O capital Social passará **de** R$ 3.801.061,00 **para** R$ 301.061,00, dividido em 301.061 quotas. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.02.2021. Sócia: **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** por Celso Antonio Alves e Sigrid Amantino Barcelos.

JTS Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 18.938.227/0001-48 - NIRE 35.227.858.335

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 02.02.2021, às 10hs, na sede, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital. **Mesa.** Presidente: **Celso Antonio Alves,** Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos. Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 1.200.000,00 por serem considerados excessivos nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.200.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**. O capital Social passará **de** R$ 2.192.585,00 **para** R$ 992.585,00, dividido em 992.585 quotas. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.02.2021. Sócia: **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.** • Celso Antonio Alves e Sigrid Amantino Barcelos - Procuradores.

SEMANTX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433

Extrato-Ata de Reunião do Conselho de Administração de 19/06/2019

Em 19/06/2019, às 17:30h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, presença dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Água; Secretária: Priscila Pereira Rodrigues. **Deliberações:** I. A renelação para compor a diretoria, todos com mandato de 2 anos. (a) Sr. Leonardo dos Santos Poça D'água, RG 29.599.333-9 (SSP/SP), CPF 298.372.378-0, para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia; (b) Sr. Denis Viana Rega, RG 7.380.377-7 (IFP/RJ), CPF 004.061.757-21, para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia; **II.** Em complementação aos individuos eleitos no item I acima, a eleição dos seguintes individuos para compor a diretoria da Companhia, todos com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Os diretores ora eleitos assinaram seus respectivos termos de posse no livro de atas da diretoria, onde prestaram suas declarações de desimpedimento: (a) Sr. Leandro dos Santos Poça D'água, RG 29.599.332-7 (SSP/SP), CPF 214.528.928-30, para o cargo de Diretor sem designação especifica da Companhia; e (b) Sr. Anderson Paulucci da Silva, RG 32.966.117-1 (SSP/SP), CPF 304.677.998-17, para o cargo de Diretor sem designação especifica da Companhia. SP. 19/06/2019. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Água; Secretária: Priscila Pereira Rodrigues. **JUCESP** 498.071/19-4 em 13/09/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SEMANTX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 23/08/2019

Em 23/08/2019, às 14h, na sede social da Companhia. **Convocação** Edital de Convocação publicado nos termos dos artigos 123 e 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), no jornal "Gazeta de São Paulo", das edições dos dias 16, 19 e 20/08/2019, respectivamente; e no jornal "DOESP", nas páginas 31, 07 e 18 das edições dos dias 16, 17 e 20/08/2019, respectivamente. **Presença e Instalação:** Presentes acionistas representando mais da metade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Agua; Secretário: Fernando Carvalho. **Deliberações:** (i) Nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei das S.A., os acionistas decidem por dispensar a instalação do Conselho Fiscal. (ii) Os acionistas decidem, em conjunto, aprovar a destituição do Sr. **Anderson Paulucci da Silva**, RG 32.246.417-9 SSP/SP, CPF 304.671.998-17, do cargo de conselheiro da Companhia. Em seguida, os demais acionistas da Companhia aceitaram a referida destituição, o qual terá eficácia a partir da presente data. (iii) Em substituição ao conselheiro ora destituído, os acionistas Leonardo dos Santos Poça D'Agua, Leandro dos Santos Poça D'Água e Leonardo Augusto Oliveira Dias decidiram, em conjunto, a eleição do Sr. **Dorival Dourado Junior,** RG 6.972.294 (SSP/SP), CPF 914.735.788-68, para o cargo de membro do conselho de administração da Companhia, o qual permanecerá no cargo para cumprir o prazo de mandato em vigor, o qual terá seu mandato era até 19/06/2021. São Paulo, 23/08/2019. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Agua; Secretário: Fernando Carvalho. **JUCESP** - 510.782/19-0 em 24/09/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SEMANTX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433

Extrato - Ata de Reunião do Conselho de Administração de 23/08/2019

Em 23/08/2019, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação** Edital de Convocação enviado nos termos do §3º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **Presença e Instalação:** Em 1ª convocação, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Agua; Secretária: Priscila Pereira Rodrigues. **Deliberações:** Deliberaram pela renovação da Carta Fiança junto ao Banco Bradesco S.A., Agência 3324, CC 3324847-9 SSP/SP, CPF 304.671.998-17. SP, 23/08/2019. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Agua; Secretária: Priscila Pereira Rodrigues. **JUCESP** - 510.783/19-3 em 24/09/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SEMANTX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433

Extrato - Ata de Reunião do Conselho de Administração de 02/09/2020

Em 02/09/2019, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação:** Edital de Convocação enviado nos termos do §3º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **Presença e Instalação:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Agua; Secretário: Leandro dos Santos Poça D'Água. **Deliberações:** Deliberaram pela aprovação da eleição do Sr. **Lucas Reis Almeida Mattos,** RG MG10272044 SSP/MG, CPF 053.438.206-20 Diretor foi eleito para cumprir o mandato até 19/06/2021. SP, 02/09/2019. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Agua; Secretário da Mesa: Leandro dos Santos Poça D'Agua. **JUCESP** - 510.784/19-7 em 24/09/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.

C.N.P.J. 49.912.199/0001-13

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se no dia 17/04/2021, às 10:00 hs, em caráter **exclusivamente digital**, por meio da plataforma **Google Meet** (https://meet.google.com), por meio de link a ser enviado juntamente das instruções para acesso e participação da mesma, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do dia: AGO:** a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de 31/12/2020; b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício; c) Pagamento de Dividendos; d) Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos membros titulares e seus suplentes. **AGE:** a) Aumento do Capital Social e consequente alteração do Artigo 6º do Estatuto Social. b) Alterações nos cargos da composição da Diretoria e suas respectivas competências, com a consequente alteração da Seção II - Diretoria e demais artigos relacionados do Estatuto Social. As deliberações acima serão realizadas via Boletim de Voto a Distância, conforme previsto na IN DREI Nº 79, de 14/04/2020. Para participação, os acionistas deverão enviar ao endereço eletrônico: ... Boletim de Voto a Distância completamente preenchido e assinado, com antecedência mínima de 15 dias úteis, juntamente de cópia autenticada de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) ou, **preferencialmente**, com o certificado **assinadoeletronicamente**, ICP-Brasil. A partir da data desta publicação, estarão disponíveis aos acionistas na sede social da Sociedade, cópias do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020, as quais também serão encaminhadas através do e-mail de cada acionista.

Itapira, 23 de Março de 2021. **Conselho de Administração**

COOPERATIVA PALISTA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE DANÇA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Sandro Borelli no uso de suas atribuições conforme o artigo 20 do Estatuto Social da Cooperativa Paulista de Trabalhos dos Profissionais de Dança – CPD, convoca os 157 (cento e cinquenta e sete) cooperados ativos da supracitada cooperativa, para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que será realizada virtualmente pelo aplicativo Zoom no seguinte link: (https://us02web.zoom.us/j/83558727139?pwd=K2hXd1I2R1RmVGo3emNBQ0F2eZpZz09), no dia 24 de abril de 2021, em 1º convocação às 16 horas, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados ativos; em 2º convocação às 16h15, com metade mais um dos seus cooperados, ou em 3º convocação às 16h30 com o mínimo de 32 (trinta e dois) cooperados que corresponde a 20% do total de sócios. Sendo deliberados os assuntos da Assembleia Geral Ordinária, na seguinte ordem do dia: **a)** Prestação de contas do órgão da Administração, compreendendo Balanço Geral do exercício de 2020, das Contas de Sobras e Perdas, parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Diretoria, documentos estes que estarão à disposição dos cooperados, em sua sede social. **b)** Apresentação de relatório físico de atividades desenvolvidas pela Diretoria no ano de 2020; **c)** Eleição dos membros do Conselho Administrativo; **d)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **e)** Assuntos gerais.

São Paulo/SP, 24 de março de 2021. Sandro Borelli - Presidente

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ 29.938.085/0001-35 - NIRE 35.300.514.611 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02.03.2021

1. Data, Hora e Local: 02.03.2021, às 10h30, na sede da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("**Companhia**"), localizada na Estrada de Itapecerica, nº 4.157 - Bairro Capão Redondo, CEP: 05.858-001, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("**LSA**"), constatando-se a presença dos acionistaspara a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes do "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que trato o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento das acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Luis Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a ratificação da celebração do Contrato CCRACT-VM-198/2019, entre a Companhia e a Thyssenkrupp Elevadores S.A. ("**Thyssenkrupp**") e, e celebração do 1º Aditivo ao Contrato CCRACT-VM-198/2019; e **(ii)** a celebração do 2º Aditivo ao Contrato CCRACT-VM-460/2019/67/2020, entre a Companhia e Thyssenkrupp Elevadores S.A. ("**Planova**"). **6.Deliberações**: As acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, contrataram a ratificação

Petrobras aprova venda da Refinaria Landulpho Alves

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou na quarta-feira (24) a venda da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, e de seus ativos logísticos associados para a Mubadala Capital por US$ 1,65 bilhão (cerca de R$ 9,1 bilhões). A refinaria será a primeira dentre as oito que estão em processo de venda a ter o contrato assinado.

A venda da Landulpho Alves integra o compromisso firmado pela Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a abertura do setor de refino no Brasil.

Após a venda das oito refinarias, a Petrobras permanecerá com capacidade de refino de 1,15 milhão de barris por dia (bpd), com foco na produção de combustíveis mais eficientes e sustentáveis. Para isso, a Petrobras investirá em tecnologias para tornar as refinarias duplamente resilientes, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. A projeção é dobrar, em cinco anos, a oferta nessas refinarias de diesel S-10, de menor emissão, e a custos cada vez mais competitivos.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, destacou a importância da operação. "Hoje é um dia muito feliz para a Petrobras e o Brasil. É o começo do fim de um monopólio numa economia ainda com monopólios em várias atividades. O desinvestimento da Refinaria Landulpho Alves contribui para a melhoria da alocação de capital, redução do ainda elevado endividamento e para iniciar um processo de redução de riscos de intervenções pela precificação de combustíveis, que tantos prejuízos causaram para a Petrobras e para a própria economia brasileira."

Castello Branco ressaltou que a empresa não está inovando, pois, há mais de uma década, grandes empresas privadas de petróleo no mundo vêm alienando expressiva parcela de sua capacidade de refino, na busca da maximização do retorno do seu capital. "A transação satisfaz, sem dúvida, os melhores interesses dos acionistas da Petrobras e do Brasil", afirmou.

Segundo a Petrobras, nenhum empregado da companhia será demitido com a transferência do controle da refinaria para o novo dono.

Os empregados que decidirem permanecer poderão optar por transferência para outras áreas da empresa. Há também a possibilidade de adesão a um programa de desligamento voluntário, com pacote de benefícios.

De acordo com a empresa, os processos de desinvestimento vêm sendo conduzidos com transparência e respeito aos empregados. A companhia informa que divulga interna e externamente as principais etapas do processo e dá todo o apoio aos profissionais envolvidos. (Agencia Brasil)

Seminário reúne iniciativas de inovação durante a pandemia

Com a chegada e permanência da pandemia, a organização das estruturas de saúde para o seu combate foi extremamente desafiada. Em diversos locais, tanto no Brasil quanto em outros países, a inovação contribuiu para detectar os problemas para o enfrentamento à covid-19 e como a tecnologia poderia ajudar a resolvê-los. Um evento virtual da rede BR-UK Tech Network realizado na quarta-feira (24) discutiu essas iniciativas no Brasil e no Reino Unido.

O diretor de transformação digital de uma unidade de tecnologia do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido (NHSx), Ian O´Neill, pontuou que o sistema público de saúde do país conseguiu se adaptar em uma série de aspectos.

Ele citou como pontos positivos da reação o trabalho em pequenas equipes; pequenos ciclos de governança, com respostas rápidas e a oferta de muitas soluções e serviços ao governo federal por empresas.

Por outro lado, as demandas intensas da pandemia também trouxeram desafios. O trabalho em pequenas equipes e o grande volume de trabalho para lidar com o avanço do vírus dificultaram ainda mais a coordenação dos esforços. Apesar da disponibilidade de muitas firmas ofertando bens e serviços, houve dificuldade para analisar adequadamente os mais eficazes para as demandas do sistema público britânico de saúde.

O´Neill elencou o que chamou de legados da pandemia, mesmo com ela ainda em andamento. Entre eles as consultas remotas, a criação da base de dados da covid-19, a garantia de conexão à Internet para unidades de saúde e o trabalho remoto.

Jon Hazell, do projeto Innovate UK, apresentou a experiência da Iniciativa de Pesquisa para Pequenos Negócios. O projeto é utilizado por mais de 100 órgãos públicos do Reino Unido. Instituições públicas colocam problemas e empresas pensam em soluções para ele. As melhores respostas são apoiadas para avançar no desenvolvimento do produto ou serviço.

As alternativas mais bem avaliadas recebem recursos para testar as inovações e colocá-las no mercado. Em um destes "desafios", uma startup (pequenas empresas de tecnologia) desenvolveu uma forma de sanitização de ambulâncias 86% mais rápida e 82% mais barata.

Lucio Jorge Ferreira, membro do Ministério Público de Pernambuco e integrante do MPLabs, trouxe experiência parecida empregada no âmbito do órgão. O MPPE promoveu desafios voltados a startups buscando abrir espaço para a apresentação de soluções.

"Sete foram escolhidos e lançados no mercado. Uma ferramenta era de rastreamento de contatos de pessoas e alertando para riscos de contaminação a partir de geolocalização", contou Ferreira.

A professora Monica De Bolle, do Observatório Covid-BR, mostrou diferentes iniciativas do grupo de especialistas que passou a monitorar a situação da pandemia no Brasil. Com uma equipe multidisciplinar, foram elaborados modelos matemáticos e estatísticos para analisar os dados da pandemia e projetar tendências.

O Observatório firmou parcerias com as prefeituras de São Paulo e Florianópolis para a realização dos projetos. As análises de evolução da pandemia e as projeções de tendências foram enviadas aos gestores locais para auxiliar na análise dos cenários e na definição das melhores políticas públicas. Além disso, o Observatório publicou diversos artigos em periódicos acadêmicos e veículos de mídia discutindo a situação da pandemia no país. (Agencia Brasil)

Brasil lança campanha no Dia Mundial de Combate à Tuberculose

O Brasil registrou, no ano passado, 66.819 casos novos de tuberculose, o que representa um coeficiente de incidência de 31,6 casos por 100 mil habitantes. O total mostra uma queda em relação a 2019, quando a incidência atingiu 37,4 casos por 100 mil habitantes. De acordo com o Ministério da Saúde, a queda ocorreu em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Com o resultado, o país continua listado entre os 30 países com alta carga para a tuberculose, sendo considerado Organização Mundial de Saúde (OMS) como prioritário para o controle da doença no mundo. Devido às medidas sanitárias de isolamento social, os pacientes com tuberculose buscaram menos as unidades de saúde para tratamento, com receio de contaminação pela covid-19.

Os números foram divulgados na quarta-feira (24), no Dia Mundial de Combate à Tuberculose, pelo Ministério da Saúde, que considera essencial conhecer os indicadores epidemiológicos da doença para planejar ações que visem ao controle da doença.

De acordo com o Boletim Epidemiológico especial, pessoas da raça ou cor preta e parda apresentaram a maior prevalência de tuberculose no período 2011 a 2020, variando de 60,2% a 66,8% dos casos novos. No mesmo período, 46.130 casos (69%) ocorreram em pessoas do sexo masculino. Os maiores coeficientes de incidência de tuberculose (acima de 51 casos por 100 mil habitantes) foram observados nos estados do Rio de Janeiro, Amazonas e Acre.

A proporção de cura entre os casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação por exame laboratorial no Brasil foi de 70,1%, em 2019. Os estados do Amapá, Rondônia, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Espírito Santo apresentaram percentuais de cura abaixo do percentual nacional, enquanto o Acre foi a unidade da Federação que apresentou o maior percentual de cura (89,2%).

Entre as populações mais vulneráveis ao adoecimento, observou-se aumento na ocorrência de tuberculose no período de 2015 a 2020, com a variação de casos subindo de 5.860 para 8.978, na população presa; de 837 a 1.043, nos profissionais de saúde; de 335 a 542, em imigrantes; e de 1.689 a 2.071, na população em situação de rua.

Em 2020, houve queda de 16% na notificação de casos novos de tuberculose em comparação com 2019. Essa redução foi mais acentuada a partir de abril, com o mês de maio mostrando a maior variação do período (-34%) em relação aos casos notificados.

Ao mesmo tempo, na comparação do mesmo período, houve diminuição de 14% no consumo de cartuchos de teste rápido molecular para tuberculose. Na comparação de maio do ano passado com maio de 2019, a diminuição no consumo de cartuchos atingiu 44% 2019.

O Ministério da Saúde advertiu que o boletim foi elaborado em um contexto atípico, marcado pela pandemia do novo coronavírus e, portanto, serve como uma prévia "do comportamento da tuberculose diante do enfrentamento da covid-19, a fim de servir como norteador de ações estratégicas e de monitoramento da doença no país".

Com o objetivo de mobilizar a população e orientar sobre sintomas e tratamento, o Ministério da Saúde promove a partir de hoje a Semana de Mobilização e Luta contra a Tuberculose. O secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Medeiros, destacou que a tuberculose continua sendo um importante problema de saúde pública no Brasil.

"Para diminuir os efeitos da pandemia da covid-19, é necessário organizar a oferta de diagnóstico e tratamentos, se atentando aos sintomas, especialmente a tosse. Além disso, é preciso garantir as estratégias de suporte social para que as pessoas tenham possibilidade de finalizar o tratamento", afirmou.

O ministério divulgou também a campanha institucional de comunicação Não Fique na Dúvida, Fique Livre da Tuberculose. A campanha alerta para a importância do diagnóstico precoce e tratamento da tuberculose, esclarecendo que tosse por três semanas ou mais é um dos sinais importantes da doença. O objetivo é reforçar a disponibilidade do diagnóstico e tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), além de enfatizar a necessidade de seguir com o tratamento até o final para alcançar a cura.

De acordo com o ministério, cinco novos tecnologias para o diagnóstico e tratamento da tuberculose foram incorporadas ou estão em processo de aquisição pelo SUS. O objetivo é promover um diagnóstico mais rápido e ampliar os esquemas terapêuticos.

Para o diagnóstico da tuberculose, houve aumento do acesso aos testes, de forma padronizada. Entre os testes, está a cultura líquida automatizada, que "amplia a qualidade da cultura e acelera o diagnóstico". Além disso, ainda neste mês de março, foi recomendada a incorporação do teste de fluxo lateral para detecção de lipoarabinomanano em urina (LF-LAM), mais uma alternativa para diagnóstico precoce para pessoas que vivem com HIV/Aids.

Também foi incorporado à rede pública de saúde o teste de liberação de interferon-gama (Igra) para diagnóstico da infecção latente da tuberculose em pessoas vivendo com HIV. A oferta do Igra é voltada para populações específicas: casos de tuberculose ativa e candidatos a transplante de células-tronco.

Em relação ao tratamento, os medicamentos Delamanida e Bedaquilina foram incorporados para atendimento dos casos em que os pacientes apresentam resistência ou intolerância ao tratamento já disponível. Com essa incorporação, o Brasil atualiza os esquemas terapêuticos para tuberculose drogarresistente (TBDR), seguindo recomendações vigentes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Também houve a incorporação da Rifapentina, favorecendo a adesão ao tratamento da infecção latente.

A tuberculose é causada por uma bactéria (Mycobacterium tuberculosis) que afeta com mais frequência os pulmões, mas pode infectar qualquer órgão ou sistema do corpo. A transmissão ocorre pelo ar. Os sintomas da tuberculose ativa são tosse persistente, por três semanas ou mais; febre baixa; sudorese, geralmente à noite; emagrecimento e cansaço. (Agencia Brasil)

Seguro adia pagamento do Simples Nacional em três meses

Os micro e pequenos empresários e os microempreendedores individuais (MEI) deixarão de pagar as parcelas do Simples Nacional pelos próximos três meses, de abril a junho, anunciou há pouco o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto. A medida foi decidida na quarta-feira (24) em reunião extraordinária do Comitê Gestor do Simples Nacional.

De julho a dezembro, os tributos que deixaram de ser recolhidos serão pagos em seis prestações. A medida, informou Tostes Neto, ajudará 5,5 milhões de micro e pequenas empresas e 11,8 milhões de MEI e envolverá a postergação do pagamento de R$ 27,8 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais.

A medida será publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (25). Segundo Tostes Neto, o adiamento beneficiará segmentos da economia que mais geram empregos em meio ao agravamento da pandemia de covid-19.

"Com esse diferimento, estamos adotando uma medida de alívio para dar fôlego a esse universo de contribuintes ter melhores condições de ultrapassar esse período mais crítico em que os impactos econômicos e da pandemia se fazem sentir principalmente nos negócios que estão fechados e sem a possibilidade de geração de receitas", declarou.

O secretário da Receita ressaltou que, por enquanto, o Fisco não pensa em adiar o prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, como ocorreu no ano passado. Segundo Tostes, o volume de entregas está superior ao registrado no mesmo período de 2020 e acima da expectativa, o que dá tempo para a Receita avaliar se há a necessidade de mudar a data.

"No caso das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física, fazemos o monitoramento diário. Os números de hoje indicam a entrega, até o momento, de 7,826 milhões de declarações. No mesmo período do ano passado, tínhamos recebido 5,7 milhões. Os números estão até acima da expectativa. O prazo regular vai até 30 de abril. Então, temos tempo de avaliar se há a necessidade ou não de prorrogação", disse Tostes Neto. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

SEMANTIX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29/01/2020
Em 29/01/2020, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças:** Dispensada, presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **MESA:** Presidência: Sr. Leonardo dos Santos Poça D' Água; Secretária: Gabriela Torres Mapa Campanharo. **Deliberações:** (i) Nos termos do Acordo de Acionistas, a acionista Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Inovabra 1 - Investimento no Exterior decide destituir o Sr. Daniel Aguilar Andrijic Malandrin de seu cargo de Conselheiro do Conselho de Administração da Companhia. Os demais acionistas aprovam por unanimidade de votos a destituição do Sr Daniel e consignam seus votos de agradecimento pelo período em que permaneceu no referido cargo. (ii) Prosseguindo, em razão da destituição acima e nos termos do Acordo de Acionistas, a acionista Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Inovabra I - Investimento no Exterior indica, em substituição ao conselheiro ora destituído, o Sr. Rafael Padilha de Lima Costa, RG 65.861.098-3 (SSP/SP), CPF 055.217.997-37, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, que cumprirá seu mandato até o término do mandato do conselheiro ora substituído, cujo término será até 19/06/2021. Os demais acionistas aprovam, por unanimidade de votos, a eleição do Sr. Rafael Padilha de Lima Costa. SP, 29/01/2020. **Mesa:** Presidência: Sr. Leonardo dos Santos Poça D'Água; Secretária: Gabriela Torres Mapa Campanharo. **JUCESP** 132.463/20-9 em 09/03/2020. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Geral.

SEMANTIX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433
Extrato-Ata de Reunião do Conselho de Administração de 29/01/2020
Em 29/01/20, às 16:30h na sede da Companhia. **Convocação e Presenças:** Dispensada, presença da totalidade. **Mesa:** Sr. Leonardo dos Santos Poça D'Água - Presidente, Sra. Gabriela Torres Mapa Campanharo - Secretária. **Deliberações:** (i) Aprovação da destituição do Sr. Lucas Reis Almeida Mattos, RG MG10272044 SSP/MG, CPF 053.438.306-84; (ii) aprovação da eleição do Sr. Daniel Aguilar Andrijic Malandrin, RG 22.944.050-2 (SSP/SP), 153.815.308-46, para o cargo de Diretor sem designação específica. para cumprir o seu mandato por 2 anos a partir do dia 03/02/2020. **Mesa:** Sr. Leonardo dos Santos Poça D'Água - Presidente, Sra. Gabriela Torres Mapa Campanharo - Secretária. SP, 29/01/2020. **JUCESP** 132.462/20-5 em 09/03/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SEMANTIX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433
Extrato - Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28/02/2020
Em 28/02/20, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Água; Secretária: Priscila Pereira Rodrigues. **Deliberações:** Deliberaram: (i) A aprovação da criação de nova classe de ações preferenciais "Classe A" da Companhia, às quais foram atribuídos os seguintes direitos e características: a) Terá prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Sociedade; b) Não terá direito a voto nas deliberações em Assembleias Gerais da Companhia; e c) Poderá ser conversível em ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. (ii) A aprovação da recompra de 450 ações ordinárias de titularidade dos acionistas Leonardo dos Santos Poça D'Água, Leonardo Augusto Oliveira Dias e Leandro dos Santos Poça D'Água, sendo 150 ações ordinárias de cada um, pelo valor de R$ 1,00 cada. Ato contínuo, as ações ordinárias ora adquiridas deverão ser convertidas em ações preferenciais "Classe A" para manutenção em tesouraria; (iii) A alteração do desdobramento/bonificação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 ação para 100 ações; (iv) Tendo em vista as deliberações anteriores, a aprovação da alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 55.786.991,00, dividido em 1.577.300 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 45.000 ações preferenciais "Classe A", nominativas e sem valor nominal.* **§1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas. **§2º** Cada ação preferencial classe A terá as seguintes características: a) Terá prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Sociedade; b) Não terá direito a voto nas deliberações em Assembleias Gerais da Companhia; e c) Poderá ser conversível em ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **§3º.** Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de ações da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **§4º.** A Companhia poderá negociar com suas próprias ações, a critério dos acionistas, adquirindo-as, alienando-as, mantendo-as em tesouraria ou cancelando-as na forma prevista na legislação aplicável, até o limite do saldo de lucros ou reservas, e sem diminuição do capital social"; (v) A aprovação da alteração do Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 24.** Os casos omissos ou obscuros neste Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei das S.A., do acordo de acionistas celebrado em 19/06/2019 ("Acordo de Acionistas") e do acordo de acionistas preferencialistas ("Acordo de Acionistas Preferencialistas") (em conjunto, os "Acordos de Acionistas"), e demais legislações aplicáveis. Em caso de conflito entre este Estatuto Social e os Acordos de Acionistas, os termos dos Acordos de Acionistas devem prevalecer, devendo, neste caso, os acionistas se reunirem em assembleia geral para adequarem o presente Estatuto Social aos termos dos Acordos de Acionistas. Em caso de conflito entre os termos dos Acordos de Acionistas entre si, os termos do Acordo de Acionistas celebrado em 19/06/19 devem prevalecer."; (vi) Retificar a referência à Holding no Anexo C-"Principais Características do Programa de Opção de Compra de Ações" do Acordo de Investim entos firmado pelos acionistas em 29/04/19. Deste modo, os acionistas esclarecem que todas as menções à "Holding" constantes no Anexo C do Acordo de Investimentos devem fazer referência à "Companhia". SP, 28/02/20. **Mesa:** Presidente: Leonardo dos Santos Poça D'Água; Secretária: Priscila Pereira Rodrigues. **JUCESP** 153.193/20-7 em 19/03/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SEMANTIX TECNOLOGIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ nº 09.162.524/0001-53 - NIRE 35.300.499.433
Extrato-Ata de Reunião do Conselho de Administração de 22/05/2020
Data, Local e Hora: 22/05/2020, às 9h, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Presença e Instalação:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Leonardo dos Santos Poça D'Água - Presidente, Sr. Leandro dos Santos Poça D'água - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade votos, a eleição do Sr. **Adriano Alcalde,** RG 20.760.549-X (SSP/SP), CPF 155. 240.488-99, para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia que completará seu mandato até 19/06/2021. SP, 22/05/2020. **Mesa:** Sr. Leonardo dos Santos Poça D'água - Presidente, Sr. Leandro dos Santos Poça D'água - Secretário. **JUCESP** 275.673/20-0 em 29/07/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

www.jornalodiasp.com.br

Jornal ODIASP
Ligue:
3258-1822
3258-0273

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1097624-72.2013.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) EDWRGES PUTZ DOBERMANN e a WALTER PUTZ, na qualidade de herdeiros de THEODORO PUTZ e a CONSTRUTORA PONDER LTDA, que lhes foi proposta uma ação de adjudicação compulsória, de procedimento comum, por parte de OSMIALDA DE FÁTIMA BATISTA, objetivando a outorga definitiva da propriedade de uma casa e terreno, à travessa Theodoro Putz 34, com entrada pela rua Álvaro Luiz Roberto de Assunção 46, antiga rua Piracicaba, parte dos lotes 1, 2, 3, 4 e 5, quadra 107, Ibirapuera, São Paulo SP, objeto da matrícula 40.799, 15º CRI-SP, contribuinte 086.021.0022, devidamente quitado. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será a presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [24.25]

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0008241-51.2019.8.26.0704. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Francisco Sao Paulo. Executado: Carlos Camel de Castro e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008241-51.2019.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Drª. Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) CARLOS CAMELLO DE CASTRO, Brasileiro, CPF 173.348.158-31, que nos autos da ação Monitória, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 1.048,78 e R$ 186,31. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2021. 25 e 26 / 03 / 2021.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.
CNPJ 07.682.638/0001-07 - NIRE 35.300.326.032 - Companhia Fechada
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01.03.2021
1. Data, Hora e Local: 01.03.2021, às 11h00, na sede da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("**Companhia**"), localizada na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404/76 ("**LSA**"), constatando-se a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes a apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que tratam o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Luis Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a celebração de mútuo entre partes relacionadas. **6. Deliberações:** As acionistas detentoras da maioria do capital social da Companhia, após debates e discussões, abstendo-se de votar a acionista Mitsui & CO., Ltd., deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xxii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração de contrato de mútuo de até R$ 51.000.000,00 entre a Companhia e suas acionistas, tendo em vista (i) que os financiamentos de terceiros não se mostraram viáveis; (ii) que a celebração do mútuo nessa oportunidade não representa renúncia das acionistas aos mecanismos e penalidades previstos nas cláusulas 10.4 a 10.6 do Acordo de Acionistas; e (iii) que a proposta submetida a aprovação das acionistas foi de concessão do mútuo preferencialmente na proporção das suas respectivas participações no capital social da Companhia, sendo certo que, caso alguma ou algumas das acionistas se negue(m) a celebração nos termos aprovados, poderá(ão) ao(s) outra(s) acionista(s) ofertar a parte da acionista que tenha se negado a celebrá-lo, conforme demais termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001 e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 01.03.2021. **Assinaturas**: Luis Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Igor de Castro Camillo, Secretário. **Acionistas**: **(1) CCR S.A.**, pelo Sr. Luis Augusto Valença de Oliveira; **(2) RUASINVEST Participações S.A.**, pelos Srs. Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3) Mitsui & CO., LTD.**, pelo Sr. Mitsuhiko Okubo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. *Luis Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Igor de Castro Camillo - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 138.819/21-0 em 12.03.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.
CNPJ 07.682.638/0001-07 - NIRE 35.300.326.032 - Companhia Fechada
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02.03.2021
1. Data, Hora e Local: 02.03.2021, às 11h00, na sede da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("**Companhia**"), na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404/76 ("**LSA**"), constatando-se a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que tratam o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Luis Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a celebração de mútuo entre partes relacionadas. **6. Deliberações:** As acionistas detentoras da maioria do capital social da Companhia, após debates e discussões, abstendo-se de votar a acionista Mitsui & CO., Ltd., deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xxii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração de Termo de Acordo Operacional entre a Companhia, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("**WabMobilidade**"), a CIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços ("**CIS**") e a Companhia do Metrô da Bahia ("**MetroBahia**"), para compartilhamento de estruturas e rateio de custos e despesas; **6.3.** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do 1º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Mídia Estática e Ação Promocional CCRACT-VQ-42299/2018, a ser firmado entre a Companhia e a Eletromídia S.A., referente a comercialização exclusiva e veiculação de mídia estática e publicidade; tudo conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001 e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 02.03.2021. **Assinaturas**: Luis Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Igor de Castro Camillo, Secretário. **Acionistas**: **(1) CCR S.A.**, pelo Sr. Luis Augusto Valença de Oliveira; **(2) RUASINVEST Participações S.A.**, pelos Srs. Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3) Mitsui & CO., LTD.**, pelo Sr. Mitsuhiko Okubo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. *Luis Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Igor de Castro Camillo - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 138.421/21-3 em 12.03.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Governo e Congresso Nacional criam comitê de combate à covid-19

O presidente Jair Bolsonaro anunciou na quarta-feira (24) a criação de um comitê de coordenação nacional para o combate à pandemia de covid-19. O grupo terá reuniões semanais e será formado pelo chefe do Executivo e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, e outros membros.

A medida foi decidida em reunião na manhã da quarta-feira, no Palácio da Alvorada, onde Bolsonaro recebeu, além dos presidentes do Parlamento, o líder do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, o procurador-geral da República, Augusto Aras, governadores, ministros de Estado e representantes de instituições independentes.

"Mais que harmonia, imperou a solidariedade e a intenção de minimizarmos os efeitos da pandemia. A vida em primeiro lugar", disse Bolsonaro em pronunciamento à imprensa após a reunião.

De acordo com o presidente, houve unanimidade entre todos os presentes sobre a necessidade de ampliar a capacidade de produção e aquisição de vacinas para alcançar a imunização em massa da população. Além disso, o presidente também falou sobre a possibilidade de "tratamento precoce". "Isso fica a cargo do ministro da Saúde [Marcelo Queiroga], que respeita o direito e o dever do medico de tratar off-label os infectados", disse.

O medicamento chamado off-label é aquele prescrito pelo médico que diverge das indicações da bula. Desde o início da pandemia, no ano passado, Bolsonaro defende o uso dessas medicações como, por exemplo, a hidroxicloroquina, que não tem eficácia científica comprovada contra covid-19, mas pode ser prescrito por médicos com a concordância do paciente.

"É uma doença ainda desconhecida, uma nova cepa ou um novo vírus apareceu e nós, cada vez mais, nos preocupamos em dar o atendimento adequado a essas pessoas. Não temos ainda o remédio, mas [temos] nossa união, nosso esforço entre os três Poderes da República, ao nos direcionarmos para aquilo que realmente interessa, sem que haja qualquer conflito, qualquer politização da solução do problema. Creio que essa seja o caminho para o Brasil sair dessa situação bastante complicada em que se encontra", disse Bolsonaro.

Para o novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a conclusão da reunião foi pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) para prover à população brasileira, "com agilidade" uma campanha de vacinação que possa atingir uma cobertura vacinal capaz de reduzir a circulação do vírus. Por outro lado, segundo ele, também fortalecer a assistência à saúde, nos três níveis – municipal, estadual e federal - "com a criação de protocolos assistenciais capazes de mudar a história natural da doença".

Coordenação com governadores

A coordenação com os governadores dos estados e do Distrito Federal será feita pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que receberá as demandas e encaminhará ao comitê.

De acordo com Pacheco, o comitê será um grupo permanente de trabalho e sem delegação por parte dos presidentes do Executivo e do Legislativo. O objetivo, segundo ele, é definir políticas nacionais uniformes, "no ambiente de identificação das convergências que existem, e as divergências devem ser dirimidas à luz dos procedimentos próprios, democraticamente".

Leitos de UTI

Na reunião de quarta-feira, segundo o senador, algumas medidas já foram definidas como prioritárias, como a participação da iniciativa privada na ampliação de leitos de terapia intensiva, a solução de problemas de desabastecimento de oxigênio, insumos e medicamentos e, "fundamentalmente, a política do Ministério da Saúde para vacinação do povo brasileiro". "Isso exige mais do que nunca a colaboração de todos os poderes e instituições, da sociedade e da imprensa para que consigamos alargar a escala da vacinação no Brasil", disse Pacheco.

Na sequência do encontro no Palácio da Alvorada, o presidente da Câmara, Arthur Lira disse que se reunirá com líderes partidários para tratar de projetos que podem ser votados logo. Um deles é a oferta de novos leitos em parceria com a iniciativa privada, "que não se nega também a participar dessa luta".

Judiciário

O Supremo Tribunal Federal, por força de lei, não pode participar de comitês dessa natureza, mas deverá atuar para que haja um controle prévio da constitucionalidade das medidas que serão adotadas.

"Como esse problema da pandemia exige soluções rápidas, vamos verificar estratégias capazes de evitar a judicialização, que é um fator de demora na tomada dessas decisões", disse o presidente do STF, Luiz Fux.

O ministro também se solidarizou com as famílias que sofreram com as mortes causadas pela covid-19 e agradeceu a dedicação dos profissionais de saúde no combate à pandemia.

Na terça-feira (23), o Brasil bateu novo recorde e superou 3 mil mortes por covid-19 registradas em 24 horas. Foram registradas 3.251 vidas perdidas para a pandemia. Com isso, a quantidade de óbitos chegou a 298.676.

Parcerias com outros países

De acordo com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, algumas ações também serão tomadas no campo diplomático com o objetivo de buscar parceria com países que têm uma cota maior do que a necessária de vacina para que haja o compartilhamento com o Brasil.

Além disso, o grupo quer "sensibilizar os laboratórios" que detêm as tecnologias de produção de vacinas para que "também entendam a necessidade de ser compartilhada para que outros laboratórios possam produzir, já que temos uma demanda de 8 bilhões de pessoas no planeta. "É hora de mostramos solidariedade e que todos nós temos hoje a responsabilidade de salvar vidas", disse.

Também será criado no Ministério da Saúde, segundo Caiado, uma assessoria científica para os estados, em todas as áreas da saúde. O governador destacou ainda a importância de medidas sociais para o controle da transmissão da doença. "Quero pedir a todos que entendam que em situação delicada, crítica como a que estamos vivendo, muitas vezes se faz também necessário o isolamento social", disse Caiado. (Agencia Brasil)

Marcelo Queiroga diz que meta do governo é vacinar 1 milhão por dia

O novo ministro da Saúde, o cardiologista Marcelo Queiroga, reuniu na quarta-feira (24) a imprensa para divulgar as novas ações e estratégias do governo federal no combate à covid-19. O ministro também deverá falar sobre a reformulação do sistema público de saúde e sobre a intensificação da campanha de imunização, além da produção nacional de vacinas contra o novo coronavírus.

Segundo Queiroga, o governo aposta na vacinação em massa como ação primária contra a pandemia. O ministro afirmou, ainda, que a meta é vacinar 1 milhão de brasileiros por dia. (Agencia Brasil)

Especialistas discutem perspectivas para retomada de aulas presenciais

A presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro, disse na quarta-feira (24) que é impossível prever, com algum grau de segurança, quando as escolas e faculdades do Brasil poderão retomar as aulas presenciais.

Ao participar de seminário virtual realizado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), a presidente do órgão responsável por formular e avaliar a política nacional setorial e assessorar o Ministério da Educação, disse que o aumento do número de casos da covid-19 e o consequente agravamento da crise sanitária em todo o país frustrou a expectativa inicial dos especialistas.

"As orientações e normas que o CNE aprovou durante 2020 sinalizavam para uma situação muito diferente da atual. Nossa expectativa era iniciar 2021 com uma situação mais tranquila, com as escolas se preparando para retomar as atividades presenciais, mas não é isto o que está acontecendo", disse Maria Helena, lembrando que colégios que anunciaram uma retomada gradual das atividades presenciais tiveram que voltar atrás, enquanto instituições de ensino superior mantêm a perspectiva de, na melhor das hipóteses, só voltar a ocupar os campi universitários no segundo semestre.

"Estamos lidando com uma agenda de planejamento imprevisível. Não sabemos quando as escolas poderão retornar ao seu efetivo funcionamento", reconheceu Maria Helena ao defender que todos os profissionais que trabalham na área da educação, do ensino infantil à universidade, sejam vacinados o quanto antes possível. "Sem isso será muito difícil retomarmos as atividades com segurança".

Já a pneumologista e pesquisadora da Fiocruz Margareth Dalcolmo, reforçou a importância de se priorizar a imunização dos trabalhadores do setor.

"Estou segura de que, após vacinar os idosos e os profissionais de saúde, temos que imunizar todo o pessoal da educação. Só assim poderemos reativar o sistema com alguma segurança", disse a pesquisadora após declarar que o Brasil vive, hoje, o momento mais grave da pandemia, com o sistema de saúde exaurido e taxas de transmissão da covid-19 muito altas.

Segundo a especialista, para controlar a doença, além de restringir atividades em várias regiões por, no mínimo, duas semanas, o Brasil deveria vacinar ao menos 1 milhão de pessoas por dia. Embora reconhecendo que, em outras condições, a meta seria factível, dada a experiência e a capilaridade do Sistema Único de Saúde (SUS), Margareth disse que o ritmo atual é condicionado pela oferta de vacinas no mercado global

"O ritmo de vacinação, no momento, está correto no sentido do planejamento, porque obedece a uma oferta, e não à demanda. Ele está ocorrendo de acordo com o que há de existente. Por isso temos que ter todas as negociações possíveis, para termos mais vacinas", disse a pesquisadora da Fiocruz, frisando que, no ritmo atual, o país demoraria cerca de um ano para imunizar cerca de 70% da população e, assim, começar a conter a disseminação do vírus – e, isso, contando com que não surjam novas variantes do Sars-CoV-2. "E se não cobrirmos ao menos 70% da população ainda neste semestre, teremos um 2021 ainda muito difícil".

O presidente da Abmes, Celso Niskier, fez coro aos palestrantes, enfatizando a importância da imunização dos trabalhadores da educação. "O setor tem defendido que as escolas sejam as últimas a fechar e as primeiras a reabrir. Devido ao impacto enorme para o futuro das próximas gerações, efeitos que serão sentidos por gerações, será necessário não só recuperarmos a aprendizagem, mas também reprogramarmos todo o calendário", disse Niskier. (Agencia Brasil)

Volkswagen e Mercedes-Benz paralisam fábricas no Brasil

A Volkswagen suspendeu a partir da quarta-feira (24) as atividades relacionadas à produção de todas as unidades nos estados de São Paulo e Paraná, por causa do agravamento da pandemia da covid-19. A suspensão se manterá por 12 dias corridos, até 4 de abril.

As atividades de produção das fábricas da Volkswagen ocorrem em São Bernardo do Campo (SP), Taubaté (SP), São Carlos (SP) e São José dos Pinhais (PR). Os empregados da área administrativa estarão em trabalho remoto. Segundo a empresa, a medida foi tomada em conjunto com os sindicatos locais.

"Com o agravamento do número de casos da pandemia e o aumento da taxa de ocupação dos leitos de UTI nos estados brasileiros, a empresa adota esta medida a fim de preservar a saúde de seus empregados e familiares. Nas fábricas, só serão mantidas atividades essenciais", informou a Volkswagen em nota.

Mercedes-Benz

A Mercedes-Benz do Brasil informou que também interromperá as atividades produtivas de suas fábricas de veículos comerciais de São Bernardo do Campo (SP) e Juiz de Fora (MG), a partir do dia 26 de março, com retorno previsto para 5 de abril. O motivo é também o agravamento da pandemia.

"O nosso intuito, alinhado com o Sindicato dos Metalúrgicos, é contribuir com a redução de circulação de pessoas neste momento crítico no país, administrar a dificuldade de abastecimento de peças e componentes na cadeia de suprimentos, além de atender a antecipação de feriados por parte das autoridades municipais", disse a empresa.

A partir de 5 de abril, a Mercedes informou que dará continuidade às medidas restritivas para proteção dos profissionais, além de conceder férias coletivas para grupos alternados de funcionários. Com isso, haverá um grupo de produção menor mantendo os protocolos de distanciamento. Segundo a montadora, os funcionários administrativos continuarão trabalhando em regime de home office. (Agencia Brasil)

Supremo indicará membro do CNJ para comitê contra covid-19

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, decidiu na quarta-feira (24) indicar um membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para integrar o comitê de coordenação nacional para o combate à pandemia de covid-19. O comitê foi criado na manhã de quarta-feira, após reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e representantes do Legislativo e Judiciário.

A decisão foi comunicada no início da sessão do Supremo, na qual Fux fez um relato aos colegas sobre a reunião. Segundo ele, a medida foi tomada para evitar que o STF fique vinculado aos trabalhos do comitê e, ao mesmo tempo, tenha que julgar eventuais processos que possam chegar ao tribunal para contestar as medidas que são tomadas.

O CNJ não profere decisões judiciais, somente toma medidas administrativas no âmbito do Judiciário. O conselho tem um fórum permanente para acompanhar ações que envolvem demandas da área da Saúde.

Fux disse ainda que os integrantes do comitê demonstraram preocupações com decisões envolvendo a pandemia e discutiram formas para reduzir a judicialização da questão.

"Foi uma ambiente extremamente solidário. O ministro da Saúde recebeu apoio irrestrito de todos. A postura foi totalmente diferente", disse Fux. (Agencia Brasil)

Ministro da Cidadania diz que governo estuda mudanças no Bolsa Família

O ministro da Cidadania, João Roma, afirmou na quarta-feira (24) que o governo avalia fazer mudanças no programa Bolsa Família. De acordo com o ministro, há um estudo em discussão na pasta tratando da ampliação do programa. Em audiência na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, Roma disse que haverá uma reunião na próxima semana com integrantes da Frente Parlamentar Mista de Renda Básica para debater o tema, mas não deu maiores detalhes.

"Há um estudo no ministério buscando o fortalecimento do programa Bolsa Família. Tenho conversado com diversos colegas parlamentares, de diversas correntes, sobre o tema e inclusive pré-agendamos uma reunião, no dia 29 de março, com a Frente Parlamentar de Renda, onde vamos discutir um pouco para que a gente possa buscar agregar e construir uma proposta de ampliação do programa", afirmou.

Auxílio Emergencial

A intenção do governo, disse Roma, é que a mudança no programa seja implantada a partir de agosto, após o final do pagamento do auxílio emergencial, previsto para julho. Na audiência, o ministro reafirmou ainda que o pagamento da nova rodada do auxílio emergencial será realizado a partir do mês de abril. De acordo com Roma, a pasta está finalizando os contratos com a Dataprev e a Caixa Econômica Federal (CEF) para finalizar o calendário de pagamentos.

"Estou confiante em conseguir executar o pagamento já agora no mês de abril, de uma forma tranquila, transparente, evitando aglomerações, dando o máximo de informações e recursos digitais também, para que essas famílias possam receber esses recursos", disse Roma.

A nova rodada de pagamento do auxílio será paga em três valores diferentes. Serão R$ 150 para os beneficiários que moram sós; R$ 250 para famílias e R$ 375 às mulheres que são chefes de família. No total, serão pagas quatro parcelas nos meses de abril, maio, junho e julho. A previsão é que 46 milhões de famílias deverão ser beneficiadas com a medida.

"Essa nova rodada de auxílio deve abranger cerca de 46 milhões de beneficiários. Acredito que teremos números precisos no final da próxima semana com o detalhamento inclusive de quais públicos específicos poderemos dispor", disse Roma. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos